

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARIA LUIZA DIAS OLIVEIRA

**OS ENCONTROS DE JONGUEIROS**  
**IDENTIDADE E ARTICULAÇÃO DO JONGO**

2018

MARIA LUIZA DIAS OLIVEIRA

OS ENCONTROS DE JONGUEIROS:  
IDENTIDADE E ARTICULAÇÃO DO JONGO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. dra. Hebe Maria Mattos – Orientadora – Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Profa. dra. Verena Alberti – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Profa. dra. Camilla Agostini – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Profa. dra. Martha Campos Abreu – Suplente – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

O48e Oliveira, Maria Luiza Dias  
Os Encontros de jongueiros: identidade e articulação do  
jongo / Maria Luiza Dias Oliveira; Hebe Maria da Costa Mattos  
Gomes de Castro, orientadora. Niterói, 2018.  
128 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2018.

1. Jongo (Dança); aspecto histórico . 2. Patrimônio  
cultural . 3. Produção intelectual. I. Título II.  
Castro, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de , orientadora. III.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo remontar a trajetória dos Encontros de Jongueiros, pensando-os como um espaço de reconhecimento e valorização de uma identidade jongueira, de articulação política e social das comunidades participantes. As comunidades jongueiras utilizam esse espaço de encontro e compartilhamento para o fortalecimento das demandas comunitárias e para debater questões globais que assolam seus cotidianos. Buscamos também refletir sobre seu importante papel no processo de patrimonialização do jongo do Sudeste, demonstrando um modelo de organização e mobilização por parte dos detentores da manifestação cultural junto a seus diversos parceiros e se consolidando como um espaço de representatividade da memória contemporânea do jongo.

## **Abstract**

This work aims to rebuild the trajectory of "Encontros de Jongueiros" (Jongueiro's Reunions), thought of as a recognition and appreciation space of a Jongueiro identity, of political and social articulation for the participating communities. The Communities of Jongo use this meeting and sharing space to strengthen familiar demands and debate global questions that ravage their daily lives. We also seek to reflect on its important role in the patrimonialisation of the Southeast's Jongo, showing an organization and mobilization model by the participants of the cultural manifestation next to their partners and being consolidated as a space of Jongo's contemporary memory.

## Dedicatória

Ao meu pai, Sergio Almeida Oliveira *in memoriam*  
de onde estiver, você está sempre presente.

Ao meu mestre, Carlos Eduardo Barbosa Sarmento *in memoriam*  
minha eterna referência como profissional.

Ao mestre jongueiro de Vassouras, Cacalo *in memoriam*  
por ter me dado o privilégio de te ver nas rodas do jongo e por ter sido o primeiro a me apoiar  
quando falei sobre essa pesquisa. Infelizmente não tive tempo de registrar aqui suas falas.

## Agradecimentos

À minha família: Minha mãe, Vera Dias, meu porto-seguro, inspiração, exemplo de mulher e profissional de quem herdei o interesse pelo patrimônio histórico e sua salvaguarda. Meu irmão, Pedro Luiz Dias, jovem estudante que também está seguindo o caminho do patrimônio. Meu noivo, João Augusto Batista, com quem divido a vida, os planos e os sonhos desde 2010, aprendendo juntos diariamente. Obrigada por compartilharem esse período comigo, apoiando, incentivando e torcendo nos meus momentos de dúvidas, insegurança, descobertas e conquistas.

Às comunidades jongueiras, aos resistentes mestres da nossa cultura popular, que nos dão muito mais do que recebem, que transmitem suas tradições, seus saberes, fazeres, formas de expressão e nos permitem estar junto, emocionando, inspirando e iluminando. Para essa pesquisa, infelizmente, só consegui entrevistar duas lideranças jongueiras: Paulo Rogério da Silva, liderança jongueira de Miracema e Alessandra Ribeiro Martins, liderança jongueira de Campinas, agradeço imensamente a confiança de me contarem suas memórias sobre os Encontros de Jongueiros e compartilharem suas lutas. As demais lideranças jongueiras, principalmente do estado do Rio de Janeiro, deixo aqui minhas desculpas por não ter tido tempo hábil para ouvir suas memórias e registrá-las aqui.

À minha orientadora, Professora Hebe Mattos, por ser certa em seus comentários que me ajudaram a organizar os dados que eu possuía, clareando o que eu ainda não via como minha questão para essa dissertação. Obrigada por ter me dado o privilégio de ser sua orientanda.

Aos Professores Elaine Monteiro e Paulo Carrano, por compartilharem comigo suas memórias sobre as diversas fases dos Encontros de Jongueiros que viveram. Em especial, agradeço a confiança da Professora Elaine Monteiro na minha pesquisa ao compartilhar os relatórios produzidos pelo Professor Hélio Machado de Castro sobre os Encontros de Jongueiros e doados ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu pela sua esposa.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a todos com quem aprendi e aprendo diariamente na luta pela valorização do nosso patrimônio cultural e pela salvaguarda de nossos bens imateriais e seus detentores: Mônica da Costa, que ao longo desses

anos permitiu que eu me afastasse sempre que necessário para me dedicar à pesquisa. Não foi fácil trabalhar e cursar o mestrado, sem seu apoio não teria sido possível. Sua confiança no meu trabalho me proporcionou experiências e aprendizados inesquecíveis que me fazem uma pessoa melhor.

A todos que tive a sorte de conhecer atuando na Assessoria de Patrimônio Imaterial do Iphan-RJ, com quem sempre dividi as angústias de trabalhar com o patrimônio cultural e nossas pequenas conquistas: Karina Fatima Gonçalves de Souza, Cintia Figueiredo, Marcelo Vilarino, Arthur Henrique Fernandes, Antonina Fernandez, Luciane Barbosa, Ivanirce Gomes Wolf, Wanessa Paula Santos.

## Lista das ilustrações

Figura 1- Maria Aparecida Ratinho	38
Figura 2 - jovem jongueira de Pádua e Senhor Zé Prego	38
Figura 3 –Madrinha Edite, mestra do Jongo de Pádua	39
Figura 4 - Jongueiros trocando ideia	39
Figura 5 - Jongueira na roda	39
Figura 6 – Percussionistas de Miracema	39
Figura 7 - Público do I Encontro	39
Figura 8 – Relatório I Encontro Assinado pelo professor Hélio Machado	39
Figura 9 – Caxambu na praça pública de Miracema	41
Figura 10 – Apresentação do caxambu na praça pública de Miracema	41
Figura 11 – Cartaz de divulgação do III Encontro de Jongueiros	42
Figura 12 – Tambores do jongo	43
Figura 13 – Jongueiros no III Encontro	43
Figura 14 – Capa do livreto de divulgação do IV Encontro	44
Figura 15 – Senhor Manoel Seabra	44
Figura 16 – Mestre Darcy e Tia Maria do Jongo	44
Figura 17 – Jongueira na roda	44
Figura 18 – Jongueiros nos Arcos da Lapa	44
Figura 19 – Tambores no IV Encontro	45
Figura 20 – Jovens jongueiros no IV Encontro	45
Figura 21- Matéria publicada no jornal <i>O Fluminense</i> em 28 ago. 1999	45
Figura 22 - Notícia sobre o IV Encontro de Jongueiros	45
Figura 23 – Cartaz de divulgação do V Encontro	47
Figura 24 – Cartaz de divulgação do V Encontro	47
Figura 25 – Cartaz do VI Encontro	52
Figura 26 – Cartaz do VI Encontro	52
Figura 27 – Programação do VI Encontro	52
Figura 28 – Notícia do jornal <i>Tribuna do Interior</i> de 24 nov. 2001	53
Figura 29 – Quilombo São José da Serra no VI Encontro	53
Figura 30 – Jongo da Serrinha no VI Encontro	53
Figura 31 - Folder de divulgação do VII Encontro	54
Figura 32 – Folheto de divulgação	56

Figura 33 – Folheto de divulgação	56
Figura 34 – Folheto de divulgação	57
Figura 35 – Rogério, do Jongo de Miracema, no VIII Encontro de Jongueiros	57
Figura 36 – Comunidade de Santo Antônio de Pádua	58
Figura 37 – Material de divulgação do IX Encontro de Jongueiros	60
Figura 38 – Jongo de Miracema no IX Encontro	60
Figura 39 – Jongo de Miracema no IX Encontro	60
Figura 40 – Aquecendo os tambores no IX Encontro	60
Figura 41 – Matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> em 17 dez. 2004	65
Figura 42 – Matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> em 14 dez. 2004	65
Figura 43 – Matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> em 17 dez. 2004	66
Figura 44 – Matéria publicada no <i>Jornal do Brasil</i> em 10 dez. 2004	66
Figura 45 – Livreto com a programação do X Encontro	68
Figura 46 – Cartaz de divulgação do X Encontro que não foi aprovado pelos jongueiros, sendo substituído pela da figura anterior	68
Figura 47 – A liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, recebendo o título e a certidão de registro	71
Figura 48 – Notícia publicada no <i>Jornal do Brasil</i> em 11 nov. 2006	71
Figura 49 – Cartaz do XI Encontro	72
Figura 50 – Roda no XI Encontro de Jongueiros	75
Figura 51 – Roda no XI Encontro de Jongueiros	75
Figura 52 – Momento em que o líder do quilombo, Antônio Nascimento, recebe o reconhecimento do Quilombo São José da Serra	78
Figura 53 – Cartaz de divulgação do XII Encontro	80
Figura 54 – Roda de jongo no XII Encontro	81
Figura 55 – Comunidade de Pinheiral no XII Encontro	81
Figura 56 – Comunidade de Piquete	81
Figura 57 – Comunidade do quilombo São José da Serra	81
Figura 58 – Jornal do Jongo de Piquete	82
Figura 59 – Programação do Encontro	82
Figura 60 – Mesa de abertura do XIII Encontro	85
Figura 61 – Exposição fotográfica	85
Figura 62 – Mestre Cacalo, da comunidade de Vassouras	86
Figura 63 – Cartaz do I Encontro de Jongueiros do Vale	90

Figura 64 – Cartaz de divulgação do VII Encontro Paulista	90
Figura 65 – VIII Encontro Paulista de Jongueiros	90
Figura 66 – Material de divulgação do I Encontro Capixaba de Jongos e Caxambus	91
Figura 67 – Material de divulgação do II Encontro Capixaba de Jongos e Caxambus	91
Figura 68 – Divulgação do I Encontro de Caxambuzeiros do Norte, Noroeste e Zona da Mata mineira	92
Figura 69 – Divulgação do II Encontro de Caxambuzeiros do Norte, Noroeste e Zona da Mata mineira	92
Figura 70 – Cartaz do Encontro de Jongo do Vale do Café	93
Figura 71 – Declaração das comunidades de interesse no processo de registro do jongo	99
Figura 72 – Carta de apresentação dos pesquisadores	100

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 1 O jongo como memória social</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 2 Os Encontros de Jongueiros</b>	<b>31</b>
2.1 Memórias dos Encontros de Jongueiros: os Encontros de Jongueiros como espaço de articulação e identidade	36
I Encontro de Jongueiros	38
II Encontro de Jongueiros	41
III Encontro de Jongueiros	43
IV Encontro de Jongueiros	44
V Encontro de Jongueiros	48
VI Encontro de Jongueiros	51
VII Encontro de Jongueiros	53
VIII Encontro de Jongueiros	55
IX Encontro de Jongueiro	58
X Encontro de Jongueiros	66
XI Encontro de Jongueiros	72
XII Encontro de Jongueiros	80
XIII Encontro de Jongueiros	83
2.2 Os Encontros como multiplicadores	88
<b>Capítulo 3 O processo de patrimonialização do jongo e os Encontros de Jongueiros como mobilização e organização</b>	<b>94</b>
<b>Considerações finais - Os Encontros de Jongueiros como espaço de articulação e identidade dos Jongueiros na patrimonialização do jongo</b>	<b>111</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>122</b>
<b>Referências audiovisuais</b>	<b>127</b>
<b>Fontes da imprensa</b>	<b>128</b>

## Introdução

*“Andei... Parei... Custei...  
Mas no jongo eu cheguei  
Andei.... Parei... Custei....  
Mas no jongo eu cheguei”.*<sup>1</sup>

Iniciar a escrita deste trabalho relata minha trajetória até o dia de hoje. Sinto necessidade de voltar ao ano em que comecei a trabalhar na Assessoria de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro e me aproximei dos fazedores da cultura popular que tanto nos inspiram e emocionam. E são os responsáveis por mover minha pesquisa acadêmica do mestrado em história na Universidade Federal Fluminense.

Nos últimos quatro anos, tenho atuado como consultora na Assessoria de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) do Rio de Janeiro, setor da Superintendência responsável pelo Patrimônio Imaterial.<sup>2</sup> Durante esses anos, tenho tido contato diariamente com diversas demandas de lideranças das manifestações populares existentes no estado do Rio de Janeiro, que são registradas como patrimônio cultural imaterial: o Ofício das Baianas de Acarajé, o Jongo do Sudeste, as Matrizes do Samba Carioca, o Ofício dos Mestres de Capoeira, a Roda de Capoeira e a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty. E de outras que estão em processo de pedido de registro, como as Folias de Reis, a Serenata de Conservatória, os Clubes Sociais Negros, as Matrizes do Forró, o Choro, a Literatura de Cordel, o Repente, a Feira de São Cristóvão, os Terreiros de Candomblé e Umbanda.

Essa atribuição me permitiu a oportunidade de participar de encontros, reuniões de articulação, festas e diversos momentos importantes na construção da política de patrimônio imaterial no Rio de Janeiro junto aos detentores dessas práticas.

Em 2013 estive na minha primeira roda de jongo, na cidade de Miracema, situada no noroeste fluminense. Foi a partir de uma demanda de outra manifestação cultural, O Ofício dos Mestres de Capoeira que fomos à cidade durante o processo de construção do primeiro Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Ponto de jongo da comunidade Jongo Dito Ribeiro, de Campinas (São Paulo).

<sup>2</sup> Apesar de as superintendências possuírem autonomia no desenvolvimento das suas ações, é o Departamento de Patrimônio Imaterial, com sede em Brasília, o responsável pela construção da política de patrimônio imaterial.

A reunião em Miracema foi feita em setembro e envolveu os mestres de capoeira do município e de cidades vizinhas. Nessa ocasião, a liderança jongueira da cidade, Paulo Rogério da Silva, que já possuía forte contato com a Superintendência do Iphan-RJ, foi um grande parceiro na organização do evento, contatando seus mestres de capoeira conhecidos e criando uma integração com os técnicos do Iphan-RJ, garantindo àquele processo confiança e credibilidade.

Naquela noite, finalizados compromissos junto aos mestres de capoeira, Rogério nos apresentou o terreiro da casa de sua avó, a mestra jongueira dona Aparecida Ratinho. Fomos visitá-la e conhecer o espaço dos jongueiros de Miracema no morro do Cruzeiro. Na entrada da casa havia cartazes marcando que ali era a sede do Jongo de Miracema e que o jongo é um patrimônio cultural do Brasil.

Para minha sorte, aquela era noite de jongo.

Desde então, venho construindo meu caminho profissional e acadêmico no sentido de apoiar o desenvolvimento de políticas para o patrimônio imaterial respeitando e valorizando as manifestações populares e seus detentores. Nesse trabalho, minha intenção é registrar os caminhos do jongo em nossa contemporaneidade, refletindo também sobre os processos de patrimonialização dos bens registrados imateriais e de que forma alguns desses processos, principalmente os primeiros, foram feitos a partir do interesse de inventariar e documentar como as manifestações culturais são feitas e reproduzidas.

O decreto que estabelece o registro de bens de natureza imaterial e o Programa de Patrimônio Imaterial é o Decreto nº 3551 de 2000, e compreende que a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

Os livros em que os bens registrados estarão inscritos são definidos em: O livro de registro dos saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. E informa que outros livros poderão ser abertos de acordo com a necessidade de outros bens em processo de registro que não se enquadrem nos livros definidos anteriormente.

O decreto estabelece que o órgão responsável por acompanhar e avaliar os pedidos de registro é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que deverá supervisionar os pedidos de registro. Na instrução dos pedidos deverá constar descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes. A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do Iphan ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

Ao falarmos sobre os processos de registros, é válido apresentarmos a forma como funciona o órgão governamental responsável por essa tarefa. No período de desenvolvimento da pesquisa que originou o pedido de registro do jongo como patrimônio cultural, entre os anos de 2001 e 2005, a política para o patrimônio imaterial estava recém-criada e não havia uma estrutura institucional consolidada como acontece atualmente.

Naquela época a instituição responsável por desenvolver os primeiros projetos de pesquisas e inventários no âmbito do patrimônio imaterial era o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP, considerado uma Unidade Especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O CNFCP foi criado em 1958 e foi vinculado ao Iphan em 2003. Sua atuação nacional consiste na pesquisa, documentação, difusão e execução de políticas públicas de preservação e valorização dos mais diversos processos e expressões da cultura popular.

Em 2004 teve início a estruturação de uma política de salvaguarda dentro do Iphan, com a criação do Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI, que tem como objetivos zelar pela preservação e difusão dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e lugares portadores de referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Cabe ao DPI gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, supervisionar, orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e por implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais.

No organograma atual do DPI está a Coordenação Geral de Identificação e Registro, responsável por autorizar, acompanhar e avaliar os projetos que envolvem o uso do Inventário Nacional de Referências Culturais- INRC e instruir os processos de pedido de registros como patrimônio imaterial. Segundo informações disponíveis no site do Instituto, ao longo dos últimos anos foram realizados e finalizados cento e vinte e oito inventários utilizando a metodo-

logia do INRC e desses, quarenta e um foram registrados como patrimônio cultural. Atualmente existem trinta e dois processos de registro em aberto.

O DPI também possui em seu organograma a Coordenação Geral de Salvaguarda, responsável pela implementação da política de salvaguarda, um instrumento de gestão consequente com o indicado na instrução do processo de registro, inventários realizados, pesquisas complementares e entendimentos com os agentes diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural, convencionalmente chamados de detentores, propondo ações de curto, médio e longo prazo, visando o apoio e à continuidade de existência do bem cultural de modo sustentável, através do fomento à produção, reprodução, transmissão, e divulgação dos saberes e práticas a eles associados; e do apoio à autodeterminação e organização dos grupos detentores desses saberes e práticas para a gestão do seu patrimônio. Tendo como requisito básico para sua implementação a participação dos grupos e segmentos produtores do bem cultural registrado na elaboração do plano em todas as suas etapas.

A importância em marcar meu lugar de fala durante esse processo é dada pelo fato de estar envolvida diretamente com os protagonistas desse tema de pesquisa nas minhas relações profissionais e por considerar um desafio falar sobre os jongueiros a partir desse lugar marcado por tantas expectativas, decepções e demandas. Portanto, é preciso ser extremamente cuidadosa quanto às informações e memórias que pretendo registrar neste espaço, buscando não assumir o lado do discurso institucional, mas fazer uma análise crítica das informações recolhidas a partir da minha experiência.

\*\*\*\*

O presente trabalho tem como objetivo remontar a trajetória dos Encontros de Jongueiros,<sup>3</sup> pensando-os como um espaço de reconhecimento e valorização de uma identidade jongueira, de articulação política e social das comunidades participantes. As comunidades jongueiras utilizam esse espaço de encontro e compartilhamento para o fortalecimento das demandas comunitárias e para debater questões globais que assolam seus cotidianos. Buscamos também refletir sobre seu importante papel no processo de patrimonialização do jongo do Sudeste, demonstrando um modelo de organização e mobilização por parte dos detentores da manifestação cultural junto a seus diversos parceiros e se consolidando como um espaço de

---

<sup>3</sup> Ao me referir aos Encontros de Jongueiros como movimento organizado pelos jongueiros e jongueiras do sudeste brasileiro, utilizarei iniciais maiúsculas para marcar a importância desse movimento na história contemporânea do jongo e para separar do uso do verbo encontrar, evitando assim que o leitor possa se confundir.

representatividade da memória contemporânea do jongo. Reconhecendo os limites da pesquisa de não complexificar as questões apresentados.

Analisarei esses eventos, mais detalhadamente, do I Encontro realizado na cidade de Santo Antônio de Pádua, em 1996, ao XI Encontro realizado no quilombo São José da Serra, em 2006. Neste período, os Encontros aconteceram anualmente e, durante os anos de 2001 e 2005 foram espaços importante para o processo de reconhecimento do jongo do Sudeste como patrimônio cultural brasileiro. Não deixarei, porém, de analisar a documentação e alguns relatos sobre os outros dois Encontros, que aconteceram em 2008 e 2014.

A pesquisa também pretende expor e divulgar os trabalhos produzidos pelas coordenadoras e pesquisadores que atuaram no projeto de inventário do jongo do Sudeste, reunindo informações acerca de seu processo de patrimonialização.

Em 2005, o jongo/caxambu foi registrado como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Conselho Consultivo do Iphan no Livro das Formas de Expressão com o processo nº 01.450.005.768/2004-43, aberto em 24 de maio de 2001. O pedido de registro foi aprovado na 48ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 10 de novembro de 2005 e a inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão foi realizada em 15 de dezembro do mesmo ano.

Mesmo antes da edição do Decreto que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR) –,<sup>4</sup> os jongueiros já vinham promovendo ações com o intuito de salvaguardar sua tradição.

O primeiro capítulo desta dissertação é uma apresentação sobre o jongo como manifestação cultural e memória social de herdeiros de uma tradição africana transmitida durante gerações desde a chegada de negros que foram escravizados e trazidos para trabalhar nas fazendas de café do sudeste brasileiro, citando importantes autores do período folclorista que fizeram registros sobre a cultura popular entre os anos 1950 e 1980. Utilizei-me, também, de pesquisas acadêmicas de historiadores e antropólogos que vêm, desde a década de 1990, lançando um olhar diferente sobre as manifestações culturais.

O segundo capítulo pretende apresentar documentos que permitem analisar a trajetória dos Encontros de Jongueiros, a partir de imagens históricas, documentos oficiais e relatos

---

<sup>4</sup> “Nesse mesmo período, foi inaugurando o fomento às experiências de inventário com o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), incorporado ao Iphan em 2004”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418>>. Acesso em: 25 maio 2017.

de história oral com jongueiros e parceiros desse processo recente, que embasa e perpassa o debate sobre a patrimonialização da manifestação, de 1996 até os dias de hoje.

O terceiro capítulo propõe um debate acerca do processo de inventário do jongo do Sudeste, promovido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante os anos de 2001 e 2005, que teve os Encontros de Jongueiros como importante espaço de representação, mobilização e organização dos jongueiros na contemporaneidade, identificando-os como movimento que deveria ser promovido e salvaguardado.

As Considerações finais não se pretendem como uma conclusão, pois o trabalho de análise e reflexão sobre o movimento dos Encontros de Jongueiros ainda tem muito a ser explorado e aprofundado. Diversas questões podem ser pensadas a partir deles, em trabalhos voltados para questão de gênero, política, história comparada e diversos outros assuntos motivadores de investigação. Expomos as considerações finais acerca desse processo de construção da dissertação, refletindo sobre o que foi apresentado sobre o papel dos Encontros de Jongueiros no processo de registro como patrimônio imaterial do jongo e suas representações no contexto contemporâneo, que envolve o jongo e seus praticantes.

\*\*\*\*

A partir do trabalho referencial da folclorista Maria de Lourdes Borges Ribeiro intitulado *O jongo* (1984), em que ela registrou informações sobre essa manifestação após 10 anos de pesquisas empíricas, e de trabalhos de outros folcloristas, como Luciana Gallet (1934), tido como o primeiro a produzir pesquisas sobre o tema, em que descreve um jongo realizado em 1927 na Fazenda de São José da Boa Vista, no estado do Rio de Janeiro, Alceu Maynard Araújo (1949), Lavínia Costa Raymond (1954), entre outros, e de historiadores como Stanley Stein (1957), Hebe Mattos e Martha Abreu (2007), sabemos que o jongo é uma manifestação cultural de origem africana que tem raízes nos saberes, ritos e crenças do grupo linguístico banto. São homens e mulheres procedentes da África centro-ocidental durante o século XIX, que aqui chegaram na condição de escravos para trabalhar nas fazendas de café e cana-de-açúcar do sudeste brasileiro, e o jongo expressa uma parte do processo vivido por esses negros escravizados no Brasil, onde cantam sobre a vida no cativeiro, a abolição da escravidão e integração com a cidade.

A semelhança de uma língua franca de base quimbundo-quicongo-umbundo, idiomas semelhantes entre si, proporcionou a constituição de identidade comum nas senzalas. A língua funcionava também como um código secreto para os escravizados e, a partir dela, tradições

culturais de grupos sociais diferentes, mas que compartilhavam pressupostos cosmológicos e ontológicos, permitiram a prática de manifestações como o jongo na vida na senzala. Como coloca Robert Slenes, em seu livro *Na senzala uma flor*, os centro-africanos escravizados encontraram em suas heranças culturais a base para a constituição de uma identidade cultural comum nas senzalas.

O jongo une a dança coletiva, práticas de magia e percussão de tambores e é uma forma de louvação aos antepassados, tradição, identidade e resistência. Essa manifestação também recebe diferentes nomes de acordo com o local em que acontece: jongo, caxambu, tambor ou tambu.

No capítulo do livro *Memórias do jongo*, intitulado “Jongo, registro de uma história”,<sup>5</sup> as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, discutem o termo para se referir ao jongo, ou caxambu, durante o século XIX. O termo que era utilizado de forma genérica para definir qualquer reunião de “pretos”, era chamado de “batuque”, e as autoras afirmam que esse termo foi dado “pelos de fora”, não por quem participava, e era encontrado nos códigos de repressão e controle e nos de postura existentes em vários municípios do Brasil.

Edson Carneiro (1974) classificou o jongo como dança semirreligiosa, pois nela não há invocação visíveis de orixás, nem movimentos frenéticos e nem possessões, mas é uma diversão que possui momentos mágicos. Maria de Lourdes Borges Ribeiro coloca que nele há uma intenção religiosa fetichista, em que suas práticas são feitas em segredo, misteriosamente, são comuns, mas não essenciais, e que esse elemento “esotérico”<sup>6</sup> será perdido e ficará apenas o divertimento.

No livro *Jongo de Piquete: um novo olhar*, bem mais recente, de autoria do mestre jogueiro local, Gilberto Augusto da Silva, mais conhecido como Mestre Gil, e de Ana Maria Gouvêa,<sup>7</sup> Gilberto afirma que o jongo é representativo de um poder derivado do sagrado, entretanto é uma dança profana de roda criada para divertimento em horas de lazer.

Dominada pelos antigos, possui no seu arranjo um caráter rígido quando ao respeito aos mais velhos, além de um sistema de representações retidas e repetidas nas “mirongas” (base dos pontos e de seu intrincado arranjo). Admitidos como poetas-feiticeiros, os mais velhos, dotados da capacidade de liderança, desafiavam-se nas rodas do jongo para disputar os conteúdos entendidos como de sabedoria [Silva e Gouvêa, 2007:33].

<sup>5</sup> MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Jongo, registro de uma história. In: LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo (Org.). *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007, p. 73-75.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. *O jongo*. Rio de Janeiro: Funarte 1984, p. 69.

<sup>7</sup> SILVA, Gilberto Augusto da; GOUVÊA, Ana Maria *Jongo de Piquete: um novo olhar*. Piquete, SP: Ed. do Autor, 2007.

No jongo, a música cantada é chamada de ponto, mas Maria de Lourdes Borges Ribeiro, em 1960, afirmava que nos primeiros registros sobre o assunto, não havia referência e essa palavra, que só surgiu a partir do trabalho de Willems (1947) quando, ao descrever o Jongo de Cunha, ele se refere ao canto dos jongueiros como *ponto*. Alceu Maynard Araújo, em 1949, também chamava de *ponto* o que para ele é o texto-melodia, de caráter improvisado, usado para a dança. A partir desses autores, Maria de Lourdes identifica diversos outros, que em pesquisas em São Paulo, Espírito Santo e estudos dela própria nesses estados e no Rio de Janeiro e Minas Gerais se referia ao que o jongueiro canta como *ponto*.

Foi por meio dele e de seus enigmas e metáforas que, na época da escravidão os capatazes e senhores não conseguiam compreender o que estava sendo dito. O jongo era usado para falar do que se passou no dia ou do que ia acontecer; era por meio dos pontos que os escravizados se comunicavam. Era uma maneira que eles tinham de debochar dos senhores e até combinar fugas, além de falar sobre os de fora. Stanley Stein (1957) nos conta, a partir de sua participação nas rodas de jongo durante os anos de 1948 e 1949 no município de Vassouras, que com a não supervisão do fazendeiro e com o uso de palavras africanas, o jongo era o lugar que proporcionava aos escravos a oportunidade de expressar seus sentimentos em relação aos senhores e feitores e comentar acerca das fraquezas de seus companheiros. Ele afirma que eram canções de protesto reprimidas, mas de resistência.<sup>8</sup>

Os escravos não podiam comunicar com ninguém, eles não tinham liberdade. Então, quando eles estavam na senzala é que eles iam participar um com o outro. Então, no meio eles faziam a roda de Jongo e ali cada um cantava o Jongo falando o que queria falar, pela canção.<sup>9</sup>

O canto é uma interação entre o que canta e os que estão na roda. É cantado primeiramente pelo solista com versos livres – normalmente, quem dá início aos pontos em geral ocupa uma posição de destaque no grupo, seja por sua idade e responsabilidade ou por sua capacidade de liderança – e em seguida cantam todos juntos no refrão e o repetem várias vezes, muitos sem deixar de bater palmas. Se o ponto contém um enigma é repetido até que alguém o desarme, isto é, decifre o enigma proposto. Quando o cantador quer encerrar, ele também chama “machado” ou “cachoeira”, e os tambores param e esperam pelo novo ponto.

---

<sup>8</sup> Stein, J. Stanley. *Vassouras: a Brazilian coffee country, 1850-1900*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1957. Traduzido para *Vassouras: um município brasileiro do café 1850-1900*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

<sup>9</sup> Maria José Martins de Oliveira, a dona Zé, jongueira do bairro Tamandaré, em Guaratinguetá, em registro do folheto de divulgação do VIII Encontro de Jongueiros, realizado em Guaratinguetá, disponível no acervo do CNFCP.

Maria de Lourdes Ribeiro afirmava que os pontos encerram um sentido simbólico, que dá às palavras uma semântica peculiar aos jongueiros, de sorte que nela se entendem, e identificou os pontos em “formas”, que ela separa em: ponto de louvação, cantado no início, para louvação; ponto de saudação, para saudar ou “saravá” alguém; ponto de visaria ou bizarria, para alegrar a dança; ponto de despedida, para o final do jongo; ponto de demanda ou porfia, para desafio; ponto de gurumenta ou gromenta, para briga; e o ponto de encante, para magia.

Lavínia Costa Raymond em seu livro *Algumas danças populares do Estado de São Paulo*, narra sua experiência em acompanhar uma roda de jongo na cidade paulista de São Luiz do Paraitinga em 1944, em que ela percebeu a predominância do canto sobre a dança e em particular a predominância do desafio como elemento de prestígio social, que marcava a “vitória” de um jongueiro sobre o outro.

Os desafios, os mistérios, as demandas e enigmas que circulavam na roda faziam parte de um momento em que crianças não podiam participar. Existem lendas contadas até hoje por jongueiros que dizem que, enquanto o jongueiro não decifrasse o ponto que o outro jogou, ele ficava preso no chão como se estivesse amarrado, o que trazia para dentro da roda a dimensão das crenças ao poder “mágico”.

O ponto pode ter uma linguagem enigmática. Deve, então, ser decifrado, ou, como dizem, desatado. Quando ninguém consegue, diz-se que o ponto ficou amarrado ou que o jongueiro ficou amarrado. Amarrar alguém num ponto é jogar um ponto que esse alguém não explica e nem desata.<sup>10</sup>

O dançar o jongo acontece em roda, e antes de iniciar uma roda é preciso pedir licença aos mais velhos, saudar os que já se foram e cumprimentar os tambores. Dois jongueiros dançam no centro enquanto os outros formam uma a roda em torno deles. É marcado pelo passo no qual os dois que estão no centro da roda vão ao encontro um do outro, como um sinal de reverência.

A descrição da dança, feita por Stanley Stein (1957), de uma roda de jongo a que ele assistiu no município de Vassouras entre 1948 e 1949, é de que os homens vestiam calças brancas e possivelmente uma camisa listrada; as mulheres, blusas frouxas, saias rodadas, lenços no cabelo, e todos dançavam uns em volta dos outros, sem se tocarem, e se moviam no sentido anti-horário; quando se cansavam, dirigiam-se aos do mesmo sexo, convidando-os para substituí-los.

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. *O jongo*, 1984, op. cit., p. 24.

Dependendo da comunidade jongueira, a dança pode ser feita de dentro para fora ou de fora para dentro, ou seja, em algumas comunidades quem está dentro da roda convida quem está fora para entrar no seu lugar; em outras comunidades é quem está fora que entra na roda, cumprimenta aquele que vai sair e dança em seu lugar. E também ocorre de, em algumas comunidades, a dança acontecer com uma pessoa de cada vez no centro da roda. O jongo vivava a noite e ia até o sol raiar, com os casais dançando em uma disputa de força, ginga e agilidade.

Outro elemento fundamental do jongo é a presença de tambores: os tipos e números de instrumentos e o modo de combiná-los variam de grupo para grupo. Geralmente, o tambor maior é denominado tambu ou caxambu e o tambor menor é chamado de candongueiro. Algumas comunidades tocam dois e outras tocam três tambores. Há ainda o caso da comunidade do Jongo da Serrinha que, com o mestre Darcy, passou a incluir instrumentos de corda nas rodas, como violão e cavaquinho, o que se mantém até os dias atuais, marcando sua diferença em relação a outras comunidades.

Maria de Lourdes Ribeiro (1984) descreveu como deveriam ser o tambu e o candongueiro. O tambu é um tronco escavado que pode medir de 80 cm até mais de 1,5 m, sendo mais fino na ponta coberta de couro de boi, de cabrito ou de veado. O candongueiro tem seu comprimento máximo de 60 cm e é encourado da mesma forma que o tambu.

Atualmente, os tambores podem ser basicamente de três tipos: os de tronco escavado, cobertos com pele de animal presa por pregos, são fabricados artesanalmente e acabam sendo transmitidos como heranças dentro da comunidade. Outro tipo é aquele em que a membrana é presa por um sistema de cordas fixadas a um anel de metal que envolve o tambor. Há também os de fabricação industrial que têm suas membranas presas por um sistema de canoas e parafusos.

Ainda existem grupos que possuem tambores com mais de 100 anos, “do tempo do cativo”, como é o caso da comunidade do quilombo São José da Serra, em que os tambores são sagrados e não é qualquer um que pode tocar neles. Acredita-se que os tambores do quilombo tenham mais de 150 anos.

No período da escravidão, a autorização dos senhores era um procedimento necessário para que o jongo acontecesse, mas isso não chegava a ser um problema, porque os senhores também usavam o jongo como diversão e entretenimento para eles e seus convidados. Segundo Stanley Stein (1990), havia a permissão para o jongo acontecer em dias de festas dos senhores, festas dos santos, sábados ou domingos à noite nos terreiros de café bem próximos

das senzalas.<sup>11</sup> Embora as proibições fossem comuns, ao longo do século XIX não podemos esquecer que havia espaços para a negociação e realização dessas festas, que se constituíam em um dos poucos momentos permitidos para trocas e confraternização.

Além da necessidade de autorização dos senhores, durante o período escravagista e no pós-abolição foram criadas legislações para controlar ou proibir as rodas de jongo. Stein<sup>12</sup> identificou nos regulamentos municipais de Vassouras que vigoraram até 1890, que “o caxambu era proibido nas ruas da cidade e em qualquer casa localizada dentro dos limites da cidade”; para a realização em outros lugares, até 1949, era necessário obter previamente uma permissão da polícia, seguindo o código de postura.

No livro do jongueiro Gilberto Augusto da Silva, o mestre Gil,<sup>13</sup> ele registra duas disposições da legislação municipal de Piquete que enquadravam o jongo como atividade perigosa e perniciososa para a população. A Lei nº 3, de 16 de janeiro de 1893, do Código Municipal da Vila Vieira do Piquete, que estabelecia, em seu art. 25 que “os batuques, sambas, cateretês, canaverde e outros, sem aviso prévio da autoridade competente, ficavam proibidos, sob pena de 5\$000 de multa ao dono da casa”. A Lei nº 61, de 5 de novembro de 1914, reforçou a legislação anterior, aumentando a pena para quem a descumprisse: 20\$000 e destruição dos objetos utilizados.

Para além dos “espetáculos” apresentados aos senhores e viajantes, a pesquisa de Camila Agostini, apresentada por Hebe Mattos e Martha Abreu<sup>14</sup> revela indícios de que na região de Vassouras eles também aconteciam na surdina:

Nos arredores e no interior das senzalas, as roças e as matas, os terreiros das casas ou choças de escravos casados ou idosos serviam para os encontros de caxambu. Cativos de diferentes fazendas também, às vezes, poderiam se encontrar, na surdina, para as danças e toques de tambores.

Sobre a presença de crianças no jongo, existem diferentes relatos que contam da ausência e da presença delas nas rodas. Segundo registros gravados com jongueiros nas últimas décadas,<sup>15</sup> até algum tempo atrás era proibida a presença de crianças nos terreiros enquanto se dançava o jongo, por conta da magia que estava envolvida nas rodas. Entretanto, é possível

<sup>11</sup> STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café: 1850-1900*, 1990, op. cit.

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> SILVA, Gilberto Augusto da; GOUVÊA, Ana Maria *Jongo de Piquete: um novo olhar*, 2007, op. cit., p. 35.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>15</sup> Entrevista com o jongueiro do quilombo São José da Serra, Manoel Seabra, gravada no âmbito do projeto “Memória do Cativo e Identidade Étnica”, do LABHOI, em 28 nov. 2003 e disponível em: <[www.labhoi.uff.br/arquivo-sonoro/item/3157](http://www.labhoi.uff.br/arquivo-sonoro/item/3157)>; entrevista gravada com o jongueiro de Angra dos Reis, Délcio José Bernardo, no âmbito do projeto do LABHOI “Jongo, Calangos e Folias”, em 29 set. 2006 e disponível em: <[www.youtube.com/watch?time\\_continue=2650&v=VbhTAf8G1u4](http://www.youtube.com/watch?time_continue=2650&v=VbhTAf8G1u4)>. Cf.: SILVA, Gilberto Augusto da; GOUVÊA, Ana Maria *Jongo de Piquete: um novo olhar*. 2007, op. cit. p. 67.

encontrar no livro de Alceu Maynard Araújo (1949) a presença de *zinhos*, como eram chamados os meninos quando pequenos nas rodas de jongo na cidade paulista de Cunha. Araújo ressalta que os *zinhos* “não cantavam os pontos, mas entram dançando e não são hostilizados pelos adultos e ali vão aprendendo, e com isso a tradição vai sendo transmitida às novas gerações”.<sup>16</sup> Assim como no livro de Stanley Stein (1990) ele registrou a presença de crianças nas rodas, “mesmo as crianças entravam na roda para imitar os movimentos dos mais velhos”,<sup>17</sup> que ele pôde acompanhar na cidade de Vassouras em 1948 e 1949.

Por meio do jongo a história do negro foi cantada e transmitida entre as gerações. Pela música e diversão, as histórias de sofrimento, luta e resistência foram herdadas por seus descendentes. Hoje, o jongo é uma manifestação cultural reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro, acionada como forma de reconhecimento social, luta política e identidade coletiva.

Hoje mudou. Antes os velhos armavam a fogueira com quase dois metros de altura e só começavam a dançar depois de pedir licença aos orixás. Cada mulher usava a roupa que podia, havia desafios lançados, brigas, crianças só entrava se os pretos velhos que estavam ali para desafogar suas mágoas permitissem. Agora é mais tranquilo, dançamos também em casa, não apenas no terreiro.<sup>18</sup>

O depoimento da vovó Maria Joana traz a perspectiva do tempo presente às manifestações populares, que estão propensas a sofrer alterações, assim como tudo que é vivo. A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, em seu texto “História e antropologia”,<sup>19</sup> trouxe a compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam, o que permite perceber a mudança cultural não apenas como perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de intensa violência. A identidade já não é vista como fixa, única e imutável, mas é compreendida como construção histórica. Seu caráter plural, dinâmico e flexível tem sido evidenciado em inúmeros estudos atuais sobre etnicidade que também já não consideram a cultura, e muito menos as relações consanguíneas, como elementos definidores de grupos étnicos; em vez disso, priorizam suas dimensões políticas e históricas.

<sup>16</sup> ARAÚJO, Alceu Maynard. Jongo. Separata da *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. CXXVIII, 1949, p. 49.

<sup>17</sup> STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café: 1850-1900*, 1990, op. cit., p. 245.

<sup>18</sup> Depoimento da vovó Maria Joana em BONFIM, Beatriz. Vovó Maria Joana traz a Serrinha à Lapa para mostrar o jongo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1983. Caderno B.

<sup>19</sup> ALMEIDA, Maria Regina C. de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012, p. 151-168.

## Capítulo 1 O jongo como memória social

*“O Jongo é canto, é dança, é ponto. Mas também é luta, também é resistência”.*<sup>20</sup>

Ao iniciarmos esse capítulo, consideramos importante apresentar o motivo da escolha do título “jongo – memória social”. Ao analisarmos que o campo de estudos da contemporaneidade também é permeado pelas questões da memória e entendendo a memória como relação, como rede que trata simultaneamente do acúmulo e da perda, da lembrança e do esquecimento, acessamos o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs para entender que a apresentação sobre a manifestação cultural a seguir é fruto da dimensão social da vida dos indivíduos.

“se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitem do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social (Halbwachs, 2006)”.

Nas últimas duas décadas pudemos observar o crescente interesse pelo jongo, seja acadêmico<sup>21</sup> ou midiático. O jongo é patrimônio cultural brasileiro, tema de pesquisas nas universidades, tema de livros e documentários; seus detentores estão dentro das instituições de ensino falando e produzindo monografias, dissertações, teses, filmes sobre o jongo. Eles estão nos palcos e na televisão no Rio de Janeiro, como o Jongo da Serrinha, que reúne milhares de admiradores nas suas festividades do Treze de Maio, como no caso do quilombo São José da Serra, para cuja festa são formadas caravanas e onde são realizadas oficinas para “os de fora” aprenderem a jogar. As comunidades produzem seus CDs, reúnem mais de 500 pessoas em

<sup>20</sup> Alessandra Ribeiro, liderança jogueira da comunidade Jongo Dito Ribeiro, de Campinas (SP), em depoimento no filme *Saravá, jogueiro novo*. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=Ro7KhEoVwqE](http://www.youtube.com/watch?v=Ro7KhEoVwqE)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

<sup>21</sup> LARA, Sílvia. Vassouras e os sons do cativo no Brasil. In: LARA, Sílvia Hunold; PACHECO, Gustavo (Org.). *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: Cecult, 2007. p. 65-66.

seus Encontros. Suas possibilidades estão em construção, ainda não sabemos quais os próximos caminhos que o jongo vai seguir.

No contexto da produção acadêmica sobre o jongo, vamos apresentar algumas pesquisas marcantes que são referência para o estudo sobre o tema, partindo do livro *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras 1949*, organizado pelos historiadores Silvia Hunold Lara e Gustavo Pacheco, publicado em 2007, em que analisaremos os capítulos publicados por importantes historiadores que contextualizam os percursos do jongo a partir do livro de Stanley Stein, *Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-1900*.<sup>22</sup> O livro contém artigos dos historiadores: Gustavo Pacheco, Stanley Stein, Silvia Hunold Lara, Hebe Mattos e Martha Abreu, e Robert Slenes, além de incluir um CD com as gravações recuperadas de Stein, suas transcrições e seu caderno de imagens.

No fim da década de 1940, o historiador norte-americano, Stanley Stein esteve no Brasil para desenvolver sua pesquisa acerca da economia cafeeira e a sociedade de *plantation*, que fazia parte dos sucessivos ciclos de crescimento econômico voltados para exportação a partir do século XIX. Em maio de 1948, ele viajava para o Brasil com sua esposa, a também historiadora norte-americana Barbara Stein, e a primeira filha do casal, para seu trabalho de campo na cidade de Vassouras, no Vale do Paraíba do estado do Rio de Janeiro.

Na oportunidade, Stein entrevistou ex-escravos e descendentes de escravos para seu trabalho, e apesar de não ser seu objetivo de pesquisa, teve a oportunidade de ouvir desses “informantes” jongos que contavam sobre suas vidas, sobre abolição e suas amarguras em ter a liberdade, mas sem acesso a terra. Para ele, o jongo foi uma maneira de entrar no mundo dos trabalhadores rurais, percebendo a partir da improvisação, suas reações diante da sociedade escravocrata nas fazendas de café de Vassouras. Durante sua estada ele fez diversas gravações de jongos, batuques, folias de reis e sambas que ficaram guardadas por mais de 50 anos, até 2003.

O historiador Gustavo Pacheco, com as historiadoras brasileiras, Silva Lara e Martha Abreu, conseguiram por meio de “suas ligações acadêmicas” entrarem em contato com o Stein, que Gustavo encontrou em uma viagem à Universidade de Princeton, em 1999, ocasião em que puderam conversar sobre a permanência do norte-americano no Brasil e as gravações que ele havia feito, mas que eram desconhecidas até aquele momento, pois Stein não conseguira localizá-las.

Em 2002, Gustavo retornou aos Estados Unidos e reencontrou Stein, expondo seu desejo de fazer circular as gravações feitas em 1948 e 1949, não só no meio acadêmico, mas

---

<sup>22</sup> Publicado nos Estados Unidos em 1957 e traduzido para o português em duas versões, a primeira de 1961 e a segunda em 1990.

também entre os jongueiros e descendentes de escravos, o que Stein apoiou integralmente, e se comprometeu a localizar o material gravado e enviá-lo para o Brasil, o que aconteceu no começo de 2003, como conta Gustavo Pacheco no seu texto “Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein”.

O material precisou ser copiado e digitalizado, o que foi feito por uma empresa norte-americana, que conseguiu recuperar mais de meia hora de sons gravados, “contendo não apenas sessenta cantigas (ou pontos) de jongo, mas também cinco fragmentos de batuques, oito cantigas acompanhadas por acordeão, uma folia de reis, cinco batucadas de samba e um samba enredo”<sup>23</sup>.

A historiadora Silva Lara, em seu capítulo “Vassouras e os sons do cativo no Brasil” nos conta sobre o contexto da vinda de Stein para o Brasil, quando ele ficou instalado em uma pequena pensão, em Vassouras, de setembro de 1948 a novembro de 1949, no período do pós-guerra. Stein serviu na Marinha norte-americana por três anos e após a guerra retornou à universidade. “Durante a grande depressão, o governo norte-americano criara vários projetos para abrigar intelectuais e acadêmicos que haviam perdido seus empregos”<sup>24</sup>.

Lara vai além do contexto social e acadêmico historiográfico americano, citando os autores que influenciaram a formação interdisciplinar de Stein, inspirada em trabalhos de antropólogos interessados nas mudanças sociais e culturais, como Ralph L. Beals, Robert L. Redfield e George M. Foster, que o fizeram escolher estudar um caso específico em uma microrregião do Vale do Paraíba e focando sua pesquisa nas relações locais, o que fez de seu livro uma produção inovadora e famosa, em que os temas são tratados tendo em vista os agentes sociais.

Stein procurava entender questões centrais da história do desenvolvimento econômico brasileiro, mas também queria compreender como o estabelecimento da lavoura cafeeira havia alterado o modo de vida das pessoas daquela região. Sua proposta associava, assim, o interesse pela cultura material e pelos hábitos da vida cotidiana às análises mais abrangentes que buscavam explicações para mudanças econômicas, demográficas e sociais. Ao focalizar uma região específica, privilegiando as relações locais, buscava também um meio para contribuir com um novo olhar para a compreensão dos processos históricos mais amplos da mudança econômica e social.<sup>25</sup>

Para a autora, Stein foi o primeiro a utilizar os jongs como fontes para uma análise histórica, e seu livro *Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-1900* tornou-se pioneiro no

---

<sup>23</sup> PACHECO, Gustavo. Memória por um fio: as gravações de Stanley J. Stein. In: LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo (Org.). *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: Cecult, 2007, p. 19-24.

<sup>24</sup> LARA, Silvia. Vassouras e os sons do cativo no Brasil, 2007, op. cit., p. 47.

<sup>25</sup> Ibid., loc. cit.

uso dessas novas fontes – os depoimentos de ex-escravos – e com isso se tornou referência para os historiadores interessados nas vozes dos escravos, apesar de durante muitos anos ter sido deixado de lado do debate historiográfico brasileiro, foi traduzido em duas edições (1961 e 1990). Lara diz que o livro nem sempre foi lido da mesma maneira ou reverenciado pelos mesmos motivos.

O capítulo de Lara apresenta um importante panorama sobre a historiografia brasileira acerca das discussões sobre escravidão e a formação social brasileira nos anos de 1960 até os anos 2000, quando o contexto de interesse dos historiadores pelas práticas cotidianas das relações entre senhores e escravos avançou para o terreno da cultura, das práticas religiosas, cerimônias e festas, com uma abordagem diferente das dos folcloristas dos anos 1950, devolvendo ao livro de Stein seu local de referência na história da escravidão brasileira.

À sua sombra, muitos outros estudiosos podem ganhar forças para seguir na mesma direção. E muitos homens e mulheres negros podem reconhecer ali tradições herdadas de seus avós, palavras combativas que expressavam a amargura, a resignação irônica e a desforra nos tempos da escravidão – e que hoje podem instruir as lutas do presente.<sup>26</sup>

O direito à memória das comunidades jongueiras, que teve seu marco histórico para o reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e ameríndia na Constituição de 1988, que prevê, em seu art. 4º a autodeterminação dos povos, em virtude do que estes determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Por outro lado, os artigos 215 e 216, reconhecem a dimensão imaterial do patrimônio cultural e estabelecem a missão de promover e proteger esse patrimônio em conjunto com as comunidades detentoras. Houve o redirecionamento do entendimento de conceitos para as tradições e saberes populares, além de outros aspectos de grande importância, como reconhecer os direitos à terra das comunidades quilombolas e indígenas.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico [Constituição Federal, 1988].<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Ibid., p. 67.

<sup>27</sup> Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2017.

A partir desse momento os povos indígenas e negros tiveram reconhecidos os direitos às memórias de suas histórias e de suas tradições. E outros direitos foram inaugurados, por exemplo, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, que busca atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais.

Os efeitos do registro são vários. Em primeiro lugar, fica instituída a obrigação pública de documentar e acompanhar a dinâmica das manifestações culturais registradas. Em segundo, promove-se, com o ato de inscrição, o reconhecimento da importância desses bens e sua valorização, mediante a concessão do título de Patrimônio Cultural do Brasil e a implementação, em parceria com entidades públicas e privadas, de ações de promoção e divulgação. [...] e por fim, se favorece a transmissão e a continuidade das manifestações registradas mediante a identificação de ações de apoio, no âmbito do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.<sup>28</sup>

Segundo as autoras Hebe Mattos e Martha Abreu, no texto “A história como performance: jongos, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos” (2016), com essa legislação, as novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional tem permitido que diferentes grupos sociais decidam sobre o que querem guardar e definir como próprio e identitário. Ser detentor de patrimônios culturais relativos à experiência da escravidão e à memória da África transformava-se, assim, em signos da resistência cultural, capazes de fortalecer as reivindicações territoriais, sociais, a autoestima coletiva dos grupos e a luta contra o racismo.

Reconhecer e valorizar as práticas culturais negras são atitudes que reforçam seus elos com a cultura diaspórica e com a autoestima dos grupos na luta contra o racismo, pois através delas os grupos produzem uma contranarrativa do passado escravista e da cultura negra que sempre foi marcada pela negação e violência.

Entre você ser visto e você ser reconhecido é outra história. Porque não adianta dizer assim: eu estou livre, se as outras pessoas não reconhecem essa minha liberdade. Então tem que ter o reconhecimento e isso está começando a acontecer, o negro está sendo visto de outra maneira. O reconhecimento é que é a dificuldade, que ser visto nós somos vistos. Nós somos vistos. (Gilberto Augusto da Silva, liderança jongueira de Piquete)<sup>29</sup>

<sup>28</sup> SANT’ANNA, Marcia. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006. p. 20-21.

<sup>29</sup> Depoimento da liderança jongueira de Piquete, Gilberto Augusto da Silva, mais conhecido como Mestre Gil, gravado durante o 10º Encontro de Jongueiros no qual lhes foi entregue o título do jongo como patrimônio cultural imaterial. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrl](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrl)>. Acesso em: 21 fev. 2017.

O jongo representa a multifacetada identidade brasileira, como representante da resistência afro-brasileira na região Sudeste, assim como seu caráter de referência cultural como remanescente do legado dos povos africanos de língua bantu, escravizado no Brasil.

O jongueiro da comunidade de Angra dos Reis, Délcio José Bernardo, em seu capítulo no livro *História social da língua nacional 2*<sup>30</sup>, define o importante papel de memória social que o jongo possui de construção de identidade dos seus praticantes, por ser um espaço de ensino e aprendizagem: um espaço onde os saberes são socializados e não impostos, onde se aprende fazendo, brincando, cantando, onde o currículo oculto dos jongueiros respeita a diversidade e onde os mais velhos têm função primordial em suas comunidades, pois são eles os responsáveis por transmitir os ensinamentos. O jongo fortalece e ajuda os seus a se reerguerem durante as dificuldades.

As historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, no capítulo “Jongo: registros de uma história”, no livro *Memórias do jongo*, sinalizam a recente patrimonialização do jongo pelo Iphan, em dezembro de 2005, demonstrando que aquele momento histórico de reconhecimento e direitos dessa prática cultural ia de encontro às expectativas dos folcloristas dos anos 1930 e 1940, que viam como iminente o desaparecimento de diversas manifestações populares, inclusive o jongo, estando este condenado ao seu “enfraquecimento e à invisibilidade em termos de números de dançarinos, inspiração musical e poética”, o que parecia inevitável até para Stanley Stein (1957), que considerou inevitável sua perda. Mattos e Abreu fazem um importante registro de como o jongo foi visto e avaliado do século XIX ao início do século XXI por folcloristas, pelo Estado e pelos próprios jongueiros.

Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>31</sup>, a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade, principalmente com o que é herdado, e o que é herdado são como extensões morais e simbólicas dos indivíduos. Ter o direito reconhecido do valor das suas heranças culturais e a memória de um tempo que elas carregam é fundamental para o processo de identificação desses indivíduos com seu passado e o de sua família. E o jongo é uma das heranças recebidas pelos africanos escravizados, e sua memória foi acionada de diferentes formas para valorização e conscientização política do negro na sociedade brasileira.

Pierre Laborie, em seu texto “Memória e opinião”, considera que através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas

---

<sup>30</sup> BERNARDO, Délcio José. Jongo, espaço de construção de identidade: afinando os pontos com a escola. In: LIMA, Ivan Stolze; CARMO, Laura do. *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau, 2014. p. 311-327.

<sup>31</sup> GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

representações do passado que ela quer testemunhar. Ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente. Podemos pensar que o jongo também foi uma forma de superação do silêncio existente no pós-abolição em relação às histórias vividas no “tempo do cativo”, pois nele canta-se sobre os traumas, a saudade, o deboche, a liberdade e o sagrado, e hoje em dia homenageia os antepassados e continua como uma crítica à condição do negro na sociedade.

“O Jongo é a palavra tirada, através do Jongo o negro contava... Porque a história do negro tá no Jongo, não é? Aí quando você vai ouvindo os pontos antigos, acaba vendo que o negro nunca aceitou a escravidão”<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Cacalo, liderança jongueira de Vassouras, em depoimento disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=\\_ei5x45zBa8](http://www.youtube.com/watch?v=_ei5x45zBa8)>. Acessado em: 19 jan 2017.

## Capítulo 2 Os Encontros de Jongueiros

Este trabalho buscou remontar a trajetória dos Encontros de Jongueiros a partir da pesquisa em acervos públicos, documentos disponíveis na internet, documentários, registros audiovisuais produzidos no âmbito de pesquisas acadêmicas, dissertações e teses, além de entrevistas com lideranças jongueiras e professores universitários que participaram da organização de alguns Encontros e até hoje possuem fortes laços com as comunidades, propondo um recorte sobre as articulações em que as comunidades jongueiras estão envolvidas na contemporaneidade. Não pretendo esgotar o assunto, mas iniciar o debate pensando os Encontros de Jongueiros como um espaço de resistência, reafirmação e valorização da cultura afro-brasileira, além de um lugar de construção da consciência política e social das comunidades participantes, que usam esse espaço de encontro e compartilhamento para o fortalecimento das demandas de suas comunidades.

A partir deste segundo capítulo, teremos acesso a parte da documentação existente sobre os Encontro de Jongueiros, que serão a base da discussão para análise dos discursos construídos nesses materiais, dando luz às disputas de memórias existentes ao longo desse processo que ocorre desde meados dos anos 1990 e envolve diversas comunidades jongueiras, instituições públicas e privadas e perpassa o debate da implementação da patrimonialização de bens culturais imateriais.

Podemos usar o conceito de Pollak (1989) de “memória subterrânea” para pensar o jongo, pois o autor entende essa memória como contraponto a uma memória oficial, e durante séculos a cultura afro-brasileira foi negada e perseguida tendo de, muitas vezes, se esconder para poder existir. E dessa forma, subversiva e silenciosa, o jongo preservou e registrou a história do negro escravizado, pois nele são narrados o dia a dia, os conflitos e os deboches, e sua linguagem cifrada permitiu que relações e estratégias fossem construídas. “Essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989. p. 2).

Os Encontros de Jongueiros tiveram sua periodicidade quase que anual e foram sempre itinerantes, tendo como objetivo principal o encontro das diversas comunidades jongueiras da região Sudeste, possibilitando o debate e a troca de conhecimento entre os grupos. Ao longo da pesquisa, foi possível recolher materiais produzidos na época dos Encontros que nos contam sobre quem participou, quem organizou, quem patrocinou, quem apoiou, quais as programações, entre outras informações.

A partir do V Encontro de Jongueiros, realizado em Angra dos Reis no ano 2000, teve início a construção coletiva daquele espaço para construção política. A Rede de Memória do Jongo foi criada na ocasião com o objetivo de gerar espaços e tempos para a troca de experiência e saberes entre jovens e velhos das comunidades jongueiras, fomentar a reflexão sobre a cultura do jongo e o desenvolvimento local comunitário. Também tinha como propósito permitir encontros mais frequentes, com uma abordagem mais de reunião e com menos participantes. Segundo o professor Paulo Carrano, idealizador junto com os jongueiros, a rede tinha como proposta:

A ideia foi criar canais para o estreitamento dos laços de solidariedade entre as comunidades e demais interessados em participar do trabalho coletivo de preservação ativa da memória do jongo e apoiar as lutas por melhores condições de vida dos territórios Jongueiros. Além de organizar os Encontros anuais, pesquisar referências históricas e cotidianas, registrar imagens e sons, divulgar atividades e buscar o apoio para os grupos e comunidades do Jongo, a rede procura estimular diálogos capazes de trançar fios entre sujeitos, instituições e coletividades.<sup>33</sup>

Em entrevista realizada no âmbito do INRC do Jongo, o jongueiro de Angra dos Reis, Délcio José Bernardo, também fala sobre a importância da construção da Rede de Memória do Jongo:

Nesse período que a gente trouxe o Jongo para Angra, o Encontro, a gente percebeu que era legal você estar formando uma comissão para que você estivesse discutindo uma outra pauta para o Encontro [...] Você ia, você saía de Guaratinguetá, de Santo Antônio de Pádua e ia ao Rio, apresentava e voltava. Então, você não tinha um contato dos grupos, não tinha um bate-papo, não tinha uma troca, era só mais dançar e voltava. É lógico que isso foi extremamente importante. A partir do momento que você cria esse Encontro, você está dando oportunidade do pessoal ver um outro Jongo. E quando a gente veio para Angra, nós montamos, eu, Carrano, Marisco e Hélio, nós formamos um grupo para... Eu estava à frente do departamento histórico de Angra na época e nós concentramos as nossas reuniões, nossos papos, no espaço que era do departamento e aí a gente pensou nisso, por que não trazer as pessoas um dia antes, fazer na sexta-feira um bate papo com as pessoas que pesquisam o Jongo, das comunidades e que você não fale só do Jongo, mas que você também fale de outras relações que você tem [...] o Jongueiro não é uma figura fora da sociedade, ele sofre toda a questão do preconceito racial [...] e as próprias mulheres jongueiras com questões de desemprego. E aí a gente observou aqui em Angra o não acontecimento maior do Jongo [...] que a gente pensou nisso: por que não compartilhar nesse espaço do encontro de Jongueiros também essas relações nossas, as relações raciais e aí a gente achou legal e fez em Angra o primeiro momento.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *A juventude do quilombo São José da Serra: entre tradições e culturas juvenis*. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, VII: DESAFÍOS ANTROPOLÓGICOS, 2007, Porto Alegre, RS. *Anais...* GT 25: Ciudadanía, exclusión y diversidad sociocultural: niños y jóvenes en contexto de socialización. Porto Alegre, UFRGS, 2007. Texto disponível também no material de divulgação do VIII Encontro de Jongueiros em Guaratinguetá, 2003.

<sup>34</sup> Entrevista concedida à equipe de pesquisadores do CNFCP, realizada em Angra dos Reis no ano de 2003. Disponível no arquivo sonoro-visual do CNFCP: CD1165/V.6

Outro marco de grande importância nessa trajetória foi a titulação do jongo do Sudeste como patrimônio cultural do Brasil, título recebido durante o X Encontro realizado na cidade de Santo Antônio de Pádua, no dia 17 de dezembro de 2005, e que teve os Encontros como um importante movimento desse processo de reconhecimento, o que será mais amplamente discutido ao longo do terceiro capítulo.

Muitas dúvidas em relação ao processo de registro foram causadas por conta da seleção e quantitativo das comunidades que participaram do INRC, pois havia um medo por parte das comunidades de que apenas as que participaram do inventário fossem inseridas nas ações de salvaguarda.

Naquele momento, a política estava recém-criada e existiam questionamentos e desentendimentos até entre a equipe responsável. Passados alguns anos, percebe-se que ainda existe uma mágoa das comunidades que não participaram daquela fase, mesmo estando articulados na rede e participando do movimento dos Encontros de Jongueiros. A Justificativa da pesquisa de campo ter sido limitada territorialmente por falta de recursos não diminui o sentimento de exclusão de algumas comunidades.

Após o registro, tiveram início as articulações institucionais que buscaram construir um plano de salvaguarda em conjunto com os jongueiros. Neste trabalho, apresentaremos uma breve explanação sobre as ações realizadas após o registro, mas não aprofundaremos essa análise devido ao recorte temporal que estamos utilizando para tratar dos Encontros de Jongueiros. Mas é importante ressaltar que o decreto que estabelece o registro do patrimônio imaterial coloca os detentores do bem registrado como protagonistas da execução das ações de salvaguarda. Com esse intuito foi criado o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, desenvolvido como um projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, recebia recursos via o Programa Cultura Viva por ser um Pontão de Cultura. Mais para frente detalharemos melhor seus objetivos e ações de salvaguarda realizadas.

A legislação prevista para o patrimônio imaterial traz ao Estado certas responsabilidades quanto ao reconhecimento e preservação dos bens registrados, que nesse caso é são tidas como ações de salvaguarda.

A partir de 2013 a salvaguarda do jongo passou a ser elaborada e executada pelas superintendências estaduais do Iphan, cujo trabalho tem total autonomia e que têm o DPI como departamento central que apenas acompanha o desenvolvimento das ações.

Desde então, é necessário fazer uma avaliação da condução do trabalho, em que pontos foi possível avançar e quais questões podem ser consideradas como retrocessos. Não são

todas as superintendências que possuem um plano de ação contínua para as salvaguardas dos bens registrados; outras tampouco iniciaram qualquer proposta de ação.

O reconhecimento como patrimônio imaterial teve como base a pesquisa do INRC, feita por pesquisadores do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Por meio do inventário, foram identificadas as particularidades de cada grupo inventariado. No estado do Rio de Janeiro, foram sete: Serrinha, quilombo São José da Serra, Barra do Piraí, Miracema, Pinheiral, Santo Antônio de Pádua, Bracuí e Marambaia junto a Angra dos Reis; em São Paulo foram cinco: Guaratinguetá, Cunha, Piquete, São Luís do Paraitinga e Lagoinha; no Espírito Santo, as comunidades jongueiras de São Mateus e Conceição da Barra participaram do inventário.

Durante o INRC, além de registrar o histórico de cada grupo, também foi possível que eles descrevessem as tensões sociais que viviam: desigualdade econômica, exclusão social, invisibilidade da tradição cultural junto aos demais segmentos da sociedade, o preconceito que afastou diversas pessoas dos grupos, intolerância religiosa, os processos de organização, as migrações etc. – dificuldades que se apresentavam e que ainda fazem parte da vida dos jongueiros. O Registro do Patrimônio Imaterial tem o entendimento de que o patrimônio cultural é uma construção social que diz respeito a todos.

Desde o inventário, outros grupos foram identificados e inseridos no processo de salvaguarda, e observamos que outros não participam mais. No estado do Rio de Janeiro, atualmente 12 grupos participam das reuniões de salvaguarda: Serrinha, quilombo São José da Serra, Barra do Piraí, Miracema, Pinheiral, Santo Antônio de Pádua, Bracuí, Arrozal, Vassouras, Quissamã, Campos e Porciúncula. Do estado de São Paulo, participam: Guaratinguetá, Piquete, São José dos Campos, Embu das Artes, Indaiatuba, São Luís do Paraitinga, Lagoinha e Campinas. De Minas Gerais, há os grupos das cidades de Carangola, Recreio, Patrocínio de Muriaé e Bias Fortes.

Além dessas articulações feitas em conjunto com a universidade, os grupos também se organizaram em suas localidades e criaram pequenos encontros “regionais”, em que as comunidades mais próximas se reúnem para dançar o jongo, trocar experiências, realizar seminários e oficinas de saberes, e principalmente discutir as questões atuais que o jongo enfrenta.

Nós passamos a nos organizar melhor porque antes nós éramos um grupo de pessoas que gostavam de dançar o Jongo. Hoje nós somos as pessoas que temos responsabilidades fiscais e até morais também, em relação ao Jongo. [...] Nós passamos a ter

também uma visão mais humanitária. (Maria das Graças, liderança jongueira de Pinheiral)<sup>35</sup>

Além disso, precisamos ressaltar a importância desse espaço para o fortalecimento dos seus elos com a herança africana, a elevação da autoestima dos grupos na luta contra o racismo e intolerância religiosa e a articulação política entre os grupos, que acontece em todas as instâncias, sejam elas locais, entre os membros da própria comunidade, da comunidade com a prefeitura de sua cidade, da comunidade com o governo estadual e dos grupos com o governo federal, na luta por direitos e construção de políticas públicas que tragam melhoria na condição social e a possibilidade de manutenção de suas tradições.

Hoje o Jongo assume uma postura política e articuladora de grande importância para os guardiões dessa tradição e para seus interlocutores. O Jongo é tema atual na Universidade através de estudiosos renomados, é Patrimônio Cultural Imaterial e passou pelo processo de Salvaguarda. Estes processos ampliam sua área de atuação e movem verbas, patrocínios e elevam seus praticantes à posição de agentes culturais. O Jongo proporciona emprego aos seus seguidores através de projetos e apresentações artísticas, possibilita a transformação social de suas comunidades e rende títulos.<sup>36</sup>

Em entrevista com a liderança jongueira da comunidade Jongo Dito Ribeiro, de Campinas, Alessandra Ribeiro nos traz uma perspectiva menos burocrática e esquematizada acerca dos Encontros de Jongueiros; ela nos apresenta as conexões afetivas existentes entre os grupos, que perpassa a visão organizada e sistematizada dos Encontros a partir de sua perspectiva histórica. Para Alessandra, a existência de uma rede de relações entre as comunidades jongueiras, em sua maioria vizinhas uma das outras, por conta de suas relações familiares e afetivas existentes desde o pós-abolição, conectava as comunidades, não em uma visão global, mas local e de vizinhança. A presença da Universidade Federal Fluminense (UFF) possibilitou o fomento e organização dessas redes locais, centralizando em um grande Encontro.

No meu olhar que foi o que eu registrei na época, é que o fato da UFF estar em vários territórios contribuiu para que o Encontro acontecesse. Porque os lugares aonde aconteceram os Encontros, foram lugares que tinha a UFF. Então em uma primeira fase eu vejo os Encontros de Jongueiros... não querendo ser... anacrônica, mas os Encontros de Jongueiros estavam atrelados à UFF.

Tanto que os Encontros de Jongueiros na minha pesquisa, eu registro isso, meio que como uma extensão... Tipo “eu como acadêmico, professor, descobri um campo interessante a ser visibilizado, que é um campo de uma certa manifestação que acontece aqui do lado do meu quintal, que meus alunos estão me trazendo e que eu acho legal a gente entender um pouco melhor”. E aí a UFF vira um grande centro

<sup>35</sup> Depoimento da liderança jongueira de Pinheiral, Maria das Graças, mais conhecida como Gracinha, gravado no vídeo produzido durante o X Encontro de Jongueiros, disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrI](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI)>. Acesso em: fev. 2017.

<sup>36</sup> RIBEIRO, Alessandra. *Comunidades e instituições: o jongo, sua história e suas representações no sudoeste do Brasil no século XXI*. Monografia (graduação em história) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP, 2008, p. 48.

nessa perspectiva de mobilizar as comunidades, mas a partir do eixo da sua própria sede. Esse é o primeiro momento e é nesse costurar do primeiro momento que começa a base do Encontro.

Então o Encontro não nasce do desejo das comunidades se encontrarem, por que elas já faziam isso separadas, individualmente. (...) Não tinha essa noção global e nem um discurso global, mas já havia a relação de vizinhança. É o primeiro momento. Miracema sempre soube de Santo Antônio de Pádua, não foi o professor Hélio que apresentou eles. Miracema já conhecia aquele que fica ali em cima, Carangola. Mas não nesse olhar de encontro de Jongueiros organizados.

Então existe esse Encontro de Jongueiros na perspectiva que as comunidades naturalmente já se conectavam antes de ter um nome para isso e a importância, em alguma medida, de ter uma Universidade que ajuda a fomentar isso com uma certa estrutura, porque é obvio que tem uma certa estrutura e um custo, divulgação, acolhimento, logística... e isso é um referencial. (Alessandra Ribeiro, liderança jongueira de Campinas)<sup>37</sup>

## 2.1 Memórias dos Encontros de Jongueiros: os Encontros de Jongueiros como espaço de articulação e identidade

A possibilidade dos Encontros fez com que as lideranças Jongueiras se olhassem e se reconhecessem. Incluir os jovens foi importante para que eles deem continuidade ao trabalho que estamos fazendo, mas principalmente para que eles se reconhecessem. (Alessandra Ribeiro, liderança jongueira de Campinas)<sup>38</sup>

Os Encontros de Jongueiros tiveram início no ano de 1996, na cidade do noroeste do estado do Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua, mais especificamente na comunidade do Campelo, por meio de iniciativa do professor da Universidade Federal Fluminense da cidade, Hélio Machado de Castro em conjunto com os jongueiros da região.

O professor Hélio Machado se mudou para Santo Antônio de Pádua em 1968 para dar aula de filosofia e geografia, e posteriormente ingressou como professor do curso de Matemática do *campus* que a UFF construiu na cidade. Na época dos Encontros era também professor de Sociologia da Educação na universidade.

Ele foi casado com uma professora, Celina Lavaquiel, que pertencia a uma importante família do município de Pádua. A família Lavaquiel era dona do Colégio de Pádua, um famoso internato, que após seu fechamento teve suas dependências ocupadas pelo primeiro *campus* avançado da UFF no município, ocasião em que os dois começaram a trabalhar na UFF como servidores emprestados do estado. Hélio Machado também ocupou o cargo de se-

<sup>37</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira do Jongu Dito Ribeiro, Alessandra Ribeiro, em 2 nov. 2016. Mais a frente teremos acesso a entrevista da liderança jongueira de Miracema que nos traz um olhar distinto sobre as relações existentes entre os jongueiros.

<sup>38</sup> Alessandra Ribeiro, liderança jongueira da comunidade Jongu Dito Ribeiro, de Campinas, SP, em depoimento no filme *Saravá, jongueiro novo*.

cretário de Turismo de Santo Antônio de Pádua, integrou a Academia Paduana de Letras, Artes e Ciências e foi membro da Comissão Fluminense de Folclore.

Ele deixou um pequeno registro da sua relação com o jongo, que vamos usar para contextualizar o início dos Encontros de Jongueiros.

Sempre me identifiquei com o ritmo e dança afro-brasileira, e também com a cultura negra de Santo Antônio de Pádua. Procurei no folclore uma sustentação cultural no intuito de valorizar a cultura negra existente em nossa cidade, esquecida pela própria sociedade local por preconceito ou inércia histórica [...] O Caxambu de Pádua persiste devido à resistência de Dona Sebastiana II, neta de escrava africana mina-nagô, que preservou até a sua morte no interior de uma sociedade que não o aceitava por ser “coisa de negro [...] Lembrando de Dona Sebastiana, a vi como heroína, percebi que seria interessante criar um Encontro para manter vivos os aspectos culturais do interior fluminense. [...]. Há tantos Encontros específicos de cada classe social! Por que não um de Jongueiros para análise de problemas próprios?<sup>39</sup>

Hélio Machado em seu texto para o INRC do Jongo do Sudeste, relatou sua preocupação com a manutenção do Caxambu de Santo Antônio de Pádua após o falecimento da mestra jogueira Sebastiana II, de Santo Antônio de Pádua, e conta que sentiu a necessidade de fortalecer os grupos jogueiros da região, com medo de que a tradição se perdesse. A partir dessa vontade de unir os grupos negros do noroeste fluminense, ele encaminhou a Pró-reitoria da Universidade Federal Fluminense/ PROEXT o projeto “Encontro de Jongueiros”, incentivado pelo fato da Universidade ter intenção de expandir seu campus pelo interior. O projeto foi aprovado pela Universidade através da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmico/PROAC e realizado pelo curso de matemática interiorização. O I Encontro aconteceu na Vila Campelo de Santo Antônio de Pádua, lugar onde o professor registrou grupos de predominância negra praticavam o jongo/caxambu, o mineiro pau e a folia de reis, sendo um espaço de encontro entre os artistas populares da região.

[...] esse Encontro, nós só fazíamos na nossa cidade, era só para gente mesmo, uma festividade para comemorar o dia 13 de maio. Daí para lá, começou a apanhar conhecimento com a faculdade de Santo Antônio de Pádua, junto com o Professor Hélio, aí ele começou a falar que isso foi feito na época do café, essas coisas que faziam os negros. Começou a alertar a gente, a esclarecer o que a gente sofria no passado, o que acontecia com todo o povo do passado, é para conhecer um pouco do linguajar do nosso povo. Aí a gente, junto com Dona Sebastiana II, eu jovem junto com ela, aprendi muitas coisas com ela e prosseguimos os serviços e já estamos no 10º Encontro. Eu mesmo, depois que eu comecei a conversar com outros e alguns dos velhos que participavam como a Dona Sebastiana e o Senhor Orizombo, aí eu apa-

---

<sup>39</sup> Depoimento do professor Hélio Machado de Castro, em registro escrito na cartilha de divulgação do VIII Encontro de Jongueiros.

nhei conhecimento do que era o Caxambu, qual é o passado do negro. (Antônio Faria Thomaz, liderança jongueira de Santo Antônio de Pádua)<sup>40</sup>

A partir de 1996, os Encontros se tornaram um evento anual até o ano de 2006, sendo retomados no ano de 2008 e voltando a um longo hiato de seis anos, até o ano de 2014. Atualmente já aconteceram 13 Encontros em 10 cidades diferentes: I - Santo Antônio de Pádua (1996); II - Miracema (1997); III - Santo Antônio de Pádua (1998); IV - Rio de Janeiro (1999); V - quilombo Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis (2000); VI - quilombo São José da Serra/Valença (2001); VII - Pinheiral (2002); VIII - Guaratinguetá (2003); IX - Rio de Janeiro (2004); X - Santo Antônio de Pádua (2005); XI - quilombo São José da Serra/Valença (2006); XII - Piquete (2008); e XIII - São José dos Campos (2014).

Ao longo dos anos, mais comunidades foram se inserindo nesse movimento, e se no I Encontro apenas duas comunidades participaram, no X quase dez anos depois do primeiro, doze comunidades participaram: Bracuí (Angra dos Reis), Santo Antônio de Pádua, Miracema, Barra do Piraí, Campinas, Guaratinguetá, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, quilombo São José da Serra (Valença), Quissamã e Serrinha (Rio de Janeiro).

A cada ano tem uma mudança, né, surge um grupo diferente. Quando começou, em Campelo foram dois grupos, em Miracema foram os três, aí quando foi aqui em Pádua voltou os três. Então, o senhor Hélio começou a pensar, que ele que teve a ideia de fazer o Encontro, e quando ele viu que tinha necessidade de crescer, vieram pessoas de outros lugares, mas que não tinham grupo. E ele teve a ideia de ampliar, de convidar outros Jongueiros. Foi quando ele levou para o Rio o 4º Encontro, na Lapa. (Paulo Rogério da Silva, liderança jongueira de Miracema)<sup>41</sup>

No mais recente Encontro, realizado em 2014 na cidade de São José dos Campos, 20 comunidades participaram: Jongo Mistura da Raça (São José dos Campos), Jongo de Quilombolas (Guaratinguetá), Jongo do Tamandaré (Guaratinguetá), Jongo de Pinheiral, Jongo de Porciúncula, Jongo de Dito Ribeiro (Campinas), Caxambu de Carangola, Caxambu da Velha Rita (Cachoeiro de Itapemirim), Jongo de Barra do Piraí, Jongo de Campos, Jongo de Arrozal, Jongo do quilombo São José da Serra (Valença), Caxambu de Miracema, Jongo de Piquete, Jongo do Bracuí (Angra dos Reis), Jongo da Machadinha (Quissamã), Jongo do São Benedito (São Mateus), Caxambu de Pádua, Jongo da Serrinha e Caxambu de Vassouras.

<sup>40</sup> Depoimento da liderança jongueira de Santo Antônio de Pádua, Antônio Faria Thomaz, mais conhecido como mestre Nico, gravado no vídeo produzido durante o X Encontro de Jongueiros. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrI](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI)>. Acesso em: 19 jan. 2017.

<sup>41</sup> Depoimento da liderança Jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, gravado no vídeo produzido durante o X Encontro de Jongueiros. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrI](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI)>. Acesso em: 19 jan. 2017.

A seguir faremos um pequeno resumo dos registros materiais encontrados em acervos públicos, entrevistas, documentários e pesquisas na internet a respeito dos Encontros.

### *I Encontro de Jongueiros*

O I Encontro de Jongueiros foi realizado na praça Armanda Campelo de Barros, na vila de Campelo, distrito de Santo Antônio de Pádua, em 28 de setembro de 1996 e contou a presença de jongueiros de Santo Antônio de Pádua, com a mestra Edith Barbosa da Silva; de Miracema, com a mestra Maria Aparecida Ratinho; e de Campelo, com o Mestre José Martins, mais conhecido como Zé Prego. Também teve o apoio institucional da Universidade Federal Fluminense por meio do Proext/Pró-Reitoria, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua, Prefeitura Municipal de Miracema, do Colégio de Pádua e da Secretaria de Educação através da 56<sup>a</sup> Agência Administrativa Escolar.

O professor Hélio Machado de Castro, como coordenador do projeto, elaborou um relatório enviado a UFF em 6 de dezembro de 1996, que faz parte do acervo que ele e sua esposa, a também professora, Celina H. Lavaquiel de Castro, organizaram durante os anos.<sup>42</sup>

Nesse relatório, o professor Hélio registra que, além da roda de jongo e caxambu, foi realizada a exibição de duas fitas através de um telão: a primeira sobre folclore e a segunda com imagens de rodas do Caxambu de Pádua, realizadas no Treze de Maio e no dia de São Benedito. Além disso, também foi apresentada a pesquisa sobre o caxambu que estava sendo desenvolvida por uma professora da UFF. Para exibição das fitas, foi necessário um telão, um vídeo, uma televisão, serviço de som e iluminação cedidos pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua.

Em seguida, foi servido um lanche na Escola Municipal Estadual Manoel Miguel Souto, e nesse momento os jongueiros e caxambuzeiros tiveram um espaço para trocas de experiências e cogitaram a possibilidade de um segundo Encontro ser realizado no ano seguinte em Miracema, no morro do Cruzeiro, residência da mestra Maria Aparecida Ratinho.

Também segundo o relatório do professor Hélio, não houve recurso financeiro para execução do Encontro, mas as parcerias institucionais foram responsáveis por torná-lo possível e o alcance dos objetivos do Encontro “foi muito positivo para aquela comunidade desprovida de qualquer evento por ser distante do polo municipal. O evento veio gerar novas possibilidades com relação ao sentido histórico na referida vila como contexto cultural à parte”

---

<sup>42</sup> Após o falecimento do Professor Hélio, sua esposa doou uma cópia do material digitalizado ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, tendo sido entregue a Professora da Faculdade de Educação da UFF e Coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Elaine Monteiro.



Maria Aparecida (Ratinho), Mestre do Jongo de Miracema

**FIGURA 1 - MARIA APARECIDA RATINHO**<sup>43</sup>



Jovem jogueira de Pádua e Senhor Zé Prego, Mestre da Vila de Campelo.

**FIGURA 2 – JOVEM JONGUEIRA DE PÁDUA E SENHOR ZÉ PRÉGO**<sup>44</sup>



Ao centro, Madrinha Edite, mestra do Jongo em Pádua.

**FIGURA 3 - MADRINHA EDITE, MESTRA DO JONGO DE PÁDUA**<sup>45</sup>



Jongueiros trocando idéias durante o evento.

**FIGURA 4 - JONGUEIROS TROCANDO IDEIAS**<sup>46</sup>



**FIGURA 5 - JONGUEIRA NA RODA**<sup>47</sup>



Percussionistas do grupo de Miracema.

**FIGURA 6 - PERCUSSIONISTAS DE MIRACEMA**<sup>48</sup>

<sup>43</sup> Imagem extraída do relatório feito pelo professor Hélio Machado de Castro e entregue a UFF sobre o I Encontro de Jongueiros em 28 de setembro de 1996, doado pela esposa do professor Hélio ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, onde está disponível para consulta.

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Ibid.



FIGURA 7 - PÚBLICO DO I ENCONTRO<sup>49</sup>



FIGURA 8 - RELATÓRIO I ENCONTRO ASSINADO PELO PROFESSOR HÉLIO MACHADO<sup>50</sup>

Em relato da liderança jogueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, obtido em uma entrevista realizada no dia 6 de agosto de 2017, ele conta sua memória em relação ao I Encontro de Jogueiros. Segundo Paulo Rogério, o professor Hélio passou a conhecer o Caxambu de Miracema ao frequentar a casa e o terreiro da mestra jogueira Maria Aparecida Ratinho, mais conhecida como Aparecida Ratinho. Ao escutar uma em conversa entre eles dois, o professor Hélio contou à Aparecida da existência do caxambu em Santo Antônio de Pádua e Campelo, e sugeriu fazer uma roda de caxambu em Pádua.

Se não me engano, foi agosto ou se foi setembro, por esse meado, ele buscou a gente, mandou um ônibus lá em Miracema, um ônibus rural desses que levava o povo para o canavial, que cortava cana, e nós fomos para Campelo num domingo e só estava Pádua e Miracema, até onde eu sei. E para mim, só existia Caxambu em Miracema, eu era super jovem e não tinha noção. Mas quando eu encontro com Pádua, com o Nico, Zé Prego, aquele pessoal, a Dória, a irmã dela, aquele pessoal que eu conheço, não vou lembrar o nome de todos, e nós fizemos o Caxambu na Praça. Não foi um Encontro, a gente não falou “Encontro”, foi um Caxambu na Praça entre Miracema e Santo Antônio de Pádua, e a gente cantou, brincou. Tinha um futebol no campo, em um momento a gente ia ver o futebol, outra hora a gente voltava para o Caxambu, alguns iam para o botequim beber cachaça, cerveja e depois voltava para Praça, dançava o Jongo.

## *II Encontro de Jogueiros*

Em relação ao II Encontro de Jogueiros, não foi possível recolher muitas informações sobre sua data, participantes, público e material de divulgação. Só sabemos que foi realizado no município de Miracema, no ano de 1997, envolveu as comunidades de Santo Antônio de Pádua e Miracema, assim como o primeiro. E foi promovido por iniciativa do professor Hélio Machado de Castro junto aos jogueiros.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> Ibid.

O Senhor Hélio estava indo na nossa casa, e quando aproximou alguns meses depois, antes de completar um ano, ele resolveu fazer outro. Já chamou o Marcelo Salim, que na época era o Secretário de Cultura de Miracema, já chegou através da Cultura em Miracema, que não era Secretaria mas era departamento com o Marcelo. Aí já era o segundo Encontro, que era o “Encontro dos caxambuzeiros de Miracema e Pádua”. Aí começou o novo Encontro, aí já sei que foi em setembro, não sei se foi bem um ano depois, mas foi em setembro de 1997, que em 1996 foi em Pádua, em 1997 foi em Miracema. Aí a gente encontrou ali na Praça das Mães, que se chama Pracinha das Mães até hoje, aí já foi mais para noite, tarde e noite. Fizemos o caxambu ali, aí houve o registro de fotos, aquela coisa toda. Mas sempre Miracema, Pádua, Marcelo, Senhor Hélio e Dona Celina, que era a esposa do Senhor Hélio e algumas pessoas que eram próximas a ele. Alguns professores que sempre andavam com ele. Eu via que não tinha aquela visão que tá tendo hoje de fazer encontro, de fotografar, de registrar. Mas ele tinha essa preocupação com os grupos, com os mais velhos. (Paulo Rogério da Silva, liderança jongueira de Miracema)<sup>51</sup>

A partir das imagens publicadas no Dossiê do Jongo, de autoria do antropólogo Ricardo Gomes Lima, que na época era pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, e que foi por conta própria ao evento, pode deixar o registro do II Encontro, que precisará ter sua pesquisa aprofundada.



FIGURA 9 - CAXAMBU NA PRAÇA PÚBLICA DE MIRACEMA<sup>52</sup>



FIGURA 10 - APRESENTAÇÃO DO CAXAMBU NA PRAÇA PÚBLICA DE MIRACEMA<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

<sup>52</sup> Imagem publicada no Dossiê do Jongo do Sudeste, página 4. Autor: Ricardo Gomes. Disponível no acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

<sup>53</sup> Imagem extraída do relatório feito pelo professor Hélio Machado de Castro e entregue a UFF sobre o I Encontro de Jongueiros em 28 de setembro de 1996, doado pela esposa do professor Hélio ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, onde está disponível para consulta.

### *III Encontro de Jongueiros*

O III Encontro de Jongueiros foi realizado na praça do Caxambu, em Santo Antônio de Pádua, no dia 28 de agosto de 1998.

Segundo o relatório produzido pelo Professor Hélio Machado de Castro, coordenador do projeto “Encontros de Jongueiros”, do qual foi doada uma cópia ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e faz parte do seu acervo atualmente,<sup>54</sup> estiveram presentes as comunidades jogueiras de Campelo, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Aperibé e do Rio de Janeiro. As instituições parceiras responsáveis pela realização do Encontro foram as prefeituras de Santo Antônio de Pádua e Miracema, a Universidade Federal Fluminense por intermédio do Proex – Pró-Reitoria e o Colégio de Pádua.

Antes das rodas de jongo e caxambu, foram realizadas outras atividades, como a mostra fotográfica sobre a identidade do rio Pomba, barraquinhas com artesanato local, apresentações do grupo de dança afro do Colégio Pádua, em apologia à liberdade, e uma roda de capoeira com um grupo da cidade.

O professor Hélio registrou em seu relatório que o intercâmbio entre os grupos foi salutar e que antes mesmo da roda, já comentavam quem tiraria os melhores pontos, e os lugares para a plateia foram muito disputados. Ele também registrou que o número de instrumentistas cresceu desde o I Encontro, e que no terceiro o Jongo da Serrinha levou um cavaquinho, instrumento que foi considerado como parte do jongo e que, em respeito às comunidades locais, ele não foi tocado.

O III Encontro havia sido programado para acontecer na cidade de São José do Paraíso, em Cambuci, cidade onde residiam muitos alunos da universidade, mas por conta das más condições da estrada, acabou ficando para Santo Antônio de Pádua. E o IV Encontro, que seria em Pádua, foi programado para acontecer nos Arcos da Lapa no ano seguinte.

E a gente foi para Pádua. Pádua, senão me engano foi julho, junho ou julho, alguma coisa assim e foi festa de santos católicos, não me lembro bem se foi junho ou julho, e foi onde é hoje a Praça da Bíblia, acabaram com a Praça que tinha lá, que era a Praça do Caxambu em Pádua e transformaram na Praça da Bíblia, na beira do rio, o rio passa do lado, a Praça não tinha... como está hoje, cimentada. Era uma praça de terra, árvores, iluminação, uma escola perto, tinha um lugar chamado “redondinho” e o “redondão” e era tipo o Maracanã e o Maracanãzinho, a praça e próximo o cru-

---

<sup>54</sup> Ibid..

zeiro de São Benedito, que eles são muito devotos de São Benedito. (Paulo Rogério da Silva, liderança jongueira de Miracema)<sup>55</sup>



FIGURA 11 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO III ENCONTRO DE JONGUEIROS<sup>56</sup>



FIGURA 12 - TAMBORES DO JONGO<sup>57</sup>



FIGURA 13 - JONGUEIROS NO III ENCONTRO<sup>58</sup>

#### *IV Encontro de Jongueiros*

O IV Encontro de Jongueiros foi realizado no Teatro de Arena na Lapa, Centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de agosto de 1999 e envolveu as comunidades do Jongo da Serrinha, Cantinho do Papai Jongueiro, Laje de Muriaé, Miracema, Santo Antônio de Pádua, Vila de

<sup>55</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> Ibid.

Campelo e Guaratinguetá, sob a coordenação do professor Hélio Machado de Castro. Foi uma realização da Universidade Federal Fluminense/Pró-Reitoria de Extensão, Prefeitura de Santo Antônio de Pádua e Colégio Pádua, com apoio das prefeituras do Rio de Janeiro, Miracema, Marquês de Valença, Guaratinguetá, Secretaria Estadual de Cultural/Departamento de Folclore RJ, Instituto dos Palmares dos Direitos Humanos e Casa Brasil-Nigéria.

No dia do Encontro foi publicado no jornal *O Fluminense* uma nota sobre ele usando o mesmo texto do material de divulgação.

O IV Encontro de Jongueiros pretende dar continuidade à divulgação e ao estabelecimento de intercâmbio desta manifestação cultural do meio rural do Norte/Noroeste Fluminense com o público da Região do Grande Rio.

O Jongo foi trazido pelos escravos africanos que trabalhavam na plantação de cana-de-açúcar e do café, sendo que nessas fazendas de café recebeu também o nome de Caxambu: no centro de uma roda de cantadores, um solista improvisa canções que são respondidas em rimas pelo coro.

O IV Encontro de Jongueiros nos Arcos da Lapa vem trazer a lembrança da mão de obra e do lazer na senzala, tento como pano de fundo o viaduto com o bondinho de Santa Tereza. No século XVIII, esta estrutura construída pelos escravos era o aqueduto que sustentava os pesados canos que abasteciam o bairro.

A herança cultural do negro faz parte na nossa formação sociocultural. Sua contribuição foi imprescindível para o Brasil se erguer como nação, isto é, foi importante sustentáculo ao longo desses 500 anos. Esta é mais uma razão para que a Universidade, na sua função extensionista, apoie e divulgue esta manifestação do nosso folclore, mantendo-a viva na nossa identidade cultural.<sup>59</sup>

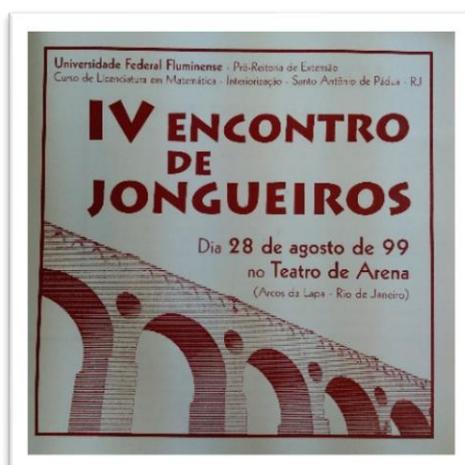


FIGURA 14 - CAPA DO LIVRETO DE DIVULGAÇÃO DO IV ENCONTRO

<sup>59</sup> Jongueiros: mantendo viva a tradição. Texto de apresentação publicado no material de divulgação do IV Encontro de Jongueiros. Disponível no Acervo Arquivístico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.



FIGURA 15 – SENHOR MANOEL SEABRA<sup>60</sup>



FIGURA 16 – MESTRE DARCY E TIA MARIA DO JONGO<sup>61</sup>



FIGURA 17 - JONGUEIRA NA RODA<sup>62</sup>



FIGURA 18 - JONGUEIROS NOS ARCOS DA LAPA<sup>63</sup>



FIGURA 19 - TAMBORES NO IV ENCONTRO<sup>64</sup>

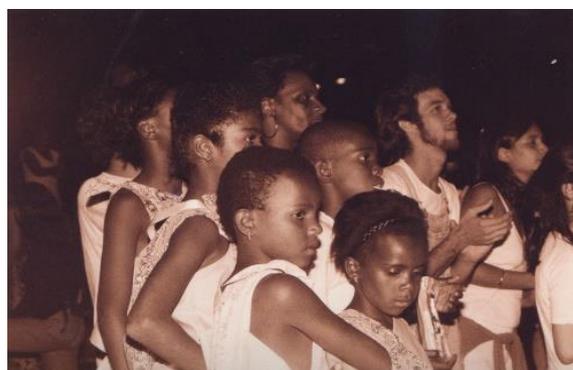


FIGURA 20 - JOVENS JONGUEIROS NO IV ENCONTRO<sup>65</sup>

<sup>60</sup> Imagens disponíveis no acervo *online* do Jongo da Serrinha. Disponível em: <<http://museu.jongodaserrinha.org/project/4010/>>. Acesso em: set. 2016.

<sup>61</sup> Ibid.

<sup>62</sup> Ibid.

<sup>63</sup> Ibid.

<sup>64</sup> Ibid.

<sup>65</sup> Ibid.

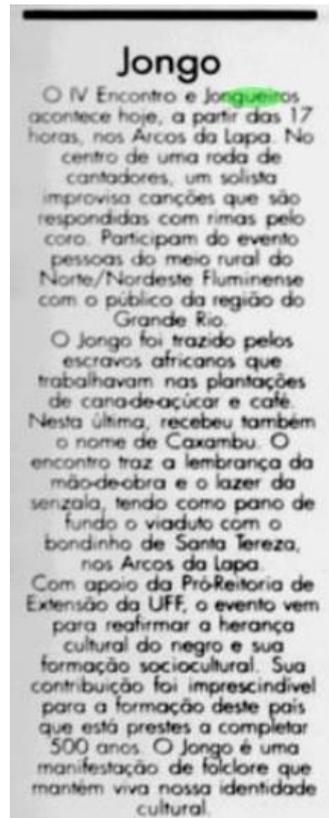


FIGURA 21 - MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL *O FLUMINENSE* EM 28 AGO. 1999



FIGURA 22 - NOTÍCIA SOBRE O IV ENCONTRO DE JONGUEIROS NO JORNAL *A FOLHA – NORTE/NOROESTE (RJ-MG)*, EM 6 NOV. 1999

Em entrevista realizada em 6 de agosto de 2017, com a liderança jongoeira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, ele nos conta um pouco da chegada ao Rio de Janeiro, o que acontecia nos momentos antes da roda do Jongo e como era a roda durante o evento:

Chegamos nos Arcos da Lapa, embaixo dos Arcos mesmo, que a gente se depara com uma caixinha de som, microfonação dessas de botão normal, uns dois ou três microfones ligados à caixa. Aí já estava o Carrano com mais algumas pessoas da UFF lá de Niterói, do Rio. Já botaram uns holofotes para iluminar caso chegasse a noite.

Porque a gente foi para o Brizolão, a chegada nossa foi no Brizolão, a gente foi para almoçar primeiro, por causa da distância da viagem, a gente foi almoçar primeiro. Aí almoçamos lá e depois do almoço vem aquela descontração, um pega o tambor e começa a tocar seu ponto, e se torna esse movimento que a gente sempre faz nas nossas reuniões. Aí que começa, senta num canto, começa a tocar, aí vem um, vem outro, rola uma demanda ou não, aquela descontração. Aí chega um momento e alguém diz: “gente, a gente tem que ir para Praça onde vai acontecer o Encontro”. Para mim ia ser ali no Brizolão, porque Miracema e Pádua chegou, aí chegou São José da Serra, onde tem o quilombo, que participou. Chegou também o pessoal de Pinheiral. Só que assim, eram pessoas que a gente não conhecia, não sabia que era grupo de jongo ou caxambu, que fosse.

Para mim, realmente, eu confesso, eu só acreditava que tinha o caxambu de Miracema e de Pádua, que eu não sabia, não viajava, não saía para esses cantos para saber onde estava os grupos.

E quando a gente vai para praça e de cara a gente vê o Jongo da Serrinha, que aí ainda tinha o Mestre Darcy, outros mestres mais velhos que eu não consigo lembrar os nomes [...] e quando foi ficando o entardecer, foi uma roda única com todo mundo ali, era uma roda única. Acredito que devia ter uns quatro, cinco grupos [...]

Miracema, Pádua, Serrinha, Quilombo São José da Serra, Pinheiral... E Angra, Angra com participante, que era o Délcio, o Marisco e algumas outras pessoas que estavam ali nessa roda. Angra não tinha um grupo, mas tinha pessoas [...]

E a roda era assim, todo mundo cantando, batendo palma e aquela coisa, todo mundo dançava junto, quem não sabia dançar a umbigada não dançava, mas era aquela mistura de jongueiro e caxambuzeiro e não tinha essa coisa de separação, coreografia, ponto, composição, tudo que tem hoje. Não tinha nada disso [...]

E ali mesmo, no final, eu lembro que foi o Délcio e o Professor Carrano, eu lembro que foi uma outra pessoa falou: “Vamos fazer o outro aonde?” Aí ficaram aquela coisa meio assim, a Serrinha já não estava mais ali, mas o Toninho estava, aí o Délcio ofereceu: “Vamos fazer em Angra dos Reis”, mas sem eleição, sem nada, foi na conversa que foi Angra.<sup>66</sup>

Em entrevista realizada com a professora Elaine Monteiro, realizada em 6 de setembro de 2017, ela nos conta uma outra dimensão da atuação do professor Hélio Machado na organização dos Encontros, para além das articulações com os jongueiros, universidade e poder público. Ele assumia os custos que ultrapassavam os apoios, demonstrando seu empenho em realizar os eventos da melhor forma possível.

Um dia eu encontro com Carrano aqui numa Assembleia numa Reunião e o Carrano: “Poh, Elaine a gente está vendendo camiseta, que não sei o quê”. Eles ainda estavam no ano seguinte vendendo camisetas para ajudar o professor Hélio a pagar a dívida que ele tinha feito e o que ele tinha gastado no IV Encontro. Que chegaram na Lapa, aquele espaço ali perto dos Arcos era tudo escuro não tinha um ponto de luz para filmar, então ele tirou R\$ 700,00 do bolso para pagar lá um cara da Light, sei lá o que que foi, ele bancou os pontos de luz. Ele bancava muita coisa e aí, pelo menos, faziam camisetas, vendiam camisetas para levantar recurso, então o Carrano estava no ano do V Encontro com essa demanda aí de vender camiseta, né.

### V Encontro de Jongueiros

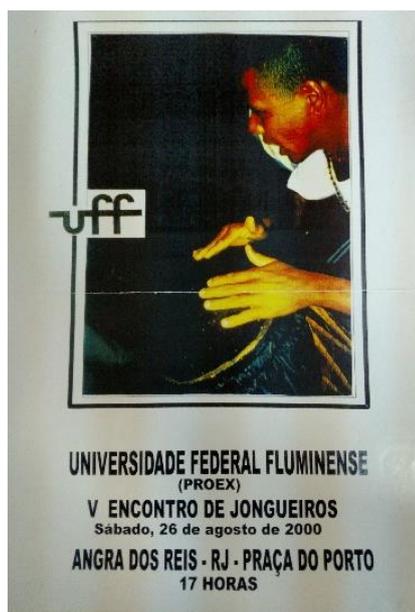


FIGURA 23 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO V ENCONTRO



FIGURA 24 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO V ENCONTRO

<sup>66</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

O V Encontro de Jongueiros foi realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2000, na praça do Porto, em Angra dos Reis, e foi organizada pela Universidade Federal Fluminense por intermédio do Proex.

O Encontro foi dividido em dois dias. No primeiro, foi realizada uma mesa-redonda com a presença jongueiros, pesquisadores, professores universitários e envolvidos com a vida no jongo. Foram eles: Délcio José Bernardo, jongueiro de Angra e diretor do Departamento de Cultura de Angra; professor Paulo César Carrano, da UFF de Angra dos Reis; mestre Darci Monteiro, do Jongo da Serrinha; Edir Granda, da UniRio; Eleonora Gabriel, da UFRJ; Paulo Dias, da Associação Cultural Cachuera! (São Paulo); Marcos André, do Jongo da Serrinha; Cascia do Nascimento Frade, da UFRJ; e Délcio Teobaldo, jornalista da TVE.

No segundo dia, foi a chegada das comunidades participantes: Miracema, Santa Antônio de Pádua, Pinheiral, Valença, Serrinha/Rio de Janeiro e Guaratinguetá/São Paulo, além da presença da comunidade sede do Encontro, e a realização da roda de jongo na praça do Porto.

Fomos embora para Angra, foi a chegada na quadra, alimentação na quadra, aquela roda de descontração que rola, aí um dos momentos chama os mestres mais velhos para conversar em um canto, mas nada de mesa, nada de mesa, chega lá, bate uma ideia, troca um papel e tal, a hora vai passando e quando chega o momento de fazer a roda, é na beira da praia, aí eu sem querer tinha adivinhado quando eu falei que ia na praia. Aí a gente vai para praia, pega os tambores, vai todo mundo cantando em cortejo, começa a cantar, cantando, cantando... chega na praia e era o mesmo formato que nos Arcos da Lapa, uma roda única, todo mundo, jongueiros, quem não é jongueiro, aparece gente de saia, todo mundo entra, quem quer dançar e tal. (Paulo Rogério da Silva, liderança jongueira de Miracema)<sup>67</sup>

Em entrevista com o jongueiro de Angra dos Reis, Délcio José Bernardo, realizada pela professora da Universidade Federal Fluminense, Martha Abreu, no âmbito do projeto “Jongos, Calangos e Folias” em 2006, ele nos conta como começou a participação da comunidade de Angra dos Reis nos Encontros de Jongueiros e qual era o desejo de um novo formato de Encontro, que posteriormente foi chamado de “Rede de Memória do Jongo”:

Eu fui convidado pelo professor Hélio, da UFF de Santo Antônio de Pádua, para assistir o Encontro de Jongueiros no Rio, aí eu fui assistir o Encontro e a gente resolveu fazer o Encontro de Jongueiros em Angra, e foi nosso primeiro contato com aquele [...], porque o Encontro no começo, era: as pessoas vinham, apresentavam e iam embora. E aí Angra inaugurou uma nova fase do Encontro, que era a gente ter um papo com os grupos, e aí falava do Jongo, falava da questão da terra, e a gente conseguiu utilizar o Jongo como instrumento de uma nova relação mesmo, de parce-

---

<sup>67</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

ria entre a gente, de tentar de alguma forma o grupo interferir nas questões que fossem possíveis, tentando fortalecer o outro grupo.<sup>68</sup>

O V Encontro de Jongueiros foi responsável por inaugurar um importante espaço de potência política para as comunidades participantes.

A Comunidade Remanescente de Quilombo São José da Serra, do município de Valença, aproveitou o V Encontro de Jongueiros de agosto de 2000, realizado em Angra dos Reis, para se manifestar contra a postura omissa da Fundação Cultural Palmares que desde que reconheceu a comunidade a abandonou a própria sorte. Os moradores pediram um minuto de silêncio contra a fundação como forma de protesto. Além disso, mostraram uma faixa na qual pediam urgência na titulação de suas terras.<sup>69</sup>

O professor Paulo Carrano relata em seu texto “A juventude do quilombo São José da Serra”<sup>70</sup> que, no V Encontro, a comunidade de São José da Serra colocou na pauta sua crítica em relação à demora para titulação das terras do quilombo, quando a comunidade estendeu uma faixa com os dizeres “A Comunidade de Remanescentes de Quilombo de São José da Serra reivindica a titulação de suas terras”.

Délcio também narra, em sua entrevista à equipe do INRC do Jongo do Sudeste que foi durante a “oficina de integração” que surgiu a denúncia da liderança do quilombo São José da Serra, de que a Fundação Cultural Palmares não havia dado retorno e eles estavam vivendo um conflito diário em que a pessoa que se dizia dona da terra e as comunidades jongueiras entenderam que poderiam ajudar fazendo um documento que seria enviado ao governo do estado e à Fundação Cultural Palmares, o que foi feito por eles, além de acionarem seus contatos dentro da fundação e marcou o caráter político dos Encontros.

Essa atitude marcou o espaço dos Encontros como local de visibilidade e articulação das lutas individuais ou coletivas das comunidades jongueiras.

Em Angra teve uma mudança nos Encontros, ele passa a ter uma reviravolta aqui que depois a gente acabou definindo que cada ano, durante o Encontro, nós tiramos a comunidade que promoveria o Encontro, tanto que no de Angra nós tiramos para Valença justamente pela questão que o Toninho colocou, em relação à questão da terra, a comunidade quilombola.<sup>71</sup>

<sup>68</sup> Entrevista gravada com o jongueiro de Angra dos Reis, Délcio José Bernardo, no âmbito do projeto do LAD-BHOI “Jongo, Calangos e Folias” em 29 set. 2006. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?time\\_continue=2650&v=VbhTAf8G1u4](http://www.youtube.com/watch?time_continue=2650&v=VbhTAf8G1u4)>. Acesso em: maio 2017.

<sup>69</sup> Disponível em: <[www.koinonia.org.br/tn/1/noticias.htm](http://www.koinonia.org.br/tn/1/noticias.htm)>. Acesso em: maio 2017.

<sup>70</sup> CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *A juventude do quilombo São José da Serra: entre tradições e culturas juvenis*, 2007, op. cit.

<sup>71</sup> Délcio Bernardo, liderança jongueira de Angra dos Reis em entrevista concedida à equipe de pesquisadores do CNFCP, realizada em Angra dos Reis no ano de 2003. Disponível no arquivo sonoro-visual do CNFCP: CD1165/V.6

Em outro texto, “Os encontros”, publicado no caderno de programação do VIII Encontro de Jongueiros, o professor Carrano fala da inovação que o V Encontro trouxe: mesas de debate e oficinas durante a programação do evento, colocando em diálogo pesquisadores e os grupos de jongueiros.

No relatório produzido pelo professor Hélio Machado de Castro,<sup>72</sup> ele coloca a importância da utilização do espaço dos Encontros para que os participantes se reunissem em uma grande roda e nela questionassem, reivindicassem problemas dos dias atuais que afetavam todo grupo social, de onde saíssem ideias ou projetos de melhoria da vida comunitária, e o mais importante: debates olho a olho, cara a cara para melhor consciência da real validade dos assuntos em pauta, dos benefícios da coletividade e de onde resultasse uma moção (carta) abrangendo a problemática de cada grupo.

Naquele semestre do ano 2000, o professor Hélio se aposentou e manifestou no seu relatório o interesse em deixar encaminhada para outros interessados a continuidade da execução do projeto, sendo eles o professor Paulo César Carrano, da UFF de Angra dos Reis, e o professor Délcio José Bernardo, jongueiro e diretor de Patrimônio do Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu, de Angra dos Reis.

Nesse mesmo ano, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Esse decreto foi o responsável pela realização do INRC do Jongo, nos anos seguintes, envolvendo as comunidades anteriormente descritas e que abordaremos com mais detalhes no próximo capítulo.

### *VI Encontro de Jongueiros*

O VI Encontro de Jongueiros aconteceu em Valença nos dias 23 e 24 de novembro de 2001 e teve a participação das comunidades de Valença, Jongo da Serrinha, Campelo, Guaratinguetá, Angra, Barra do Pirai, Santo Antônio de Pádua e Miracema, uma realização da Rede de Memória do Jongo, Secretaria Municipal de Valença, Associação da Comunidade Negra Fazenda São José da Serra, Grupo Cultural Jongo da Serrinha, Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu (Angra dos Reis), Curso de Matemática/Interiorização UFF Santo Antônio de Pádua e Faculdade de Educação UFF. O evento teve apoio das seguintes instituições: Secretaria de Cultura de Valença, prefeituras de Campelo, Santo Antônio de Pádua, Miracema,

---

<sup>72</sup> Relatório feito pelo professor Hélio Machado de Castro e entregue a UFF sobre o I Encontro de Jongueiros em 28 de setembro de 1996, doado pela esposa do professor Hélio ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, onde está disponível para consulta.

Guaratinguetá, Pinheiral, Barra do Piraí, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj) e Caravana Cultural da Light.

Também estiveram presentes a secretária de Educação de Valença, Ana Maria Cabral; o professor e coordenador da Rede de Memória do Jongo, Paulo Carrano; o professor Alberto Ikeda, da Universidade Estadual Paulista (Unesp); o pesquisador e coordenador da Associação Cultural Cachuera!, Paulo Dias; a secretária de Comunicação Municipal e a diretora da Riotur.

Segundo relato do jongueiro de Angra dos Reis, Délcio José Bernardo,<sup>73</sup> no Encontro em Valença, foi discutido o problema que os jongueiros do quilombo São José da Serra estavam vivendo em relação à posse da terra do quilombo, pois estavam sofrendo ameaças da pessoa que se dizia dona da terra. Nesse Encontro foi feita uma carta, assinada pelos jongueiros e enviada à Fundação Cultural Palmares relatando o problema.

Durante pesquisa no Arquivo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular foi encontrado um *e-mail* de divulgação do VI Encontro, enviado pelo coordenador do Jongo da Serrinha, Marcos André, para seus contatos, que incluíam a equipe que naquele momento estava iniciando o INRC do Jongo, com o seguinte texto:

O Encontro é organizado pela Rede de Memória do Jongo, formada pelas lideranças das dez comunidades que preservam a tradição do Jongo, Patrimônio Cultural do Brasil. A VI Edição do Encontro reunirá 700 praticantes da histórica dança em Valença, terra natal de Clementina de Jesus que completaria seu centenário esse ano e Município do Quilombo da Fazenda São José. O quilombo da fazenda São José é local de moradia de 200 negros, todos da mesma família, que ali residem sem luz elétrica e trabalhando na agricultura de subsistência desde o tempo da escravidão. Devido a essas condições peculiares seu Jongo mantém características primitivas. O Encontro esse ano tem como objetivo discutir e criar estratégias que acelerem o processo de titulação das terras da Fazenda São José que está tramitando a nível federal através da Fundação Palmares. Até hoje sua comunidade negra não conquistou a posse da terra<sup>74</sup> comprometendo a qualidade de vida dos seus moradores e a preservação das tradições afro-brasileiras locais. A realização do Encontro é um passo importante na criação de uma política pública de preservação e divulgação do ritmo e estimula o intercâmbio entre as comunidades, vital para a pesquisa e revitalização dessa tradição e promoção social das comunidades participantes. Atualmente o Jongo da Serrinha, através do Grupo Cultural Jongo da Serrinha está em processo de tombamento como Patrimônio Cultural Nacional pelo IPHAN.

<sup>73</sup> Délcio Bernardo, liderança jongueira de Angra dos Reis em entrevista concedida à equipe de pesquisadores do CNFCP, realizada em Angra dos Reis no ano de 2003. Disponível no arquivo sonoro-visual do CNFCP: CD1165/V.6.

<sup>74</sup> Depois de anos de espera, em 30 de abril de 2015, a comunidade recebeu oficialmente a posse do território.

FIGURA 25 - CARTAZ DO VI ENCONTRO<sup>75</sup>FIGURA 26 - CARTAZ DO VI ENCONTRO<sup>76</sup>

O Jongo é uma dança comunitária criada pelos escravos de Angola para as fazendas de café da região Sudeste durante a escravidão.

Desde o ano de 1996 as comunidades jogueiras se reúnem em um Encontro anual itinerante. Neste ano a cidade de Valença será a sede do VI Encontro de Jongueiros, nos dias 23 e 24 de novembro de 2001. O evento reunirá aproximadamente 10 comunitários dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O VI Encontro identifica-se com a luta pela titulação da terra da Associação da Comunidade Negra de Remanescentes do Quilombo da Fazenda de São José da Serra localizada município de Valença/RJ. Essa comunidade é composta por descendentes de escravos que permanecem em vida comunitária no mesmo território em que viviam seus ancestrais durante a época da escravidão. A comunidade mantém um cotidiano de relativo isolamento, seus moradores vivem da agricultura familiar e moram em centenárias casas de pau-a-pique e sapê desprovidas de luz elétrica. Esse contexto comunitário agrário permitiu que o jongo lá praticado conservasse características originais de canto, dança e rituais ao longo da história. Encontra-se em curso o projeto de constituição de um Centro Histórico, objetivando o tombamento das casas centenárias e a preservação do significativo patrimônio cultural imaterial da comunidade.

Durante o VI Encontro de Jongueiros a Prefeitura da cidade Valença inaugurará um busto em homenagem ao centenário do nascimento de Clementina de Jesus, natural de Valença, sambista, jogueira e patrimônio da música brasileira.

Esperamos por você lá!

**Dia 23**  
20h - Mesa Redonda sobre o Jongo  
(Teatro Rosinha de Valença - Rua Dr. Souza Nunes 719)

**Dia 24**  
Manhã - Chegada dos grupos ao CIEP Prof. Luciano Gomes Ribeiro  
(Rua Dom Rodolfo Penna 359/A - Bairro de Fátima)  
11h - Inauguração do Busto da Clementina de Jesus  
(Praça da Bandeira - Centro)  
18h - Encontro de Jongueiros - Roda de Jongo com a apresentação das comunidades e Comemoração do Centenário da Clementina de Jesus  
(Largo da Igreja Catedral de Valença)

Comunidades participantes do Encontro  
Valença • Campelo • Santo Antonio de Pádua  
Miracema • Guaratinguetá • Pinheiral  
Barra do Piraí • Serrinha • Angra dos Reis

Participantes da Mesa Redonda sobre o Jongo  
Prof. Hália Machado - Interfitorização da UFF (Santo Antonio de Pádua)  
Toninho Nascimento - Associação da Comunidade Negra da Fazenda São José  
Marcos André Carvalho - Grupo Cultural Jongo da Serrinha  
Paulo Carrano - Faculdade de Educação da UFF  
Dilma Duarte - Secretaria de Cultura de Valença  
Dário Bernardo - Grupo Yá-Dudu (Angra dos Reis)  
Marília Barbosa de Oliveira - Museu da Imagem e do Som  
Alberto Ykeda - Etnomusicólogo (São Paulo)  
Paulo Dias - Associação Cultural Cachueira (São Paulo)

Realização:  
Roda de Memória do Jongo • Secretaria Municipal de Valença  
Ratoc da Comunidade Negra da Fazenda São José da Serra • Grupo Cultural Jongo da Serrinha  
Grupo da Comunidade Negra Yá-Dudu (Angra dos Reis) • Curso de Matemática Interfitorização  
UFF de Santo Antonio de Pádua • Faculdade de Educação - UFF

Apoio:  
Secretaria de Cultura de Valença • Prefeituras de Campelo, Santo Antonio de Pádua, Miracema,  
Guaratinguetá, Pinheiral, Barra do Piraí, Rio de Janeiro e Angra dos Reis • Funer  
Comunidade Cultural da Light

FIGURA 27 - PROGRAMAÇÃO DO VI ENCONTRO<sup>77</sup>

Tribuna do Interior 24 de novembro de 2001

## “VI Encontro de Jongueiros” comemora centenário de Clementina de Jesus

VALENÇA – A Secretaria de Cultura estará promovendo no dia 23, às 20 horas, no Teatro Rosinha de Valença, o “VI Encontro de Jongueiros” em homenagem ao centenário de Clementina de Jesus, oportunidade em que acontecerá uma mesa redonda sobre o jongo.

No dia 24 chegarão ao Ciep Prof. Luciano Gomes as comunidades participantes do encontro, vindas de Campelo, Santo Antonio de Pádua, Miracema, Guaratinguetá, Pinheiral, Barra do Piraí, Serrinha e Angra dos Reis. E às 11 horas na Praça da Bandeira será inaugurado o busto em homenagem ao centenário do nascimento de Clementina de Jesus, natural de Valença, sambista, jogueira e patrimônio da música brasileira. Às 18 horas acontecerá o “Encontro de Jongueiros”, no Largo da Igreja Catedral, com roda de jongo.

Desde 1996 as comunidades jogueiras se reúnem em um encontro anual itinerante. Neste ano a cidade de Valença será a sede do “VI Encontro de Jongueiros”, nos 23 e 24 de novembro e reunirá aproximadamente dez comunidades do estado do Rio de Janeiro e São Paulo.

FIGURA 28 - NOTÍCIA DO JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ, NA COLUNA TRIBUNA DO INTERIOR DE 24 NOV. 2001

<sup>75</sup> Disponível no acervo arquivístico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> Ibid.



FIGURA 29 - QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA NO VI ENCONTRO<sup>78</sup>



FIGURA 30 - JONGO DA SERRINHA NO VI ENCONTRO<sup>79</sup>

### *VII Encontro de Jongueiros*

Em 2002 foi realizado, no município de Pinheiral, o VII Encontro de Jongueiros nos dias 22 e 23 de novembro, com a participação das comunidades jongueiras de Valença, Pinheiral, Guaratinguetá, Serrinha, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Campelo, Barra do Piraí e Angra dos Reis e que teve como homenageado mestre Darcy do Jongo, falecido em 20 de dezembro de 2001.

A realização do Encontro coube às organizações: Rede de Memória do Jongo, União Jongueira de Pinheiral, Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense (Creasf), Grupo Cultural Jongo da Serrinha, Universidade Federal Fluminense (Curso de Interiorização de Matemática em Santo Antônio de Pádua e Faculdade de Educação), Associação da Comunidade Negra de Remanescentes da Fazenda do Quilombo São José da Serra e Grupo de Consciência Negra Ylá Dudu (Angra dos Reis), com o apoio da Prefeitura Municipal de Pinheiral e o governo do estado do Rio de Janeiro.

<sup>78</sup> Imagens do VI Encontro de Jongueiros disponíveis no anexo do INRC: Ficha do Bem (anexo 2, registro 8).

<sup>79</sup> Ibid.

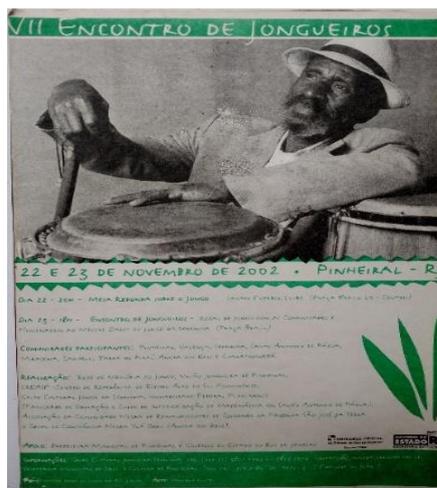


FIGURA 31 - FOLDER DE DIVULGAÇÃO DO VII ENCONTRO<sup>80</sup>

A abertura das rodas foi realizada na praça Brasil e contou com a presença de diversas autoridades, como o subsecretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e o vice-prefeito de Pinheiral, que fez uma fala emblemática que fortalece o jongo como poder político de suas comunidades

Conversando com o Gilberto Carvalho, que coordena a agenda do Lula e que conversou com o Lula e pediu para trazer um cumprimento e uma homenagem ao grande movimento que hoje está aqui se dando, que na verdade não é nada mais nada menos que recuperar a história do Brasil, esse sentimento de alegria e ao mesmo tempo esse sentimento de vitória, quando a gente vê tantas crianças, e isso é garantia de que a história vai continuar.<sup>81</sup>

O Encontro foi registrado pelos pesquisadores responsáveis pelo INRC do Jongo e está disponível no acervo audiovisual do CNFCP, mas as gravações possuem diversos problemas que dificultam a utilização do material, por exemplo, só tem gravadas as rodas de jongo, não foram gravadas entrevistas, tampouco são apresentados os grupos que foram gravados, só sendo possível identificá-los pelo conhecimento prévio das pessoas. No precário material que temos para consulta, foi possível ter acesso à fala da liderança jongueira de Pinheiral, Fatinha, que agradece a presença de todos e reforça a necessidade de apoio, principalmente aos remanescentes do quilombo São José na luta pela posse da sua terra.

Em entrevista com a liderança jongueira de Angra dos Reis, Délcio Bernardo, ele comenta sobre a escolha de Pinheiral para sediar o VII Encontro:

Aí em Valença nós tiramos que seria em Pinheiral, por conta da Fatinha que é uma figura que estava tendo alguns problemas também, mas que também estava entrando

<sup>80</sup> Cartaz com a programação do Encontro. Disponível na sede do Jongo da Serrinha.

<sup>81</sup> Fala do vice-prefeito de Pinheiral na abertura do VII Encontro de Jongueiros em Pinheiral. Disponível no acervo audiovisual do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

para a Secretaria de Cultura e que estava dando um gás em relação à cultura negra. E Pinheiral é uma cidade também com uma base negra muito grande, e ela queria estar de alguma forma chamando essas figuras também, para estar vivendo esse valor, a valorização da cultura negra e fazer uma interlocução legal. E aí a gente foi para Pinheiral, um encontro fantástico também, [...], fizemos a homenagem a Clementina de Jesus, que era uma pessoa que cantou muito o jongo.<sup>82</sup>

Na sua entrevista à professora Martha Abreu,<sup>83</sup> Délcio registra a experiência de terem realizado uma grande roda nesse Encontro, com todas as comunidades e seus tambores, em que todo mundo tocava os pontos uma das outras comunidades. Ele afirma que embora o jongo tenha muita diferença no tocar, no cantar o no dançar, eles conseguiram construir um momento harmônico. Perguntado pela professora Martha o que ele acredita ter possibilitado essa harmonia, ele responde: “Eu acho que o Jongo tem marafunda. Eu acho que é o que a gente fala. Essa linguagem do tambor [...], a gente sabe qual é o ponto, tem que saber escutar o ponto, é o tambor, é o respeito de escutar o outro”.

Na ocasião, foram entregues, pela presidente do Museu da Imagem e do Som, certificados para os mestres jogueiros com a intenção de levarem para casa uma “lembrança” de Pinheiral.

### *VIII Encontro de Jongueiros*

O VIII Encontro foi o primeiro realizado fora do estado do Rio de Janeiro, no município paulista de Guaratinguetá, nos dias 21 e 22 de novembro de 2003, no Centro de Atividades Educacionais, espaço de exposições “Manoel Soares de Azevedo” e teve a participação das comunidades jogueiras da Serrinha, São Luiz do Paraitinga, Santo Antônio de Pádua, Piquete, Pinheiral, Miracema, Lagoinha (SP), Cunha (SP), Barra do Piraí, Angra dos Reis, Guaratinguetá e Valença.

Foi uma realização da Rede de Memória do Jongo, Associação Cultural Cachuera!, Prefeitura de Guaratinguetá e Grupo de Jongo Tamandaré (Guaratinguetá/SP). Contou com o apoio de: A Barca, “CDC Leide das Neves – Casa Leide”, Eletronuclear, Escola de Especialistas de Aeronáutica (Guaratinguetá), Faculdade de Educação UFF, Grupo Cachuera!, G.R.C. Escola de Samba Unidos do Tamandaré, Ney Mesquita, Djalma Correa, Paulo Dias e Marcelo Preto, Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF, Pássaro Marrom, Prefeitura Municipal de

<sup>82</sup> Délcio Bernardo, liderança jogueira de Angra dos Reis em entrevista concedida à equipe de pesquisadores do CNFCP, realizada em Angra dos Reis no ano de 2003. Disponível no arquivo sonoro-visual do CNFCP: CD1165/V.6

<sup>83</sup> Entrevista à professora Martha Abreu, gravada com o jogueiro de Angra dos Reis, Délcio José Bernardo, no âmbito do projeto do LADBHOI “Jongo, Calangos e Folias” em 29 set. 2006. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?time\\_continue=2650&v=VbhTAf8G1u4](http://www.youtube.com/watch?time_continue=2650&v=VbhTAf8G1u4)>. Acesso em: maio 2017.

Pinheiral, Quinteto Branco e Preto, Semadir, Universidade Anhembi Morumbi, BASF, Lilli do Nascimento.

Nesse Encontro foi produzido um pequeno livreto para divulgação, que continha um histórico resumido de cada comunidade participante, um texto do pesquisador Paulo Dias “Feitiço das palavras: a arte dos pontos de jongo”, um texto do professor Paulo Carrano sobre os Encontros, fotos dos jogueiros de Tamandaré e uma página de agradecimento a todos os que de alguma forma contribuíram para sua realização.



FIGURA 32 - FOLHETO DE DIVULGAÇÃO

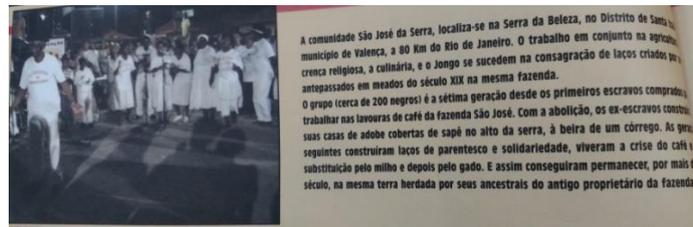


FIGURA 33 - FOLHETO DE DIVULGAÇÃO

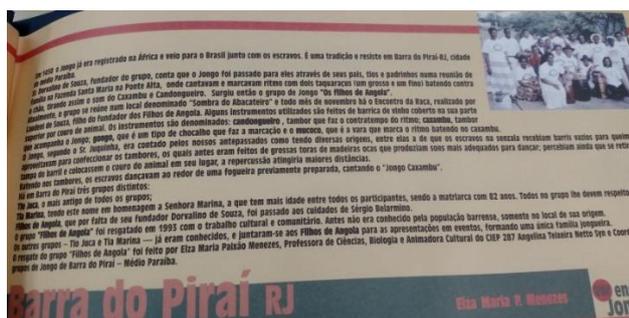


FIGURA 34 - FOLHETO DE DIVULGAÇÃO



FIGURA 35 – ROGÉRIO, DO JONGO DE MIRACEMA, NO VIII ENCONTRO DE JONGUEIROS<sup>84</sup>

Os relatórios produzidos no âmbito do INRC do Jongo e disponíveis no CNFCP revelam informações a maior parte dos documentos divulgados não expõe. É o caso do relatório da viagem realizado a Angra entre dos dias 19 e 21 de novembro de 2003 pela pesquisadora Carla Ramos, onde por meio de entrevista com a liderança jongueira de Angra dos Reis, Délcio Bernardo, é registrada a dificuldade financeira da sua comunidade para participar do Encontro.

Na entrevista também foi registrado que a Eletronuclear, a título de contrapartida de mitigação, que aparece como apoio ao VIII Encontro, foi responsável por alugar o transporte para Guaratinguetá e pela compra de matéria-prima para confecção das indumentárias.

Délcio havia conseguido um ônibus para levar os Jongueiros ao evento, mas não era garantia de que conseguiria um bom público para representar a cidade. A dificuldade não era propriamente convencimento, as pessoas não tinham dinheiro para chegar até o centro da cidade para pegar o ônibus alugado para o evento, não tinham dinheiro para levar, para toda sorte de consumo que poderia haver, e muitos não tinham documentos oficiais de identidade, por exemplo, e por isso não poderiam viajar sob o risco de o ônibus ser parado nas rodovias interestaduais, o que poderiam comprometer a viagem.<sup>85</sup>

Infelizmente, esse caso referente à comunidade de Angra dos Reis não é exclusivo dessa comunidade, tampouco um problema que faz parte do passado.

Nesse relatório, também ficou registrada a realização de oficinas no Encontro, com a seguinte dinâmica: os representantes de cada comunidade faziam uma apresentação de seu

<sup>84</sup> Imagem do jongueiro Rogério batendo tambor no VIII Encontro de Jongueiros, disponível na ficha F11 – Ficha de Localidade Miracema do INRC do Jongo.

<sup>85</sup> Relatório da pesquisadora Carla Ramos, no âmbito do INRC, disponível no Acervo Arquivístico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

grupo, contavam como o jongo era realizado, cantavam os pontos e explicavam seus significados. A proposta era realizar um panorama geral da diversidade da manifestação, presente nas várias comunidades. Nesse espaço ficavam claras as especificidades de cada grupo, como o número de integrantes, a presença ou ausência de crianças na roda, as indumentárias usadas e a origem dos instrumentos.

Na ocasião, com o desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais promovido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, os pesquisadores envolvidos no inventário recolheram as assinaturas de anuência para o pedido de registro do jongo como patrimônio cultural e realizaram algumas entrevistas com os jongueiros presentes. No próximo capítulo, iremos aprofundar o processo que levou ao registro do jongo do Sudeste como patrimônio imaterial e que teve como proponentes as comunidades do Jongo da Serrinha e o quilombo São José.



FIGURA 36 - COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA<sup>86</sup>

### *IX Encontro de Jongueiros*

O IX Encontro de Jongueiros foi realizado na cidade do Rio de Janeiro nos dias 17 e 18 de dezembro de 2004. Ocupou os espaços do Circo Voador no primeiro dia e da Fundação Progresso no segundo. Tinha, como seu tema, o lançamento do CD do quilombo São José da Serra e contou com uma intensa programação divulgada por diversos jornais como *O Fluminense*, *Tribuna de Imprensa*, *O Dia* e *Jornal do Brasil*, e pela internet.

As comunidades participantes foram: quilombo São José, Jongo da Serrinha, Barra do Piraí, Pinheiral, Angra dos Reis, Santo Antônio de Pádua, Campelo, Miracema, Guaratinguetá e Piquete, reunindo aproximadamente 500 jongueiros. A realização ficou por conta da Associação Cultural Brasil Mestiço, coordenada pelo Marcos André, com correalização da Unesco e parceria do Sesc do Rio de Janeiro.

<sup>86</sup> Tambores do Caxambu de Santo Antônio de Pádua. VIII Encontro de Jongueiros. Foto de Thiago Aquino/2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em 19 jan. 2017.

Nesta sexta (17) e no sábado (18), depois de seis anos, o Encontro de Jongueiros acontece na cidade do Rio. Neste Encontro, o nono, será lançado o cd-livro do Jongo do Quilombo São José, de Valença, que dizem estar belíssimo. As apresentações terão lugar sexta no Circo Voador e sábado na Fundação Progresso; os ingressos custam apenas R\$ 5. Confira abaixo o cronograma completo:

Sexta, 17 – Circo Voador:

21 horas – abertura do evento com o lançamento do cd-livro do Jongo do Quilombo São José. O show contará com os 50 integrantes do Jongo do Quilombo São José, Luciane Menezes, Marcos André e Pau da Braúna, Xangô da Mangueira, Sandra de Sá e outras canjas-surpresa.

Sábado, 18 – Fundação:

20 horas – Apresentação de 10 grupos do sudeste do Brasil. O encontro musical contará com 500 Jongueiros, num verdadeiro festival de jongo.

Os grupos da Serrinha, Quilombo São José, Barra do Pirai, Pinheiral, Angra dos Reis, Santo Antônio de Pádua, Campelo, Miracema, Guaratinguetá e Piquete (SP) prometem sete horas de jongo, em todas as suas variações.

Completa o evento o I Seminário Nacional Sobre o Patrimônio Imaterial do Jongo, que acontece no auditório do SESC Flamengo nos mesmos dias 17 e 18. O seminário contará com a presença de representantes da Unesco, do Governo Federal e das comunidades Jongueiras, secretários de cultura e professores universitários.<sup>87</sup>

O IX Encontro foi o primeiro a receber patrocínio da Petrobras, o que trouxe grandes mudanças na dinâmica do evento e melhor infraestrutura. Mas também aconteceram diversas problemáticas, como a falta de autonomia dos jongueiros na realização do Encontro, tornando-o apenas um espetáculo e não mais um espaço de compartilhamento.

A UNESCO no Brasil, a Petrobras e a Associação Brasil Mestiço realizam sexta e sábado (17 e 18/12) o 9º Encontro de Jongueiros e o Seminário Nacional sobre o Patrimônio Imaterial do Jongo, expressão cultural trazida de Angola pelos negros da nação Bantu e praticada pelos escravos no período colonial. O objetivo do Seminário é promover uma discussão sobre a salvaguarda do jongo – considerado um dos “país do samba” – e a sua importância na formação da cultura nacional. Durante o Encontro, nove grupos de jongo estarão se apresentando, reunindo mais de 500 praticantes tradição. Será lançado ainda o CD-livro “Jongo do Quilombo São José” com artistas quilombolas da comunidade de Valença (RJ).<sup>88</sup>



FIGURA 37 - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO IX ENCONTRO DE JONGUEIROS

<sup>87</sup> Disponível em: <[www.samba-choro.com.br/noticias/arquivo/11293](http://www.samba-choro.com.br/noticias/arquivo/11293)>. Acesso em: 2 fev. 2017.

<sup>88</sup> Disponível em: <[www.simetriaartecomunicacao.com.br/escolasdepaz/htm/noticia/noticia104.htm](http://www.simetriaartecomunicacao.com.br/escolasdepaz/htm/noticia/noticia104.htm)>. Acesso em: 2 fev. 2017.



FIGURA 38 - JONGO DE MIRACEMA NO IX ENCONTRO<sup>89</sup>



FIGURA 39 - JONGO DE MIRACEMA NO IX ENCONTRO<sup>90</sup>

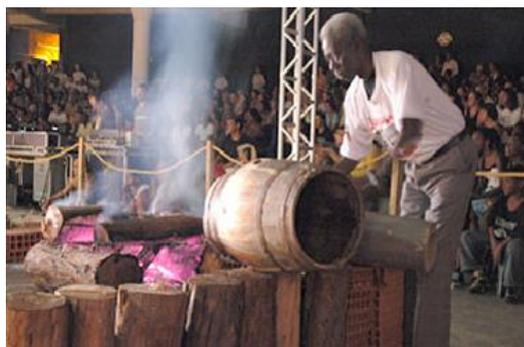


FIGURA 40 - AQUECENDO OS TAMBORES NO IX ENCONTRO<sup>91</sup>

A programação do Encontro também contou com espaço para o debate acadêmico sobre o encaminhamento do pedido de registro do jongo como patrimônio imaterial, intitulado de I Seminário Nacional Sobre o Patrimônio Imaterial do Jongo, em que houve a formação de uma mesa-redonda sobre “metodologias e prática de registro da tradição do Jongo” com a presença do pesquisador da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (Unesp), de Alberto Ikeda, do presidente da Associação Cultural Cachuêra!, Paulo Dias, e da pesquisadora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rita Gama.

Em entrevista com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, ele nos conta como foi a participação dos jongueiros durante o momento de debate da mesa-redonda. O Encontro aconteceu sexta e no sábado, e apenas as lideranças de cada comunidade chegaram na sexta-feira de manhã e puderam participar dos debates – realizados no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, o que, para ele, marcou como um novo formato de debate – e dos *shows* realizados à noite no Circo Voador. Os membros das comunidades não participaram da programação do primeiro dia, pois só chegaram à Lapa no sábado pela manhã.

<sup>89</sup> Registro do IX Encontro, Francisco Costa, 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em 19 jan. 2017.

<sup>90</sup> Ibid.

<sup>91</sup> Ibid.

A fala do professor Alberto Ikeda anunciou diversas questões sobre a salvaguarda que ainda hoje não foram totalmente resolvidas e nem suficientemente debatidas. E problematizou as maneiras de inventariar e registrar manifestações culturais, mas que na prática nem sempre trazem utilidade, no sentido de direito, para as comunidades, servindo apenas para a academia, para os professores e para grupos artísticos que se aproveitam desses saberes.

O debate expôs questões que fazem parte da vida social das comunidades jongueiras, como o racismo; exclusão social; falta de oportunidade, de acesso à educação e ao trabalho. A questão fundiária que envolve as comunidades jongueiras que se localizam em quilombos rurais ou urbanos também foi problematizada.

Então quando a gente fala de salvaguarda, nesse sentido de salvar e guardar e preservar e valorizar manifestações e tradições, nós continuamos com o pensamento viciado que o ocidente branco propôs e nós continuamos duplicando até hoje. Mais do que salvar as expressões, precisa-se guardar, ter carinho, guardar as pessoas que são os portadores, as comunidades que são os portadores. É o mesmo vício do pensamento que valoriza a mulher pela sua beleza. Nós continuamos a cada ano, com todo esse movimento que acontece desde a década de 70, com pensamento de século XIX. É preciso que a gente avance, e nesse aspecto, quando a gente pensa... quando a gente fala em Jongo, samba, candomblé, umbanda, todas as manifestações que a gente reconhecidamente tem como herança de grupos afro-brasileiros, a gente tem que lembrar, claro que isso está ligado diretamente com o negro, com a população excluída da sociedade brasileira até hoje. E que mesmo que a gente fale, que a gente lute, constituem grupos, seja no âmbito do município, do estado ou das ONGS, a realidade é essa: é a população que sempre foi excluída da construção dos destinos do país. Então a gente tem que lembrar, junto com isso, com o jongo e as outras manifestações, tem que lembrar de negros, de exclusão social, de pobreza, de falta de oportunidade, de acesso à educação e ao trabalho. E ao mesmo tempo tem que lembrar de resistência política, de teimosia de dizer “mesmo que eu não tenha condições, eu vou ser alegre, eu vou rir, eu vou dançar”. Precisamos lembrar que isso é um processo de luta política e não somente de arte e espetáculo.<sup>92</sup>

Em entrevista realizada durante o IX Encontro, pela liderança jongueira do quilombo São José da Serra, Antônio do Nascimento Fernandes, mais conhecido como Toninho Caneção, para a TV Alerj e disponível na internet, ele registra a importância do espaço para a luta política das comunidades.

Eu acho que hoje é até um momento de festa, mas não pode ser esquecido, hoje nós estamos aqui representando os nossos negros velhos, que na nossa comunidade tem negro lá que vai fazer cem anos, tem negro de cem anos de idade, e estão esperando muito por esse momento, que vivem ainda o sofrimento da terra. Que não adianta a gente cantar e dançar, viu?! Mas a gente tem muita coisa atrás disso, que a gente está querendo com esse evento, com essa nossa luta, resgatar isso aí, a nossa cultura e

<sup>92</sup> Transcrição da palestra proferida pelo professor Alberto Ikeda, do Instituto de Artes/Universidade Paulista, no I Seminário Nacional sobre o Patrimônio Imaterial do Jongo, no IX Encontro de Jongueiros, no dia 19 de dezembro de 2004.

resgatar também a terra do quilombo, que hoje o grileiro toma posse e deixa a gente, você sabe, à margem do favorecimento para nossa comunidade.<sup>93</sup>

O seminário também foi um momento de explicar aos presentes o processo do inventário do jongo, com a participação da pesquisadora, Rita Gama, que esclareceu como foi feito o processo de seleção das comunidades presentes no inventário, que teve os recursos financeiros disponíveis como um limitador do campo da pesquisa.

Muitas críticas sobre o Encontro foram registradas, e até hoje as lembranças dos problemas na organização são citadas pelos jongueiros.

Foi o primeiro Encontro a ter ingressos cobrados e o primeiro em que as comunidades receberam cachê para se apresentar. Na mesa de abertura do Encontro, prática que já vinha acontecendo desde o V Encontro, havia mais instituições que jongueiros; cada comunidade tinha um *setlist* dos pontos que iria cantar; a roda de jongo foi separada do público por uma corda; os músicos se apresentaram no palco e a roda foi feita no chão, separando o grupo; nenhuma comunidade pôde gravar o Encontro; não houve a liberdade e nem autonomia necessária para as trocas e demandas que se dão na roda de jongo. A transformação do Encontro em simples *show* e a divulgação feita que não davam conta, nem transmitiam a dimensão social, política e articulada do Encontro, o que também foi um problema.

É diferente de você ter uma participação de uma comunidade Jongueira, num Encontro de Jongueiros, numa localidade Jongueira, porque a princípio aquele não é um espetáculo, aquilo é um Encontro de comunidades que vão dançar e que vão fazer sua apresentação para os outros grupos. Nesse sentido, é estranho para mim ver um grupo se apresentando como grupo de espetáculo num evento que a princípio não é um evento de espetáculo, mas que foi transformado em espetáculo devido à forma que ele está sendo patrocinado [...] Na verdade as pessoas não tão chamando para um Encontro, que um Encontro seria mesmo um Encontro das comunidades para discutirem suas questões e fazerem sua apresentação descompromissada [...] Eu acho que de qualquer forma, o que aconteceu nesse nono Encontro de Jongueiros vai provocar muitas reflexões e vai provocar uma dinâmica diferente nesse campo, ou seja, ou essas comunidades assumem suas lideranças e assumem seu papel, e como é que elas vão se posicionar em relação, né, a essa coisa de pessoas de fora intervindo, ou produzindo seus grupos. De qualquer maneira a gente também sistematiza isso nas nossas reflexões, é um momento de grande tensão e grande conflito no campo, ou seja, o campo e as comunidades que foram identificadas e mapeadas durante a pesquisa não são mais as mesmas que eram quando não são mais as mesmas que eram quando vocês fizeram a pesquisa de campo, ou seja, a situação hoje e essa dinâmica do evento, do Encontro, já faz com que o campo seja outro. Ou seja, aquela coisa das manifestações dinâmicas, vivas.<sup>94</sup>

<sup>93</sup> Entrevista de Antônio do Nascimento Fernandes. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=AYRoKnRGd04](http://www.youtube.com/watch?v=AYRoKnRGd04)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

<sup>94</sup> Andréa Falcão em transcrição da reunião da equipe do INRC do Jongo do Sudeste – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) sobre o IX Encontro de Jongueiro, disponível no arquivo do CNFCP.

Na entrevista realizada com o jongueiro de Angra dos Reis, Dêlcio José Bernardo, pela professa Martha Abreu, no âmbito do projeto “Jongos, Calangos e Folias”, ele narra como se deu a dinâmica do Encontro, deixando clara sua insatisfação com a forma como foi organizado, em que os grupos ficaram separados em pequenos camarins, que não cabiam todos das comunidades confortavelmente e não tinham autorização da produção para se encontrarem e socializarem durante o evento; não podiam circular pela Fundação Progresso, o que transformou o Encontro em apenas um *show*, que não era para eles, mas para o público, uma dinâmica totalmente diferente daquilo em que os jongueiros acreditavam.

A gente não estava habituado com isso, não é essa a operação do Encontro. A operação do Encontro é você chegou, você trouxe as quarenta pessoas que vieram com você, você desceu no espaço do Encontro e vá se relacionar com os outros ali, da melhor maneira possível. Então os caras conversam, os mestres sentam e a gente chega e fica tocando e cantando o ponto do outro. Tem uma oficina que a gente chamou de “integração” onde cada grupo toca um pouquinho e fala da sua comunidade... E isso aí não teve, foi só uma coisa mesmo de chegar e ficar... não podia mudar as mesas para juntar as mesas e almoçar junto. [...] Eu não consigo entender essa prática, da cultura do jongo dentro de um espaço reduzido e afastado das pessoas. Fica longe da bagunça, mas essa ideia de bagunça que a gente tem, o Jongo é isso. Então, a gente tem isso, você vai estar ali na roda e as pessoas vão te chamar para entrar na roda.<sup>95</sup>

Na entrevista realizada com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, ele nos conta como a postura da liderança jongueira de Angra dos Reis, Dêlcio José Bernardo, rompeu com a organização preestabelecida e marcou o IX Encontro de Jongueiros.

E quando o Dêlcio entra no palco, que ele começa a cantar, ele canta dos pontos dele, de repente o Dêlcio faz uma fala, no meio da roda dele faz uma fala, foi uma jogada de mestre, ele foi lá, meteu a mão na cerca, jogou fora aquela cerquinha imaginária e falou que não tinha separação entre jongueiros e as pessoas que quisessem dançar. “Para que isso e tal?”, ele falou de um jeito e quando ele falou, que ele começou a cantar, a arquibancada toda desceu, então não ficou roda, ficou aquele povo de novo e aí eu voltei, certo? Aí eu voltei, chamei o nosso povo, volta todo mundo e aí vem todos os jongueiros que cantaram antes da gente, aquela roda... e ninguém consegue parar o Dêlcio, ninguém conseguiu parar o Dêlcio. Aí, quero dizer, não acabou o Encontro, mas também não houve mais roda naquele dia, não teve como. Eles tentaram fazer outras rodas, mas não tem como você fazer roda com um monte de gente livre. Porque a arquibancada, o povo pagou para assistir, certo, e se pagou para assistir, tinha o direito de participar.<sup>96</sup>

A monografia de conclusão da graduação em história da liderança jongueira de Campinas, Alessandra Ribeiro, traz alguns registros sobre os Encontros e, especificamente sobre IX, ela registrou:

<sup>95</sup> Dêlcio Bernardo, liderança jongueira de Angra dos Reis em entrevista concedida à equipe de pesquisadores do CNFCP, realizada em Angra dos Reis no ano de 2003. Disponível no arquivo sonoro-visual do CNFCP: CD1165/V.6.

<sup>96</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

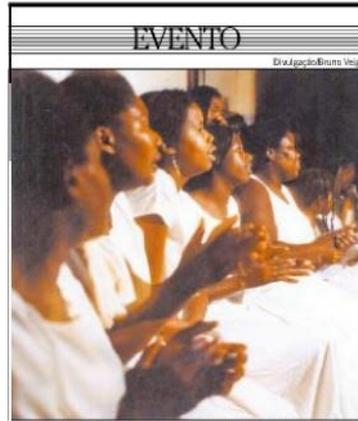
No término do IX Encontro houve uma reunião da Rede de Memória do Jongo que teve financiamento do SESC- RJ, através da Associação Brasil Mestiço e Universidade Federal Fluminense, para o transporte das lideranças Jongueiras que representavam suas comunidades. Nesta reunião foram criadas algumas regras para inserção de novas comunidades nos Encontros de Jongueiros e limites na participação dos agentes culturais, parceiros, associações e intelectuais nas decisões das mesmas. Essas alterações nos mostram o quanto as comunidades nem sempre são tão “ingênuas ou desatentas” no que se refere às decisões e encaminhamentos que envolvem o Jongo. Ao mesmo tempo, demonstram uma autonomia e interesses definidos na atuação política das lideranças Jongueiras.<sup>97</sup>

Temos que tomar cuidado em não criar uma imagem purista em relação aos Encontros; todos eles também foram um espetáculo. Nos relatórios produzidos pelo professor Hélio, desde o I Encontro ele fazia referência ao público que estava presente acompanhando as rodas, em todos os Encontros houve uma preocupação com divulgação, ou seja, uma preocupação de que existisse público presente para assistir aos jongueiros. E essa também era uma das intenções: promover e divulgar o jongo e os jongueiros. O que percebemos no IX Encontro foi que o espetáculo se sobrepôs aos jongueiros e à intenção de encontro e troca entre eles.



FIGURA 41 - MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL *O GLOBO*, EM 17 DEZ. 2004

<sup>97</sup> RIBEIRO, Alessandra. *Comunidades e instituições*, 2008. op. cit., p. 58.



15 JOVENS JONGUEIRAS do Quilombo São José: CD e livro

## Jongueiros se reúnem em festa

Circo Voador e Fundação são palco de evento que começa sexta-feira

FIGURA 42 - MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL O GLOBO, EM 14 DEZ. 2004

## Encontro de guerreiros de uma tradição secular

Lançamento de CD, reunião de jongueiros e debates reafirmam importância do ritmo

João Pinheiro

**A**o iniciar um trabalho de preservação do jogo tocado e dançado na Serrinha, há sete anos, o cantor e pesquisador Marcos André, sem saber, estava contribuindo para manter viva a história do ritmo, considerado o pai do samba em outras comunidades. Muitas companhias depois, ele e seus companheiros estão prestes a ver o jogo ser tocado pelo Iphom como um bem material, o que pode levá-lo a receber depois a chancela internacional do Unesco, que representaria melhoria para a qualidade de vida dessas localidades. Enquanto a boa notícia não vem, uma série de eventos acontece neste fim de semana.

Hoje, no Circo Voador, integrantes do Quilombo São José, de Volongo, lançam um CD/livro, juntamente com Xango da Mangueira, Luciano Menezes e o Pau da Brada, Amshã, na Fundação Progresso, acontece o 3º Encontro de Jongueiros. Serão mais de 500 representantes de dez comunidades. Entre elas Volonga e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e duas localidades em São Paulo.

Nos dois dias acontece também um ciclo de debates no Sesc do Hamengo, em que líderes das diversas comunidades, representantes da poder público e de ONGs discutem questões fundamentais como, por exemplo, a da desapropriação das terras, muitas das já reconhecidas como remanescentes de quilombos.

— Na realidade, o mais importante deste encontro, do

lançamento do disco e dos debates é chamar a atenção para a importância da preservação desta tradição cultural. A declaração do jogo como Patrimônio Imaterial é um passo importante para a desapropriação de terras como a do Quilombo São José — ecote Marcos André, reclamando da lentidão do processo.

**Pesquisador conheceu o quilombo por acaso**

Marcos André conheceu o quilombo por acaso. Um amigo, o acadêmico Zito Horta, soube da existência da comunidade, e os dois, subindo de uma festa que seria realizada, resolveram ver o que acontecia naquele pedaço de terra situado na Serra da Beleza. Encontraram um sítio com o passado. O grupo de aproximadamente 200 negros — a sétima geração de descendentes de escravos contratados para trabalhar na fazenda São José — vive da agricultura de subsistência. É conhecedor da cura através de ervas medicinais e preserva tradições como o cabango, o tempo do São Gonçalo e o próprio jogo. Vivem em casas de adobe, a três horas do comércio mais próximo e, até há bem pouco tempo, eram discriminados fora do quilombo.

O disco foi gravado em outubro, dentro do Quilombo São José, registrando a música, a história e a cultura do jogo kora. O livro tem fotos de Bruno Veiga, textos de Marcos André, Tomálio Canecão, guardador e líder do quilombo, e da historiadora da UFF Hebe Mattos, que montou a árvore genealógica da família desde o ano de 1859. ■

FIGURA 43 - MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL O GLOBO, EM 17 DEZ. 2004

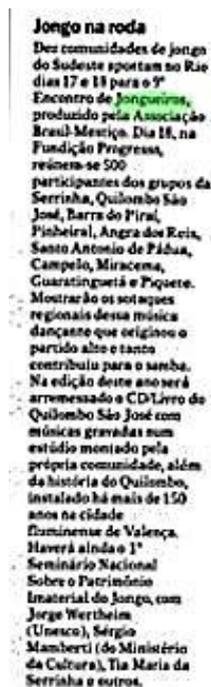


FIGURA 44 - MATÉRIA PUBLICADA NO *JORNAL DO BRASIL* EM 10 DEZ. 2004

### X Encontro de Jongueiros

O X Encontro de Jongueiros aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2005 à beira do rio Pomba, em Santo Antônio de Pádua, em homenagem ao professor Hélio Machado, que se encontrava adoecido na época,<sup>98</sup> a dona Sebastiana II, a dona Aparecida Ratinho, ao Antônio Faria (Nico) e ao mestre Orozimbo, do Caxambu de Santo Antônio de Pádua. Também foi marcado pelo importante momento de entrega do título do jongo do Sudeste como patrimônio cultural do Brasil às comunidades jongozeiras presentes.

A programação do Encontro contou com a abertura, no dia 16 de dezembro, com as homenagens descritas acima, e às 20 horas teve um painel intitulado “Jongo do Sudeste, patrimônio imaterial: por quê e para quê?” Com os debatedores: Elizabeth Travassos (antropóloga do CNFCP), Rita Gama (pesquisadora do INRC do Jongo do Sudeste) e Paulo Dias (coordenador da ONG Cachuêra!). No dia 17 de dezembro, na parte da manhã, foi feita uma mostra de filmes sobre o jongo, seguida de debate com os autores, no Teatro Municipal Geraldo Tavares André. Às 18 horas teve início a roda de jongo, com as 12 comunidades jongozeiras. No dia seguinte, 18 de dezembro, 12 foi feita uma grande roda de despedida.

<sup>98</sup> Meses após o Encontro, o professor Hélio Machado faleceu, em 02 de agosto de 2006. Na ocasião do seu falecimento, o deputado Adroaldo P Garani propôs à Alerj uma moção de pesar. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/1e1be0e779adab27832566ec0018d838/8fedcfcaf12ad71f832571da0067d7c2?OpenDocument>>. Acesso em 15 fev. 2017.

É muito importante a gente estar fazendo isso, para gente estar por dentro da história dos outros quilombos, porque a gente tem o bate-papo, conversa para estar por dentro do que está acontecendo, o que está se passando... e o importante. E fortalecer mais a nossa raça, porque a gente estando unido, todo mundo no hotel junto, as lideranças, então a gente conversa, é o café da manhã junto, o almoço junto, a janta junto. Igual Miracema, tem gente que começou a participar esse ano da roda, então são pessoas que a gente não conhecia e passa conhecer. E é legal, a amizade é diferente, a conversa é diferente... a gente se sente em casa.<sup>99</sup>

Estavam presentes as comunidades de Angra dos Reis, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Barra do Piraí, Campinas, Guaratinguetá, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, Valença, Serrinha e Quissamã.

O X Encontro teve como responsável pela produção a Associação Brasil Mestiço, o apoio da Estação da Arte, MPB FM, Observatório Jovem, Iphan e Associação Cultural Cachuera!. A realização foi da Universidade Federal Fluminense, Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, Rede de Memória do Jongu/Caxambu e Parceria da Unesco e Sesc. Foi o segundo ano do patrocínio da Petrobras.

O Encontro deste ano comemora o décimo ano consecutivo de realização do evento e o recente reconhecimento do Governo Federal do jongo como Patrimônio Cultural Brasileiro. Os Encontros cresceram em número de comunidades Jongueiras neles representadas e ampliaram suas atividades com a realização de debates, a criação de espaços de troca de saberes Jongueiros e com a criação da Rede de Memória do Jongu e do Caxambu, que hoje conta com a participação de 12 comunidades de Jongu e Caxambu. Neste ano de comemoração, o Encontro retorna ao seu local de origem, Santo Antônio de Pádua, em uma justa homenagem ao idealizador professor Hélio Machado Castro, que soube antever a necessidade e o potencial de resistência existente no Encontro das comunidades Jongueiras. O falecimento de Dona Sebastiana II, em 1995, de alguma forma impulsionou a realização do Encontro. Em 2005, quando se completam dez anos de sua ausência, ela merece ser lembrada e homenageada pelas comunidades Jongueiras e pela cidade de Santo Antônio de Pádua. Estão previstas também homenagens aos mestres Jongueiros da região anfitriões do Encontro desse ano: Aparecida Ratinho, Orozimbo e Nico.<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> Depoimento da jongueira Luciana da Silva, do quilombo do Bracuí/Angra dos Reis, registrado no vídeo do X Encontro de Jongueiros, gravado pelo Pontão de Cultura do Jongu/Caxambu. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrI](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

<sup>100</sup> Texto sobre o 10º Encontro de Jongueiros registrado no material de divulgação do Encontro

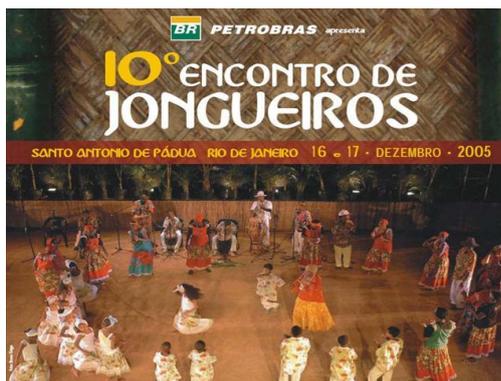


FIGURA 45 – LIVRETO COM A PROGRAMAÇÃO DO X ENCONTRO



FIGURA 46 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO X ENCONTRO QUE NÃO FOI APROVADO PELOS JONGUEIROS, SENDO SUBSTITUÍDO PELO DA FIGURA ANTERIOR

A comissão organizadora do X Encontro passou a se reunir no Rio de Janeiro a cada três meses para tratar da organização do evento. A primeira reunião aconteceu em março de 2005, na sede da Brasil Mestiço na Lapa, e a segunda reunião, que deveria ter ocorrido em maio, passou para junho, por conta das comemorações do Treze de Maio que as comunidades realizam, e aconteceu no jardim do Museu da República, no Catete, o que aproxima o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) dos debates do Encontro, que naquele ano foi onde todos receberam o título de patrimônio cultural. A reunião seguinte foi realizada dentro de uma sala do CNFCP.

Durante esse ano, outras comunidades foram se inserindo no processo e participando das reuniões, com a presença apenas das suas lideranças naquele momento, como as comunidades de Porciúncula, São José dos Campos, Campinas, Vassouras e Carangola. O que traz uma certa tensão para os grupos que participavam há mais tempo resolver: qual o critério para participação das comunidades que estavam chegando naquele momento? Foi definido pela

Rede de Memória que as comunidades só poderiam se candidatar para sediar o Encontro depois que suas lideranças participassem, por sua conta, de dois desses eventos.

A proposta inicial era realizar o Encontro nos dias 25 e 26 de novembro de 2005, e apesar de contar com o apoio previsto da Prefeitura de Santo Antônio de Pádua e o apoio financeiro de outras instituições, como a Secretaria de Estado de Cultura e a Fundação Palmares, até o início de novembro ainda não tinham conseguido recursos suficientes para o transporte de todas as comunidades até Pádua, tampouco itens como colchões e camisas.

Na segunda semana de novembro, a Associação Brasil Mestiço comunicou à comissão organizadora que a Petrobras patrocinaria o Encontro, mas seria necessário adiar o evento por conta das tramitações burocráticas. A comissão consultou as comunidades sobre o adiamento e todos os membros da rede aprovaram.

A organização do Encontro ficou sob responsabilidade das comunidades de Santo Antônio de Pádua e Miracema, da UFF de Santo Antônio de Pádua, da Rede de Memória do Jongo e do Observatório Jovem/UFF e da Prefeitura de do Município de Santo Antônio de Pádua. A administração do recurso proveniente do patrocínio da Petrobras ficou a cargo da Associação Brasil Mestiço.

Foi criado um *blog* sobre o X Encontro para agilizar as informações entre os membros da Rede de Memória do Jongo, e nele foi registrada entre outras reuniões, a memória da reunião prévia ao Encontro, realizada em 15 de novembro de 2005, que teve como pauta informes sobre o andamento da organização do X Encontro em Pádua e a continuidade das ações da rede.

Essa reunião teve a participação da Associação Brasil Mestiço, de diversas lideranças jongueiras – Jongo de Campinas, Caxambu de Carangola, Caxambu de Miracema, Caxambu de Pádua, Jongo de Piquete, Caxambu de Porciúncula, Jongo do Quilombo São José, Jongo da Serrinha –, do Observatório Jovem/UFF, e de representantes da UFF/Pádua. A reunião também contou com a presença de André Monteiro, representando as comunidades de Pinheiral, Vassouras e Arrozal.

A reunião teve como ponto de pauta a discussão do 10º Encontro de Jongueiros e foi definido que com relação à participação das comunidades: O critério para as apresentações de novos grupos nos Encontros de Jongueiros será a comprovada ancestralidade da tradição do Jongo e do Caxambu; Quanto aos grupos novos que compareceram à reunião e solicitaram a participação no 10º Encontro (Arrozal, Vassouras, Andrade Costa e Carangola), ficou decidido que esses grupos não se apresentarão no Encontro, mas que poderão enviar 5 (cinco) representantes para participar das demais atividades. A partir da participação de suas lideranças nas próximas reuniões, eles poderão se apresentar nos próximos Encontros. Foi sugerida a inclusão dos nomes dos grupos novos que estarão presentes, mas não vão se apresentar no material de divulgação do Encontro; O 10º Encontro contará com a apresentação das se-

guintes comunidades: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Campinas, Guaratinguetá, Miracema, Pádua, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, Quissamã, São José e Serrinha.<sup>101</sup>

Assim como o material de divulgação do VIII Encontro, este também contou com um pequeno histórico de cada comunidade participante. Destacamos os agradecimentos aos apoiadores dos Encontros, sendo esses terrenos ou espirituais, registrando a valorização dos mestres mais velhos, dos santos católicos, entidades da umbanda e aos orixás. Os agradecimentos foram destinados a:

Hélio Machado, criador do Encontro de Jongueiro e sua esposa Dona Celina, Mãe Zeferina, Vovó Maria Joana, Clementina de Jesus e todos os pretos velhos Jongueiros, Zumbi dos Palmares, Mestre Darcy do Jongo, Dona Sebastiana II, Mestre Orozimbo, [...]. A todos que contribuíram para a realização desse evento. A São Jorge Guerreiro, Caboclo Rompe Mata, Caboclo Ventania, Cabocla Jurema e demais Caboclos, aos baianos, aos marinheiros, São José, Xango, São Lázaro, Sant'Ana, Iemanjá, São João, Oxum, Santo Antônio, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Candeias, Santa Bárbara, às santas Almas, ao povo da rua, às crianças, a todo povo da umbanda e ao nosso pai maior, Zambi.<sup>102</sup>

O X Encontro foi o espaço escolhido para a entrega do título do jongo do Sudeste como patrimônio cultural imaterial, e as lideranças dos grupos receberam o título e a certidão de registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil, reforçando sua importância nesse processo de organização e mobilização dos jongueiros do Sudeste e marcando o Encontro de Jongueiros como lugar de memória desse importante processo de reconhecimento.

O patrimônio cultural é formado de sentidos e significados. Sentidos e significados que estão em coisas, em objetos de Museus, mas que estão também presentes no conhecimento das pessoas, na sua religiosidade, na sua criatividade, nas expressões da cultura do povo. O registro é o instrumento que veio para reconhecer e valorizar essas expressões como parte do Patrimônio Cultural. Então, é com muita honra que declaro, proclamo, em nome do Ministro da Cultura e do Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil.<sup>103</sup>

<sup>101</sup> Relato disponível em: <[http://encontrodejongueiros.zip.net/arch2005-11-27\\_2005-12-03.html](http://encontrodejongueiros.zip.net/arch2005-11-27_2005-12-03.html)>. Acesso em: 16 fev. 2017.

<sup>102</sup> Agradecimentos no material de divulgação do X Encontro de Jongueiros. Disponível no acervo arquivístico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

<sup>103</sup> Fala da diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, Marcia Santana, na entrega do título do jongo do Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil durante o X Encontro de Jongueiros. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrI](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI)>. Acesso em: 9 set. 2017.

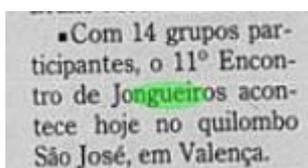


**FIGURA 47 – A LIDERANÇA JONGUEIRA DE MIRACEMA, PAULO ROGÉRIO DA SILVA, RECEBENDO O TÍTULO E A CERTIDÃO DE REGISTRO<sup>104</sup>**

Em entrevista realizada com a professora Elaine Monteiro no dia 6 de agosto de 2017, ela nos conta que a organização não sabia que naquele Encontro seria entregue o título de patrimônio imaterial ao jongo, mas sabia-se que seria um Encontro especial, principalmente para a comunidade de Santo Antônio de Pádua, a qual estava recebendo pela terceira vez o Encontro, que estava retornando para o noroeste fluminense. Além de serem homenageados dona Sebastiana II, a matriarca do Jongo de Pádua e figura de grande importância para o início dos Encontros, e o professor Hélio Machado.

A professora Elaine conta que os organizadores dos Encontros resgataram a família da dona Sebastiana que mora em São Gonçalo, os filhos dela, netos, e fizeram um trabalho de recuperar toda a história do caxambu em Pádua.

### *XI Encontro de Jongueiros*



**FIGURA 48 – NOTÍCIA PUBLICADA NO *JORNAL DO BRASIL* EM 11 NOV. 2006**

<sup>104</sup> Imagem retirada do vídeo sobre o X Encontro, produzido pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrI](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI)>. Acesso em: 9 set. 2017.

**FESTA NO QUILOMBO SÃO JOSÉ**  
**ÔNIBUS SAÍDA SP VALENÇA - RJ**  
 DIA 11 DE NOVEMBRO  
**XI Encontro de Jongueiros**

Acontece no dia 11 de Novembro, Sábado, a XI Encontro de Jongueiros na Fazenda do Quilombo São José, com a participação de vários grupos tradicionais de vários estados do país. O jongo é uma dança de origem rural que data da época da escravidão. A cultura do jongo é fruto das relações de sociabilidade que os escravos estabeleceram principalmente, nas fazendas de café e cana de açúcar. É possível afirmar que o samba do Rio de Janeiro é resultado da transformação do jongo que foi praticado no meio urbano. O jongo, também chamado de cavambu devido ao tambor de referência cultural de vários estados no Rio de Janeiro e nos estados do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. No centro de uma roda, um solista improvisa canções baseadas em situações da cativiana ou canta "pontas" tradicionais que são respondidos em coro pelos participantes, numa empolgante combinação de batuca, canto, dança, religiosidade e brincadeira. Desde o ano de 1999, comunidade jogueiras se reúnem neste encontro anual.

Será possível conhecer todas as centenas de casas de pau-a-pique e sapê, o canto, a dança da comunidade São José. Inclui no roteiro a visita na linda e aconchegante cidade de Conservatória (cidade dos seresteiros).

Conheça e se emocione pela Serra das Belezas. Aproveite esta oportunidade de vivenciar o jongo em um lugar lindo com muita ancestralidade e alegria. Tudo esta riqueza cultural por apenas R\$ 60,00. 1º pagamento (30/09) - R\$ 30,00 e 2º pagamento (20/10) R\$ 30,00. Reserve já. Vagas limitadas. 011-9294-7207 / 3464-1716 com Angela Damasceno. Culturapopularsp@yahoo.com.br. Data de viagem dia 11 de Novembro às 09:00 (na saída de Serra para São José). Local de saída: Rodovia Major Queiroz em Centro, próximo ao Metrô Anhangabaú. (Do lado do Bar Estádio). Faça parte e conheça a comunidade no arkut! Fazenda do Quilombo São José.

**FIGURA 49 - CARTAZ DO XI ENCONTRO**

No XI Encontro de Jongueiros estiveram presentes as comunidades de Angra dos Reis, Barra do Piraí, Campinas, Campos, Carangola, Guaratinguetá, Tamandaré, Miracema, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, Valença, Quissamã, Santo Antônio de Pádua e Serrinha. Contou também com apresentação do sambista Xangô da Mangueira. O evento contou com patrocínio da Petrobras, realização da Associação dos Moradores do Quilombo São José da Serra, apoio da Natura, Unesco, MINC, Sesc Rio de Janeiro, Seppir, Observatório Jovem/UFF e Prefeitura de Valença, e produção da Associação Brasil Mestiço.

Seu objetivo foi de chamar a atenção das autoridades responsáveis do governo federal para acelerar a desapropriação das terras dos quilombos, garantindo a mudança na qualidade de vida dos jogueiros e a salvaguarda do jongo.

O Encontro estava previsto para acontecer no quilombo São José da Serra, em 11 de novembro de 2006, mas uma forte chuva alterou os planos por conta da condição da estrada de terra que leva ao quilombo.

As comunidades foram divididos, e realizados “dois Encontros”: um com as comunidades que conseguiram chegar ao quilombo e o outro com os grupos que não conseguiram (Serrinha, Piquete, Guaratinguetá e Tamandaré).

Em entrevista com a liderança jogueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, ele nos narra como aconteceu o transporte dos grupos que chegaram a Santa Isabel e foram para o quilombo em Kombis que foram colocadas à disposição.

Devia ser umas 15 e pouco, 16 horas da tarde, e o café da manhã, a chegada foi ali, mas o Encontro não seria ali, seria lá. E começa, vamos para Praça, começa a encostar Kombi, só Kombi, não tinha ônibus para ir para o Quilombo, 16 km de estrada de chão e chovendo e começa, as Kombis começam a sair lotado [...] botei todo mundo

que, os grupos, comecei a encaminhar, nós as lideranças, começou a organizar, eu, Délcio, Fatinha, Toninho. Aí o Toninho fala “Rogério, eu vou subir, mas você se organiza”, aí a gente começava a delegar as coisas e as coisas começam a funcionar. Aí quando começa a última Kombi que tinha já não dava mais para subir mais ninguém, porque a estrada já não tava dando mais por causa do barro, então tava intransitável, certo? Tava deslizando, tava correndo muito risco de acontecer acidente e não conseguir chegar.

Quem conseguiu chegar lá em cima, chegou, quem não conseguiu não chegou. Mas aí eu ainda consegui chegar, foi eu, minha avó, uma tia, a Lenita, falecida, só sei que foram umas oito pessoas do nosso grupo e mais algumas pessoas de outros grupos foram a pé de Santa Isabel ao Quilombo São José da Serra, a pé, fomos a pé. [...]

E dos 12, 13 grupos que foram, 5 não subiram e ficou na quadra, não tinha acesso mais para subir, não tinha carro.<sup>105</sup>

Os organizadores conseguiram improvisar um lugar para essas comunidades que não conseguiram chegar ao quilombo se apresentarem em um pequeno clube, em Santa Isabel, perto do Ciep, em que as comunidades estavam hospedadas, que reuniu em torno de 200 pessoas. Pelo fato de esse Encontro ter sido realizado sem qualquer estrutura específica, não houve microfones ou equipamentos de som para os jongueiros apresentarem seus grupos, e isso levou à necessidade de os presentes fazerem silêncio e acompanharem os pontos cantando e respondendo, ou seja, interagindo e se aproximando das comunidades mais do que em um grande evento em que todos ficam mais dispersos.

Quem estava na Fazenda São José não saía, quem estava fora não chegava e havia diversas pessoas atoladas no meio do caminho. Inclusive pessoas da produção do evento e diversos jongueiros que iriam se apresentar, além de visitantes, não conseguiram chegar à Fazenda. Encontramos Elaine (UFF – Pádua) e a Dona Celina, viúva do Professor Hélio Machado de Castro e idealizador dos Encontros de Jongueiros. Descobrimos que vários jongueiros também não haviam conseguido chegar à Fazenda e que estavam organizando um Encontro no “clubinho” [...] Chegando lá o evento estava começando, e pudemos perceber que diversos grupos estavam fragmentados, com lideranças na fazenda e outras aqui (caso da Serrinha). Em outros casos, a maioria do grupo tinha ido e uns poucos tinham ficado (caso de Angra dos Reis). Havia nesse evento em torno de 200 pessoas que não tinham conseguido acesso ao evento.<sup>106</sup>

No âmbito do registro do jongo do Sudeste como patrimônio cultural imaterial, estiveram presentes no Encontro duas pesquisadoras do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, com o objetivo de registrar os grupos não contemplados pelo inventário do jongo.

<sup>105</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017. Nessa entrevista, temos uma informação diferente do que foi escrito anteriormente na questão da quantidade de comunidades que não conseguiram chegar até o quilombo São José da Serra. No relatório de viagem produzido pelos pesquisadores do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que também não conseguiram chegar ao quilombo por conta da chuva, eles citam a presença de quatro comunidades. O mesmo ocorre em publicação feita pela equipe do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi), disponível em: <[www.labhoi.uff.br/jongos/quilombo-sao-jose-da-serra-11deg-encontro-de-jongueiros](http://www.labhoi.uff.br/jongos/quilombo-sao-jose-da-serra-11deg-encontro-de-jongueiros)> e acessado em 24 jan. 2018.

<sup>106</sup> Disponível no arquivo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular: “Relatório de viagem referente ao XI Encontro de Jongueiros na fazenda São José da Serra, Valença”.

Essas registraram em seus relatórios informações acerca da dinâmica e das trocas entre os grupos. As pesquisadoras não conseguiram chegar ao quilombo e seus registros se referem apenas ao Encontro realizada no clube de Santa Isabel.

No relatório da pesquisadora Gabriela Moura, ficou registrado que esse Encontro teve início com “batismo” da comunidade de Tamandaré, que foi formada depois de uma divisão do grupo de Guaratinguetá, realizado pela tia Maria, do Jongo da Serrinha e pelo mestre Gil, da comunidade de Piquete. Ela relatou que apesar das desavenças que fizeram o grupo se dividir, durante a roda de Guaratinguetá, o grupo de Tamandaré ficou junto ajudando a cantar os pontos, todos em clima amistoso. O grupo de Guaratinguetá se apresentou com uma nova vestimenta, a fim de reforçar a diferença entre os grupos.

Por conta das condições para as comunidades se apresentarem, foi necessário que os jongueiros chamassem a atenção dos que estavam assistindo, pedindo silêncio e explicando que o canto era responsorial, e por isso era necessário ouvir para repetir o que era dito pelos solistas. Ela relata que no final, sem que ninguém esperasse, algumas crianças começaram a tocar os tambores para se divertir, o que acabou formando uma roda de samba que rendeu mais alguns momentos de festa.

A pesquisadora Rita Gama, em seu relatório de campo,<sup>107</sup> registra suas impressões, comparando-o ao anterior, o IX Encontro, realizado na Lapa, no Rio de Janeiro:

Também a presença majoritariamente de Jongueiros trouxe à tona o objetivo inicial dos Encontros de Jongueiros, encontro dos próprios praticamente para troca de experiências e discussão de problemas próprios [...] A experiência do XI Encontro de Jongueiros explicitou ainda mais o caráter grandioso e espetacular que o evento vem desenvolvendo a cada edição, necessitando de grandes patrocinadores. Parecia haver na Fazenda infraestrutura para mais de 1.000 pessoas na zona rural. A chuva, entretanto, impossibilitou o acesso, deixando grande parte do público esperando separado da festa por enlameados e intransitáveis 9 km. A festa paralela, por outro lado, trouxe à tona que os participantes, apesar das adversidades, não perdem a chance de se encontrar e de celebrar sua união e sua festa de maneira independente da estrutura que o evento vem ganhando.

---

<sup>107</sup> Registro do IX Encontro, Francisco Costa, 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em: 19 jan. 2017.



FIGURA 50 - RODA NO XI ENCONTRO DE JONGUEIROS<sup>108</sup>



FIGURA 51- RODA NO XI ENCONTRO DE JONGUEIROS<sup>109</sup>

O 11º Encontro de Jongueiros, realizado no fim de semana, foi um retrato da virada por que o jongo passou nos últimos anos. De manifestação que se apagava nas comunidades descendentes de escravos, ganhou fôlego nesses e em outros grupos, inspirando livros, discos e eventos como o Encontro.

Catorze grupos de jongo se reuniram no quilombo São José da Serra, em Conservatória, distrito de Valença (sul fluminense), a 143 km do Rio. Apesar da chuva forte, cerca de 700 pessoas participaram da festa, feita sob uma grande tenda e com refletores em vez de fogueiras, estrutura montada com os patrocínios da Petrobras e da Natura.

“Nós éramos rejeitados, mas hoje temos apoio, graças aos amigos que vêm de fora”, comemorou o líder do quilombo São José, Toninho Canecão, 60, filho da ex-matriarca da comunidade, morta há três anos. “O nosso jongo ficou meio capenga quando um grupo foi para São Paulo e nosso jongueiro foi junto, mas mãe Zeferina não deixou a tradição morrer”.

Foi ela quem autorizou as crianças do São José a dançar o jongo, como acontece hoje em todas as comunidades. No passado, os mais velhos não permitiam, pois os pontos cantados eram considerados feitiços muito fortes.

“No meu tempo isso não podia, mas agora é melhor, o jongo está valorizado”, disse Manoel Seabra, 87, neto de Pedro Seabra, que criou o quilombo em 1850.

Até dois anos atrás, não havia luz elétrica nos 125 hectares. Eles foram delimitados na semana passada, primeiro passo para que os quase 200 moradores – de uma família só, pois se casam entre ele – se tornem proprietários da terra, onde cultivam plantas medicinais e hortas para consumo próprio. Embora o primeiro dono da fazenda havia [sic] prometido doar as terras aos escravos, seus herdeiros nunca cumpriram.

### Umbigada e tambores

Patrimônio imaterial brasileiro e candidato a ser da humanidade, o jongo nasceu entre os negros bantos que trabalhavam como escravos nas fazendas de café do Vale do Paraíba, em áreas de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

A tradição une dança – similar à umbigada, mas sem contato físico – e música, marcada pelos tambores (o grave caxambu e o agudo candongueiro) e pelos pontos, em que se cantam o trabalho na roça, os antepassados, os santos e os orixás. Nos versos, o português se mistura a palavras de origem africana.

“Com o Jongo, encontramos nossos antepassados. Na nossa comunidade, ele ficou adormecido por cerca de 50 anos, porque houve um branqueamento grande, havia muitos negros católicos, e as manifestações eram consideradas feitiçaria”, contou Alessandra Ribeiro, 30, líder da Comunidade Dito Ribeiro, de Campinas, que reúne 50 pessoas.

<sup>108</sup> Roda de jongo realizadas na cidade de Santa Isabel. Acervo Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

<sup>109</sup> Ibid.

Ela diz que, há sete anos, começou a ouvir em sonhos seu avô, Dito, lhe mostrar um preto velho que cantava jongos. Até hoje, afirma, ouve os pontos, que leva para o grupo.

Grupos de Pinheiral, Porciúncula e Quissamã, no Estado do Rio, e Guaratinguetá e Piquete, em São Paulo, foram outros que participaram do Encontro, que começou às 22h30 de sábado – com apresentação de Dona Ivone Lara e Xangô da Mangueira – e se estendeu por toda a madrugada de domingo.<sup>110</sup>

Por meio do registro audiovisual feito pela equipe do Laboratório de História Oral e Imagem<sup>111</sup> e disponível para consulta na internet, foi possível ter acesso a momentos e falas marcantes que ocorreram nesse Encontro. Além de registrar as rodas de jongo das comunidades de Santo Antônio de Pádua, Pinheiral, Porciúncula, Angra dos Reis, Campinas, Carangola, Campos, Miracema e do próprio quilombo e a equipe também documentou as apresentações das crianças do quilombo do Campinho, localizado no município de Paraty, e dos sambistas Xangô da Mangueira e Ivone Lara.

Na abertura do Encontro, a liderança do quilombo São José da Serra, Antônio do Nascimento Fernandes, mais conhecido como Toninho Canecão, fez sua fala recepcionando todos presentes e demarcando a questão da luta pela terra do quilombo.

De onde veio tanta força dos nossos amigos? Caminhando, andando, passando mal, mas estão aqui conosco, aqui na comunidade São José da Serra. Eu vou atribuir isso aí, só pode ser um dom de Deus, nada mais poderia fazer com que diante dessa chuva, fazer com que a gente esteja aqui junto nessa noite. Então, eu quero agradecer cada um de vocês que estão aqui dando força à comunidade. Vocês estão vendo que eu *to* de bota? Isso aqui sabe o que é? Não é que eu sou fazendeiro não, mas eu *to* me sentindo dono de terra. O negro precisa de terra para viver e cada um de vocês aqui, eu sei que o objetivo é o mesmo, de ajudar, de lutar ao lado da comunidade São José da Serra.<sup>112</sup>

Um dos momentos mais marcantes do evento foi a entrega simbólica da publicação, no *Diário Oficial da União*, da portaria de reconhecimento da comunidade do quilombo São José da Serra pelo Incra e o resumo do relatório técnico de identificação e delimitação do quilombo, publicado no *Diário Oficial da União* no dia 9 de novembro de 2016.

Com objetivo de realizar os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação e a titulação definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade do Quilombo de São José da Serra, Município de Va-

<sup>110</sup> Notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 14 de novembro de 2006. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1411200614.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1411200614.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

<sup>111</sup> Equipe técnica: fotografia e som direto: Guilherme Fernandez e Isabel Castro; coordenação da pesquisa: Hebe Mattos; pesquisadores de apoio: Carlos Eduardo Costa, Camila Mendonça e Eric Brasil. Disponíveis em: <[www.labhoi.uff.br/acervo/jongos](http://www.labhoi.uff.br/acervo/jongos)> e nos *links*: <[www.youtube.com/watch?v=Z86PZIG1NGw&t=3084s](https://www.youtube.com/watch?v=Z86PZIG1NGw&t=3084s)>, <[www.youtube.com/watch?v=PErKx3dgbHU](https://www.youtube.com/watch?v=PErKx3dgbHU)>, <[www.youtube.com/watch?v=7bn\\_dzHxFPQ](https://www.youtube.com/watch?v=7bn_dzHxFPQ)>, <[www.youtube.com/watch?v=3i\\_Kitf97CY](https://www.youtube.com/watch?v=3i_Kitf97CY)> e <[www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ](https://www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>112</sup> Depoimento disponível no vídeo produzido pelo LABHOI no âmbito do projeto “Jongos, Calangos e Folias”. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ&t=1638s](https://www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ&t=1638s)>. Acesso em: 9 set. 2017.

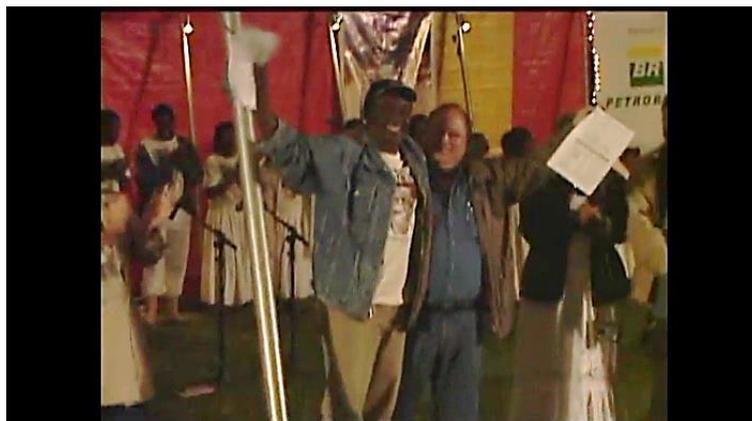
lença/ RJ, de acordo com o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, e a Instrução Normativa/ INCRA nº 20, de 19 de Setembro de 2005, cujo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação acolhe e, face às conclusões e justificativas apresentadas, decide: 1- Aprovar as conclusões do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação, Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborado pela Comissão nomeada, para afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade do quilombo de São José da Serra, com área de 476,3008 ha, localizada no Município Valença, Estado do Rio de Janeiro. 2- Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, desta Portaria, do resumo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, do memorial descritivo e do mapa da área, todos em anexo a esta Portaria, em conformidade com o Art. 7º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, e o Art. 11 da IN/ INCRA nº 20, de 19 de Setembro de 2005. 3- Determinar que a publicação referida do item acima seja afixada na sede da Prefeitura Municipal de Valença/RJ. 4- Considerar notificados com a presente Portaria, os detentores de títulos de domínio, ocupantes, confinantes e demais interessados na área objeto de reconhecimento de acordo com Art. 7º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, e o Art. 11 da IN/ INCRA nº 20, de 19 de Setembro de 2005.

Estiveram presentes, os representantes do Incra do Rio de Janeiro, o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Fundação Cultural Palmares, e o Superintendente do Incra do Rio de Janeiro, senhor Mario Lucio Melo Júnior, que fez uma importante fala e foi o responsável por entregar ao líder do quilombo, Antônio Nascimento Fernandes, o documento simbólico descrito acima.

Boa noite companheiros e companheiras, é muita alegria para nós dos três Ministérios envolvidos com a luta dos quilombolas pela regulamentação das suas terras [...], nós todos viemos com muita alegria, Toninho, trazer a notícia da publicação no Diário Oficial, do reconhecimento da comunidade de remanescentes quilombolas aqui de São Jose da Serra, que é o primeiro passo para a titulação dessas terras, em nome das famílias que moram, que vivem aqui. Nessa semana, nós publicamos do Diário Oficial a portaria que reconhece a comunidade e o resumo do relatório técnico de identificação e delimitação do quilombo. Então, a partir desse momento, a comunidade está oficialmente reconhecida pelo governo brasileiro como uma comunidade de remanescente e toda a equipe do governo federal está trabalhando no sentido de desapropriar as terras e passar, titular, em nome de todas as famílias que aqui moram, residem e trabalham [...] e a partir de agora, nós estamos caminhando mais rápido para finalização da transferência dessas terras para as famílias que aqui vivem.<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> Fala do representante do Incra do Rio de Janeiro, Mario Lucio Melo Júnior. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ](http://www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ)>. Acesso em: 23 jul. 2017.



**FIGURA 52 - MOMENTO EM QUE O LÍDER DO QUILOMBO, ANTÔNIO NASCIMENTO, RECEBE O RECONHECIMENTO DO QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA<sup>114</sup>**

Como de costume, ao final do Encontro as lideranças se reúnem para eleger a próxima cidade a sediar o evento, e como nesse ano houve “dois” Encontros, duas cidades foram eleitas, o que gerou um clima de tensão e desarmonia entre algumas lideranças, já que Angra dos Reis e Piquete foram escolhidas e apenas uma delas seria a cidade sede do próximo Encontro.

Não teve eleição, teve articulação. A maior parte dos grupos estava lá em cima, mas por alguns grupos terem ficado lá embaixo, então teve uma articulação lá embaixo e uma articulação lá em cima. Quem articulou lá em cima articulou sabendo que o Encontro seria em Angra de novo[...] Mesmo a gente tendo saída de lá falando que o Encontro seria em Angra, o Gil ficou articulando, articulando e o Encontro foi para Piquete. Que seria o Encontro de 2007 que não aconteceu.<sup>115</sup>

\*\*\*\*

No ano de 2007 não foi realizado o XII Encontro de Jongueiros por falta de patrocínio decorrente de uma greve que a Petrobras, maior patrocinador dos eventos, enfrentou e que gerou grande desmobilização das comunidades.

Após termos apresentados os Encontros anteriores, sabemos que até 2003, ano do VIII Encontro de Jongueiros, esses eram realizados sem patrocínio, apenas com a mobilização e articulação das próprias comunidades junto aos seus parceiros em busca de apoio em seus municípios e no governo estadual.

O patrocínio trouxe outra dimensão aos Encontros, pois com ele é possível organizar grandes estruturas, contratar equipes, ter hospedagem mais confortável para os jongueiros, além de aumentar sua visibilidade para o público externo, formado cada vez mais por admira-

<sup>114</sup> Imagem retirada do vídeo produzido pelo LABHOI no âmbito do projeto “Jongos, Calangos e Folias”. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ&t=1638s](http://www.youtube.com/watch?v=TTILEAVCcXQ&t=1638s)>. Acesso em: 9 set. 2017.

<sup>115</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

dores, pesquisadores e acadêmicos. Mas, por outro lado, também tirou a autonomia das comunidades, que muitas vezes por não terem mais envolvimento nas decisões nem participarem ativamente da organização e articulações, se desmotivam e “deixam na mão” de pessoas que são externas à dinâmica e relações jongueiras.

No final daquele ano tiveram início as articulações para o desenvolvimento do plano de salvaguarda do Jongo do Sudeste. Afim de viabilizar recursos e ações de contratações, o Iphan e a então denominada Secretaria de Cidadania Cultural (atual Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural) do Ministério da Cultura estabeleceram uma parceria com a Universidade Federal Fluminense através do Programa Cultura Viva, para a implementação de um Ponto de Cultura.

O Programa Cultura Viva foi criado em 2004, na gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil e tinha como objetivo a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural por meio do fomento e parceria com entidades/grupos/coletivos artísticos e de outros campos da expressão cultural. Sua principal ação a criação dos Pontos de Cultura, que tinham como finalidade à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes Pontos de Cultura. Nesse contexto foi criado o Pontão do Jongo/Caxambu com intuito de desenvolver junto com as comunidades jongueiras seu plano de salvaguarda.

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu<sup>116</sup> é um projeto de extensão universitária, desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense, em parceria com comunidades Jongueiras do Sudeste e a Rede de Jovens Lideranças Jongueiras do Sudeste. Enquanto proposta de articulação e fortalecimento das comunidades jongueiras, o programa procura mediar e atender necessidades e demandas das comunidades pertencentes aos "territórios jongueiros". Constitui-se como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra e sobre a construção de um projeto coletivo de salvaguarda de um Bem Registrado, que durante os anos de 2008 e 2013 foi realizado através do convênio entre o IPHAN/MINC e a UFF/FEC<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Segundo a coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Elaine Monteiro, a utilização do termo Jongo/Caxambu foi discutida com os jongueiros e como o Pontão tem abrangência regional e reúne várias comunidades, em algumas comunidades a denominação da forma de expressão é “Jongo” (Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, comunidades de São Paulo e do norte do Espírito Santo); e em outras é Caxambu (Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, Zona da Mata Mineira e em algumas comunidades no sul do Espírito Santo).

<sup>117</sup> Atualmente o Pontão continua suas ações com a articulação com Jovens Lideranças Jongueiras através de edital do PROEXT, no Ministério da Educação.

## XII Encontro de Jongueiros

Atualmente a gente tá, nós criamos a Rede Memória do Jongo e Caxambu, numa parceria com os professores da UFF e a gente tá agora com 18 comunidades, algumas, né, que foram resgatadas e outras tradicionais como a nossa, o Jongo de São José, no quilombo São José, Valença, o Jongo dos quilombos de Angra dos Reis, né, Parati – Campinho, tem Guaratinguetá, Piquete, inclusive a gente vai tá dia 31 de agosto, um e dois de setembro no Piquete que é São Paulo, perto de Lorena, fazendo o 12º Encontro de Jongueiros, vão ser assim dois dias de muita dança, aí, se vocês quiserem aparecer lá, vai ter muitos mestres, é bem bacana, nenhum grupo é igual ao outro, sabe, sempre tem uma variação de grupo pra [sic] grupo e o jongo é uma manifestação que é do Sudeste, né, foi tombado como patrimônio histórico em 2005.<sup>118</sup>

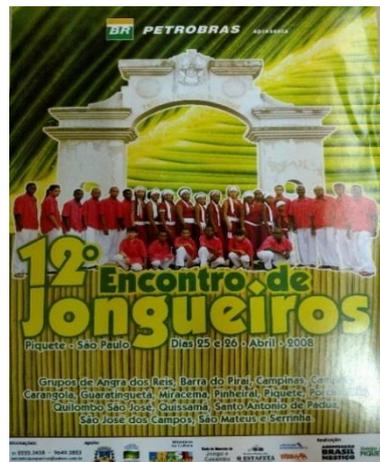


FIGURA 53 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO XII ENCONTRO<sup>119</sup>



FIGURA 54 - RODA DE JONGO NO XII ENCONTRO<sup>120</sup>



FIGURA 55 - COMUNIDADE DE PINHEIRAL NO XII ENCONTRO<sup>121</sup>

<sup>118</sup> Entrevista da jongueira de Pinheiral, Maria de Fátima da Silveira Santos, mais conhecida como Fatinha, para o Museu da Pessoa em 2007. Disponível em: <[www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/jongueira-do-pinheiral-44555](http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/jongueira-do-pinheiral-44555)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

<sup>119</sup> Disponível no arquivo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

<sup>120</sup> Disponível em: <[www.flickr.com/search/?q=12%C2%BA%20Encontro%20de%20Jongueiro](http://www.flickr.com/search/?q=12%C2%BA%20Encontro%20de%20Jongueiro)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

<sup>121</sup> Disponível no arquivo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular



FIGURA 56 - COMUNIDADE DE PIQUETE<sup>122</sup>



FIGURA 57 - COMUNIDADE DO QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA<sup>123</sup>

O XII Encontro de Jongueiros foi realizado nos dias 25 e 26 de abril de 2008, na cidade Piquete, em São Paulo, e teve a participação de 19 comunidades: Quilombo São José (Valença), Barra do Piraí, Pinheiral, Angra dos Reis, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Porciúncula, Quissamã, Campos, Carangola, Guaratinguetá, Campinas, São José dos Campos, Serrinha, Arrozal, São Mateus, Vassouras, Recreio e Piquete. Teve patrocínio da Petrobras e realização da Associação Brasil Mestiço e do Jongo de Piquete.

#### PROGRAMAÇÃO

##### **Sexta-feira. 25 de abril de 2008**

- a partir das 11 horas - Chegada e Recepção

Local: Escola Municipal Professora Maria Auxiliadora.

- 13 horas - Almoço comunitário

Local: Refeitório Terceira Idade

- 15 horas - RODA das CRIANÇAS

Local: Praça Duque de Caxias ( em frente ao Ginásio Elefante Branco ).

##### APRESENTAÇÕES

- 18 horas – 1ª Noite de Rodas de Jongo

Local: Ginásio Elefante Branco - Piquete - SP

- Meia-noite - Roda de samba com todos os grupos

Local: Praça Duque de Caxias.

##### **Sábado, 26 de abril de 2008**

##### SEMINÁRIO

Local: Salão de Atividades Luis Vieira - Escola Municipal Professora Maria Odaísa.

- 10 horas - Abertura

##### PALESTRAS

- 11 horas - Mestres e Jovens - a transmissão da tradição do Jongo

- 13 horas - Jongo e Religião - a religiosidade nas comunidades de Jongo

- 14 horas pontos de cultura de jongo e projetos comunitários: - Transformação social através da arte.

##### OFICINAS

Local: Salão de Atividades Luis Vieira - Escola Municipal Professora Maria Odaísa

- 9 horas - RODAS de CAUSOS e HISTÓRIAS com Mestres e Crianças.

- 10 horas - AULA de DANÇA dos INKICES e ORIXÁS

- 13 horas - COMO FAZER um TAMBÚ - A arte de confecção do Tambor de Jongo

- 15 horas - RODA das CRIANÇAS

Local: Praça Duque de Caxias ( em frente ao Ginásio Elefante Branco ).

##### APRESENTAÇÕES

<sup>122</sup> Ibid.

<sup>123</sup> Ibid.

- 18 horas – 2ª Noite de Rodas de Jongo - Local: Ginásio Elefante Branco - Piquete - SP  
- Meia-noite - Roda de samba com todos os grupos

O Jongo de Piquete, naquele momento, tinha um jornal para divulgar as atividades da comunidade e o Encontro de Jongueiros foi registrado nesse material, anunciando que o XII Encontro de Jongueiros iria mostrar Piquete para todo o Brasil, com apoio da prefeitura, que cedeu espaços nas escolas, auditório, ginásio de esportes; emprestou equipamentos e colaborou com a organização, promoção e transporte.

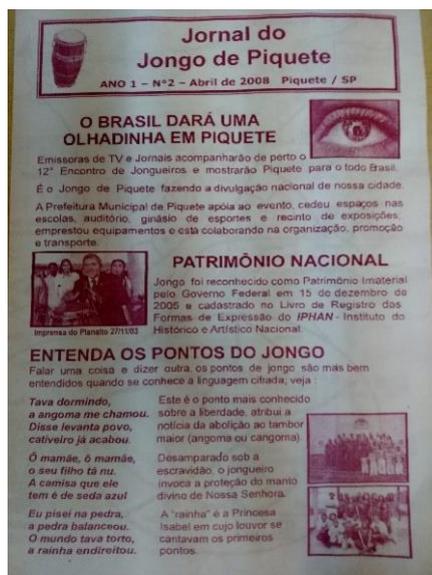


FIGURA 58 - JORNAL DO JONGO DE PIQUETE<sup>124</sup>



FIGURA 59 - PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO<sup>125</sup>

Da mesma forma que a eleição para definir qual comunidade sediaria o próximo Encontro gerou conflitos no XI, nesse não foi diferente. Em entrevista realizada com a liderança jogueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, ele nos contou que, apesar de existir uma articulação dele junto com a comunidade de Barra do Piraí – que pretendia sediar o XIII Encontro e que teria os votos necessários para eleger Barra –, na hora da eleição algumas comunidades mudaram seu voto, elegendo assim a comunidade de Quissamã.

[em Piquete] entra Quissamã, Campos... Eles descobrem a rede, descobrem que esta acontecendo um movimento no Rio, pela internet, e começaram a ir e participar. E como tem a participação de quem chega para participar com recurso próprio primeiro por dois anos ou por um ano, por algumas reuniões, nas próximas reuniões, nos próximos encontros que você vai por conta própria e você prova, fica constatado que você participou do 1º e do 2º, que você passa a ter voz e voto dentro da rede, e aí você pode se apresentar, se candidatar e concorrer. E aconteceu com Quissamã articulando [...] e na hora de votar, que eu fiz a articulação em Piquete para que fosse em Barra, eu fiz a articulação, consegui articular e na hora de votar sentado em con-

<sup>124</sup> Disponível no Acervo Arquivístico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

<sup>125</sup> Ibid.

tei “Pádua, Miracema, Guaratinguetá, Jeffinho, Pinheiral, Quilombo São José da Serra... vai dar Barra. Eu já tinha articulado a noite, de manhã, vai dar Barra”. E eu era o articulador dessa questão. E aí na hora de votar começa “por motivo tal, eu voto em Barra, pelo Tio Juca e tal e tal”. E como sempre o grupo que se candidata não vota, pode argumentar e tal, “eu voto em Barra”, três votos. Mas quando chega no Nico: “ah, eu ia votar em Barra, mas peço desculpa ao Rogério, peço desculpa a Eva, por querer conhecer Quissamã, vou votar em Quissamã”, aí começa, o André de Guara, Quissamã, Quissamã, Quissamã. Só sei que ficou sete a cinco, alguma coisa assim, oito a cinco [...] e o Encontro de Quissamã não aconteceu até hoje.<sup>126</sup>

### *XIII Encontro de Jongueiros*

Como vimos, a comunidade que sediaria o XIII Encontro de Jongueiros, era a cidade do norte fluminense, Quissamã, o que não ocorreu. Para a liderança jogueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, essa mudança se deu por uma articulação política e pela pressão existente de que atualmente a cidade sede precisa oferecer determinada estrutura que comporte o grande número de jogueiros participantes e ter capacidade de articulação na busca por apoiadores e patrocinadores que a comunidade da cidade precisa ter.

O XIII Encontro foi realizado na cidade paulista de São José dos Campos entre os dias 5, 6 e 7 de dezembro de 2014. Envolveu os grupos jogueiros das cidades de Guaratinguetá, Pinheiral, Porciúncula, Campinas, Carangola, Cachoeiro de Itapemirim (ES), Barra do Pirai, Campos, Arrozal, Miracema, Piquete, Angra dos Reis, Quissamã, São Mateus (ES), Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro e Vassouras, somando mais de 800 pessoas.

A realização do Encontro foi feita pelo Iphan e pelo Grupo Jongo Mistura da Raça, da cidade sede, com apoio de Celebrieros, Oca, Fundação Cultural Cassiano Ricardo e Prefeitura de São José dos Campos.

Tive oportunidade de acompanhar esse Encontro durante atuação na Assessoria de Patrimônio Imaterial do Iphan-RJ, como consultora, e pude participar de parte da organização, que relato a seguir.

O XIII Encontro foi uma demanda apresentada pelas comunidades jogueiras ao Departamento de Patrimônio Imaterial e às superintendências estaduais do Sudeste, pois era um desejo antigo das comunidades, já que entre o XII e o XIII houve um hiato de seis anos. Finalmente, em 2014, foi possível realizá-lo com um investimento de R\$ 800.000,00, após um compromisso assumido pelo Iphan na 20ª Reunião de Articulação do Pontão do Jongo/Caxambu.

---

<sup>126</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jogueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

As deliberações sobre o Encontro foram discutidas com os jongueiros na 2ª Reunião Integrada de Salvaguarda do Jongo do Sudeste, em Brasília, nos dias 15 e 16 de agosto de 2014, e um comunicado oficial da coordenação sobre a realização do evento foi entregue às lideranças jongueiras em 29 de setembro, o que nos permite perceber que o tempo disponível para planejá-lo foi bem curto para sua proporção.

A empresa responsável pela organização, com sede em Brasília, foi contratada por meio de licitação, e contou com a museóloga Rosiane Nunes, que tinha sido consultora Unesco na Superintendência do Iphan-SP durante os anos de 2013 e 2014, como coordenadora do projeto. Também foi formada uma *comissão de produção do encontro*, que contou inicialmente com os jongueiros Fatinha (Pinheiral), Laudení e Marcia (São José dos Campos) e Rogério (Miracema).

As decisões tomadas entre as lideranças jongueiras, o DPI e a coordenadora do evento indicavam o seguinte caminho: o Encontro seria em São José dos Campos-SP, mais especificamente na Fundação Cassiano Ricardo, no período de 5,6 e 7 de dezembro. A quantidade de participantes das comunidades que integram a salvaguarda atualmente, e que fariam as apresentações, foi de 45 pessoas de cada comunidade, sendo 14 comunidades do Rio de Janeiro, cinco de São Paulo, duas do Espírito Santo e uma de Minas Gerais.

Em relação ao quantitativo de participantes de comunidades que ainda não integram a salvaguarda, apenas suas lideranças participariam na qualidade de observadores e não fariam apresentações de seus grupos, sendo dois representantes de cada comunidade – três grupos de Minas Gerais, 22 grupos do Espírito Santo e dois de São Paulo.

## PROGRAMAÇÃO

**Data: 05.12.2014 (sexta-feira)**

Local: CEFE (Centro de Formação do Educador)

Horário: 19:00h

Centro Cultural Clemente Gomes: Abertura de exposições fotográficas

Horário: 20:30h

Roda de Jongo: Praça Chico Triste

Jongo Mistura da Raça – São José dos Campos-SP

Jongo de Quilombolas – Guaratinguetá-SP

Jongo do Tamandaré – Guaratinguetá-SP

Jongo de Pinheiral – Pinheiral-RJ

Jongo de Porciúncula – Porciúncula-RJ

Jongo Dito Ribeiro – Campinas-SP

Caxambu de Carangola – Carangola-MG

Caxambu da Velha Rita (D. Izolina) – Cachoeiro do Itapemirim-ES

Encerramento: Roda Livre

**Data: 06.12.2014 (Sábado)**

Local: Centro Cultural Clemente Gomes ou Museu do Folclore (a definir)

Horário: 10:00h

Roda de Conversa: Valorização do Mestre, responsável Fatinha

Local: Pavilhão Gaivotas

Horário: 10:00h  
 Oficina: Toques e Cantos, responsável Rogério  
 Local: Pavilhão Gaivotas  
 Horário: 15:00h  
 Rodas de Jongô: seguem a seguinte ordem;  
 Jongô de Barra do Piráí – Barra do Piráí-RJ  
 Jongô de Campos – Campos dos Goytacazes-RJ  
 Jongô de Arrozal – Piráí-RJ  
 Jongô Quilombo São José da Serra – Valença-RJ  
 Caxambu de Miracema – Miracema-RJ  
 Jongô de Piquete – Piquete-SP  
 Jongô do Bracuí – Angra dos Reis-RJ  
 Jongô Machadinha – Quissamã-RJ  
 Jongô de São Benedito – São Mateus-ES  
 Caxambu de Pádua – Santo Antônio de Pádua-RJ  
 Jongô da Serrinha – Rio de Janeiro-RJ  
 Caxambu de Vassouras – Vassouras-RJ  
 Roda de encerramento: Jongô Mistura da Raça e roda livre.  
**Data: 07.12.2014 (Domingo)**  
 Local: Pavilhão Gaivotas  
 Horário: 09:00h  
 Roda de Encerramento



FIGURA 60 - MESA DE ABERTURA DO XIII ENCONTRO<sup>127</sup>



FIGURA 61 - EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA<sup>128</sup>



FIGURA 62 - MESTRE CACALO, DA COMUNIDADE DE VASSOURAS<sup>129</sup>

<sup>127</sup> Foto disponível em: <[www.facebook.com/pg/fazendaroseira/photos/?tab=album&album\\_id=907451982612355](http://www.facebook.com/pg/fazendaroseira/photos/?tab=album&album_id=907451982612355)>. Acesso em: 21 mar. 2017.

<sup>128</sup> Ibid.

Ao som dos Tambu e candongueiro e muitas rodas e novos pontos de jongo, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro de Campinas-SP participou no último final de semana, dias 05, 06 e 07 de Dezembro, do 13o Encontro de Jongueiros do Sudeste, realizado no município de São José dos Campos-SP, cidade-sede de uma das Comunidades Jongueiras, o Jongo Mistura da Raça – SP. Estiveram presentes no evento cerca de 45 Comunidades Jongueiras, sendo que 20 dessas compuseram a programação de apresentações durante dois dias. Na mesa de abertura do evento pudemos ouvir falas de representantes do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) e da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, e com certeza não poderiam faltar as falas de Laudení, representando o Jongo Mistura da Raça e comunidade anfitriã, e também de Tio Manuel, mestre Jongueiro e mais velho da Comunidade de Jongo do Quilombo São José da Serra de Valença-RJ. O Jongo de Campinas-SP abriu sua roda no primeiro dia de Encontro e depois pôde apreciar as comunidades da Rede de Memória e Salvaguarda do jongo. O Encontro de Jongueiros iniciou-se apenas com a parceria entre 02 Comunidades Jongueiras, por iniciativa do Professor Hélio Machado da Universidade Federal Fluminense (UFF), no ano de 1996 em Campelo, distrito de Santo Antônio de Pádua-RJ, com objetivo de promover as trocas entre as comunidades de jongo existentes, fortalecendo a manifestação do jongo/caxambu. Com o passar dos anos, outras comunidades foram sendo inseridas ao Encontro e hoje são mais de 40 Comunidades presentes. Para os integrantes da Comunidade Jongo Dito Ribeiro participar deste 13o Encontro foi um momento muito especial, pois o 12o aconteceu em Piquete-SP, há 06 anos. E o reencontro depois de tanto tempo com as demais comunidades Jongueiras, trouxe muitos aprendizados e fortalecimento de cada comunidade que voltou para as suas cidades, na manhã de domingo, já pensando no próximo Encontro do ano que vem, em 2015, que por decisão das lideranças Jongueiras acontecerá na cidade de Piraí-RJ, no distrito de Arrozal. Que venha 2015 e o próximo Encontro de Jongueiros [...] (Texto publicado na página do Facebook da Casa de Cultura Fazenda Roseira, território da Comunidade de Jongo Dito Ribeiro, em Campinas).<sup>130</sup>

O pouco tempo para preparação do Encontro, a falta de experiência em eventos desse perfil pela empresa vencedora da licitação e a distância entre a sede da empresa (Brasília) e o local do evento (São José dos Campos/SP), trouxe diversas problemáticas e gerou grandes tensões entre o Iphan e as comunidades jongueiras, o que foi claramente exposto durante os três dias em São José dos Campos.

Diversos problemas aconteceram durante a chega e estadia dos jongueiros, como os transportes dos grupos, em que diversos ônibus dos quatro estados atrasaram a chegada ao local do Encontro e outros que não tinham condições confortáveis para viagem; a falta de ajuda de custo para gastos durante a viagem; a quantidade de comida disponível durante todos os dias do Encontro;<sup>131</sup> a qualidade dos dormitórios e da estrutura do local para comportar um

<sup>129</sup> Ibid.

<sup>130</sup> Texto disponível no álbum de fotos do XIII Encontro de Jongueiros, na página da Casa de Cultura Fazenda Roseira, sede da comunidade jongueira de Campinas. Disponível em: <[www.facebook.com/pg/fazendaroseira/photos/?tab=album&album\\_id=907451982612355](http://www.facebook.com/pg/fazendaroseira/photos/?tab=album&album_id=907451982612355)>. Acesso em: 31 mar. 2017

<sup>131</sup> Por exemplo, na sexta-feira dia 5/12, quando as comunidades do Espírito Santo chegaram após mais de 12 horas de viagem, a cozinha já tinha fechado e foi necessária uma grande mobilização para que os jongueiros jantassem.

evento com mais de 800 pessoas no Centro Cultural; e, por fim, grandes problemas na comunicação entre a coordenação do evento e os grupos.

Em reunião realizada na Superintendência do Iphan-RJ no dia 30 de maio de 2015, as lideranças de todos os municípios do estado do Rio de Janeiro estiveram presentes e foram feitas reclamações generalizadas sobre o XIII Encontro. Foi manifestada pela jongueira do Bracuí, Luciana, a vontade de retomar o modelo dos antigos Encontros, “em que não havia interferência de ninguém e os próprios jongueiros se organizavam e se reuniam sem financiamento externo”.

A contratação de um serviço por um órgão público possui pressupostos burocráticos que, muitas vezes, vão de encontro às expectativas reais de realização. No caso do XIII não foi diferente. Mesmo com um recurso considerável destinado, visando à satisfação de todas as comunidades e com o empenho dos técnicos para atender a todas as demandas, não foram previstas algumas necessidades e tampouco foram feitas alterações no que havia sido contratado.

Por esse motivo, é preciso pensar em modelos de contratação específicos para serviços voltados ao patrimônio imaterial, que não funciona como uma contratação de restauração de bem tombado em que um estudo é contratado antes da obra para prever tudo que será necessário orçar para a execução. Muitas vezes, os itens a serem contratados em projetos voltados para bens culturais imateriais acabam não sendo discutidos com os grupos detentores e, por vezes, pode-se deixar de prever algum item necessário para executar tal projeto e, assim, frustrar interesses específicos.

Por motivos como a falta de equipe e a falta de condições materiais, não é possível que os técnicos disponíveis estejam “no campo” junto com as comunidades, e a possibilidade de alteração durante a execução do projeto é imprescindível para atender às demandas que podem surgir.

\*\*\*\*

Nós temos os tambores, temos os jongueiros, temos a força de vontade, sabemos fazer e sabemos aonde ir e chegar nesse lugar. Então dá pra gente fazer. Agora, basta quem está lá para acolher o encontro garantir o mínimo possível que tem que ter, que é a alimentação e o espaço. Essa questão de som não existia, em Pádua ali na Praça do Campelo foi tambor, palma da mão e canto, e Miracema foi a mesma coisa, uma caixinha de som só para o Prefeito ir lá e falar meia dúzia de baboseira e ir embora, e desligaram a caixa e o tambor fala mais alto que a caixa. E da mesma forma foi em Pádua, quando a gente chegou tinha um sonzinho só para falar “bom dia, boa noite, a gente vai começar a fazer o caxambu”, desligava e o som fazia aquela zoeira, aí começava só os tambores e o canto e era maravilhoso. E quando vai para os Arcos da Lapa foi a mesma coisa, uma caixinha de som e um microfone e os tambores. Em Angra, da mesma forma, caixinha de som, máquinas fotográficas, um

microfone, o tambor e nada. [...] Falta a titulação dos jongueiros, eles se autotitular, se afirmar “nós somos jongueiros, caxambuzeiros, nós podemos fazer”, e a gente fazia antes sem recurso e agora que tem o mínimo recurso possível, que as instituições chegaram a tá garantindo algumas coisas para gente, que são a salvaguarda [...] Então por que não fazer um encontro entre nós jongueiros? O Jeffinho tá fazendo agora. Não vai rolar o Encontro paulista agora em agosto? Quem tá garantindo para eles? O Iphan? Deve estar ajudando com alguma coisa mínima, mas são eles que estão garantindo, entendeu? Então, se acontece um Encontro paulista com os grupos que tem lá e o Rio garante o lançamento do CD e a gente vai se encontrar, tá sendo um encontro. Os tambores estão ali, os jongueiros, mestres, mais jovens, a gente vai trocar experiências, é um Encontro. (Paulo Rogério da Silva, liderança jongueira de Miracema)<sup>132</sup>

## 2.2 Os Encontros como multiplicadores

[...] Piquete foi em 2008, Guará foi em 2007 então. Aí nós fomos por nossa conta, como convidados só para participar, assistir e ver como é que era. Mas aí quando a gente chegou lá. Aquilo tudo de gente, aí as pessoas encantadas com aquilo tudo. Porque nem todos tinham conhecimento de outros grupos. É muito bacana essa diversidade, e que isso encanta os nossos também. A gente está acostumada de um jeito, mas aí tendo os Encontros eles perceberam que tem outros grupos que dançam diferente, que batem de outro jeito. E aquilo lá foi um novo ânimo, um novo gás que deu para o grupo na volta para casa. (Marcia Cunha, liderança jongueira de São José dos Campos)<sup>133</sup>

A partir dos Encontros foram construídas, entre os jongueiros, redes de sentido baseados em uma identidade coletiva de herdeiros de uma tradição afro-brasileira, surgida por aqui nas lavouras de café do sudeste brasileiro e que, a partir das trocas permitidas em parte pelos Encontros, foram compondo uma identidade cultural coletiva.

As redes ultrapassaram o limite dos Encontros de Jongueiros, e por mais que desarticulações e desmotivações tenham ocorrido após os hiatos entre um Encontro e outro, diferentes estratégias e redes foram assumidas na busca do mesmo objetivo: estar junto, compartilhar experiências e jogar. Nesse sentido, entendendo a grandiosidade que os Encontros de Jongueiros assumiram e o alto custo exigido para realizá-los surgiram alternativas regionais, mais viáveis de serem realizadas e que retomam o modelo inicial de organização dos Encontros, buscando parcerias e apoios locais.

O Encontro Paulista de Jongueiros teve início com a iniciativa do mestre jongueiro de São José dos Campos, Laudení de Souza, que em 2010 idealizou o I Encontro, chamado de I Encontro Jongueiro do Vale, no qual comunidades dos municípios paulistas de Piquete, Guaratinguetá e Campinas participaram.

<sup>132</sup> Entrevista realizada por mim com a liderança jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, em 6 ago. 2017.

<sup>133</sup> Marcia Cunha, liderança jongueira de São José dos Campos, em depoimento registrado no vídeo “13<sup>o</sup> Encontro de Jongueiros” produzido pelo Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=K92YovncX6s](http://www.youtube.com/watch?v=K92YovncX6s)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

O II Encontro de Jongueiros do Vale foi realizado na cidade de Guaratinguetá em 28 de agosto de 2011.

A partir do III Encontro, passou a se chamar Encontro Paulista de Jongueiros, sendo esse realizado na cidade de Campinas, no ano de 2012.

O IV Encontro Paulista ocorreu em 25 de agosto de 2013, em Piquete, e teve a participação das comunidades de Guaratinguetá, Piquete, São José dos Campos, Campinas e Embu das Artes.

Em 31 de agosto de 2014, foi realizado o V Encontro Paulista de Jongueiros, no município de Guaratinguetá, tendo participado as comunidades de Campinas, São José dos Campos, Guaratinguetá, Piquete, Embu das Artes e Indaiatuba.

O VI Encontro ocorreu na cidade de Embu das Artes, em 30 de agosto de 2015, e contou com a participação das comunidades de Piquete, Guaratinguetá, Campinas, São José dos Campos, Indaiatuba e da própria cidade de Embu das Artes.

A sétima edição do Encontro Paulista de Jongueiros ocorreu em 21 de agosto de 2016, na cidade de São José dos Campos, envolvendo as comunidades jongueiras dos municípios paulistas de São Jose dos Campos, Guaratinguetá, Campinas, Piquete e Embu das Artes.



FIGURA 63 - CARTAZ DO I ENCONTRO DE JONGUEIROS DO VALE

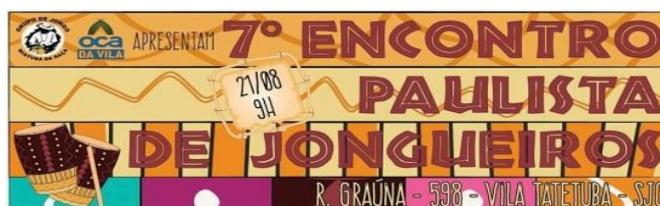


FIGURA 64 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO VII ENCONTRO PAULISTA



FIGURA 65 - VIII ENCONTRO PAULISTA DE JONGUEIROS

A articulação capixaba teve como resultado o I Encontro Capixaba de Jongo e Caxambu,<sup>134</sup> em 2009, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, e reuniu 12 grupos jongueiros dos municípios: Cachoeira, São Mateus, Conceição da Barra, Itapemirim, Presidente Kennedy, Alegre, Muqui e Jerônimo Monteiro. E o “II Encontro Capixaba foi realizado em 20 e 21 de outubro de 2012 na UFES de São Mateus, como uma das ações de mobilização realizadas pelo programa de extensão da UFES,<sup>[135]</sup> que contou com a participação de dezessete comunidades e envolveu mais de trezentas pessoas”.<sup>136</sup>



FIGURA 66 - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO I ENCONTRO CAPIXABA DE JONGOS E CAXAMBUS<sup>137</sup>



FIGURA 67 - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO II ENCONTRO CAPIXABA DE JONGOS E CAXAMBUS<sup>138</sup>

<sup>134</sup> Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2009/10/543171-cachoeiro+promove+encontro+estadual+de+jongos+e+caxambu.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/10/543171-cachoeiro+promove+encontro+estadual+de+jongos+e+caxambu.html)>. Acesso em: 9 mar. 2017.

<sup>135</sup> Programa de extensão: Jongs e Caxambu: Cultura Afro-Brasileiras no Espírito Santo (Proext/UFES – 2012 e 2013).

<sup>136</sup> MOURA JÚNIOR, Clair da C. *Caxambu: olhares para além do horizonte*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 80.

<sup>137</sup> Livro com a programação do Encontro Capixaba de Jongs e Caxambu, disponível no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

No Rio de Janeiro, esse movimento de Encontros estaduais também vem sendo construído nos últimos anos, mas com uma dinâmica diferente dos outros estados vistos anteriormente, em que os Encontros tendem a envolver todos os municípios com comunidades jogueiras ativas. No Rio de Janeiro, eles têm acontecido de forma regional, como veremos a seguir.

No ano de 2015, aconteceu em Miracema o I Encontro de Caxambuzeiros do Norte, Noroeste e Zona da Mata Mineira, envolvendo as comunidades jogueiras das cidades da região: Bias Fortes, Campos dos Goytacazes, Carangola, Miracema, Patrocínio do Muriaé, Porciúncula, Quissamã, Recreio e Santo Antônio de Pádua. O II Encontro de Caxambuzeiros do Norte, Noroeste e Zona da Mata Mineira ocorreu em 2016, no quilombo da Machadinha, município de Quissamã, e contou com a participação das comunidades de Quissamã, Santo Antônio de Pádua, Porciúncula, Campos dos Goytacazes, Miracema, Carangola, Recreio, Bias Fortes e Patrocínio de Muriaé.



FIGURA 68 – DIVULGAÇÃO DO I ENCONTRO DE CAXAMBUZEIROS DO NORTE, NOROESTE E ZONA DA MATA MINEIRA<sup>139</sup>

<sup>138</sup> Imagem Extraída de MOURA JÚNIOR, Clair da C. *Caxambu: olhares para além do horizonte*, 2013, op. cit.

<sup>139</sup> Material de divulgação enviado ao Iphan.



FIGURA 69 – DIVULGAÇÃO DO II ENCONTRO DE CAXAMBUZEIROS DO NORTE, NOROESTE E ZONA DA MATA MINEIRA<sup>140</sup>

A alguns quilômetros da região norte/noroeste fluminense, estão as comunidades jongueiras do Vale do Café, que em 2013 fizeram acontecer o I Encontro de Comunidade de Jongo do Vale do Café, em Pinheiral, com realização da Prefeitura Municipal de Pinheiral e apoio do Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense (Creasf). Além do anfitrião Jongo de Pinheiral, participaram do evento o Jongo do Quilombo São José da Serra (Valença/RJ), o Grupo Sementes da África (Barra do Piraí/RJ) e o Jongo de Arrozal (Piraí/RJ).<sup>141</sup>



FIGURA 70 – CARTAZ DO ENCONTRO DE JONGO DO VALE DO CAFÉ

<sup>140</sup> Material de divulgação enviado ao Iphan.

<sup>141</sup> Cf.: <[www.pontaojongo.uff.br/dez-anos-do-caxambu-filhos-de-eva-e-i-encontro-do-jongo-do-vale-do-cafe-marcam-fim-de-semana](http://www.pontaojongo.uff.br/dez-anos-do-caxambu-filhos-de-eva-e-i-encontro-do-jongo-do-vale-do-cafe-marcam-fim-de-semana)>. Acesso em: 9 mar. 2017.

### Capítulo 3 O processo de patrimonialização do jongo e os Encontros de Jongueiros como mobilização e organização

Segundo o antropólogo, José Reginaldo Gonçalves em seu texto “Patrimônio, memória e etnicidade: reinvenções da cultura açoriana”, o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir. Ele faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói e forma pessoas. Ao iniciarmos este terceiro capítulo, nos parece importante analisar mais detalhadamente o instrumento institucional utilizado para instruir o pedido de registro que levou à patrimonialização do jongo em 2005.

A partir do texto “Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial” (2004) da socióloga Cecília Londres, a autora demonstra sua preocupação com o debate em que o patrimônio cultural está constantemente envolvido: a sua seleção ou não de um bem a ser considerado patrimônio. As medidas legais de proteção criadas no Brasil, até o momento, que regulamentam a questão são o Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937 e o Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000, que em seus textos generalistas delegam ao Conselho do Patrimônio Cultural do Iphan a tarefa de, discricionariamente, efetuar essa seleção.

Cecília Londres, como representante do determinado Conselho, percebeu a existência de uma demanda social por ações transparentes com sentido de direito à cidadania e a necessidade de parâmetros para a tomada de decisões. Parâmetros que vão além de assumir um caráter de apenas evitar a perda de determinada prática, mas sobretudo de atribuir um valor simbólico que cada vez mais são percebidos pela sociedade. Ela afirma, que assim como em 1936, os inventários constituem um meio imprescindível e muitas vezes é um ponto de partida necessário para o desenvolvimento de ações constitutivas das políticas de patrimônio cultural. Porém, sua importância nem sempre é assumida na formulação de políticas públicas para a área cultural.

Em relação aos inventários produzidos no âmbito da cultura popular, Cecília Londres remonta às pesquisas dos folcloristas, como Luís Câmara Cascudo, de antropólogos, como Luís de Castro Faria, que aliás acompanhou Claude Lévi-Strauss em viagens pelo Brasil, e de intelectuais como Mario de Andrade. Esses trabalhos, assim como as pesquisas desenvolvidas pelas Comissões Estaduais de Folclore a partir da década de 1940, buscavam o levantamento de ocorrências nas várias regiões do país e de uma tentativa de apreender, a partir da diversi-

dade de manifestações, matrizes e variantes de folguedos, lendas, festas religiosas e profanas, melodias, cantos, danças e outras manifestações. Dessas mobilizações foram produzidos estudos, acervos documentais e de peças e registros da nossa história.

A institucionalização da área da cultura só veio a dar conta do campo da cultura popular em 1980 com o Instituto Nacional de Folclore (atualmente Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular), que tinha como compromisso não só a pesquisa, divulgação e valorização das culturas populares, mas também com a promoção dos produtores e o desenvolvimento das regiões pesquisadas. Nesse sentido, Cecília Londres cita o Programa do Artesanato Brasileiro, um dos inventários desenvolvidos pelo Instituto que possuía cunho sociocultural.

Esses projetos foram fundamentais para a nova formulação da noção de patrimônio cultural adorada na Constituição de 1988, que dava conta da concepção ampla e inclusiva proposta por Mario de Andrade em 1936 e que foi retomado pelo Centro Nacional de Referência Cultural e que realizou inúmeros inventários a partir da proposta de proceder ao “referenciamento da dinâmica cultural brasileira”. Entretanto, em termo de construção de metodologia não chegou a ser consolidada uma proposta que desse conta de uma visão integral do bem cultural, de entender suas transformações ao longo do tempo, suas apropriações e atribuições de valores.

O Decreto 3551/2000 foi responsável por instituir dois instrumentos para salvaguarda e a proteção do patrimônio imaterial, com o registro de bens de natureza imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais. O segundo, sobre o qual analisaremos um caso específico nesse capítulo, tem sua metodologia sendo aplicada e aperfeiçoada em diferentes contextos, buscando dar conta das demandas de participação das comunidades e de construir uma base sólida para a produção de conhecimento e formulação de políticas e ações voltadas para o universo inventariado. Sendo também um importante instrumento não apenas de identificação e documentação, mas um canal que várias vozes pudessem se manifestar, sendo uma oportunidade privilegiada de diálogo com as comunidades pesquisadas.

Em uma nota de rodapé Cecília Londres nos conta um pouco sobre a construção do INRC, que teve sua metodologia encomendada ao antropólogo Antônio Augusto Arantes pelo então Departamento de Identificação e Documentação do Iphan e foi desenvolvido a partir das suas experiências anteriores de atuação em núcleos históricos tombados. O inventário foi aplicado em caráter experimental na área do Museu Aberto do Descobrimento, no sul da Bahia e na instrução do primeiro processo de registro, do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, na capital do Espírito Santo, inscrito no Livro dos Saberes em 2002.

Após essa contextualização, vamos nos deter a analisar o processo do Inventário Nacional de Referências Culturais do Jongo do Sudeste, partimos dos textos: “Patrimônio Imaterial: Legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, da antropóloga Leticia Vianna responsável pelo inventário do jongo do Sudeste e coordenadora do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, “Contribuição ao inventário do jongo”,<sup>142</sup> da antropóloga Elizabeth Travassos, contratada como consultora responsável pela pesquisa do inventário, da tese de doutorado da pesquisadora Andréa Falcão, que também atuou no desenvolvimento do projeto “Rituais e práticas de consagração: o registro de bens culturais como patrimônio do Brasil” e da dissertação de mestrado de um dos pesquisadores do projeto Adailton Silva, “*Relatos sobre o jongo: reflexões e episódios de um pesquisador negro*”

Após a promulgação do Decreto nº 3.551/2000 e da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, em parceria como o Iphan e a então Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, elaborou um projeto para pôr em prática algumas ações dentro de sua linha de trabalho, conhecido como “Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, que tinha como intenção testar, criar experiências e refletir sobre a aplicabilidade e possibilidades dos instrumentos recém-criados para a proteção do patrimônio imaterial, tendo início no final do ano 2000.

A antropóloga Leticia Vianna cita em seu texto “Patrimônio Imaterial: Legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, que ao longo do desenvolvimento do projeto o INRC foi aplicado de modo a potencializar a experiência e o acervo acumulados pelo CNFCP, articulando ações ordinárias e extraordinárias em curso, de modo que as ações se enquadrassem nas quatro dimensões básicas das políticas do Centro: pesquisa, documentação, difusão e fomento. Nesse sentido, o trabalho teve a intenção de congregar todas dimensões de atuação do centro e os inventários vieram compor ações junto a outras áreas, como a Sala do Artista Popular e da parceria com o Programa de Apoio as Comunidades Artesanais. E também fizeram parte de projetos nos quais foram realizadas pesquisas etnográficas, documentação, oficinas de repasse de técnicas tradicionais, melhoria nas condições de produção, exposições e publicações sobre a maioria dos bens inventariados.

---

<sup>142</sup> TRAVASSOS, Elizabeth. Contribuição ao Inventário do Jongo. In: LONDRES, Cecília et al. *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica e perspectiva*. Rio de Janeiro: Funarte/Iphan/CNFCP, 2004.

A autora também coloca que para o desenvolvimento dos inventários foram selecionados elementos culturais que fosse comum, mas que assumissem características específicas em diferentes sistemas culturais, como: os sistemas em que o elemento boi se destacasse como referência cultural; os sistemas culinários em que o feijão e a mandioca são referências, o artesanato tradicional em barro e os sistemas musicais em que as violas e as percussões fossem referências. Nesse sentido, entendemos que o inventário do jongo está inserido no contexto em que as percussões são o símbolo de determinadas identidades.

Retornando ao Inventário Nacional de Referências Culturais do Jongo do Sudeste, partimos dos textos “Contribuição ao inventário do jongo”,<sup>143</sup> da antropóloga Elizabeth Travassos, na época professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UniRio e contratada como consultora responsável pela pesquisa do inventário; da antropóloga Letícia Vianna responsável pelo inventário do jongo do Sudeste, no âmbito do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular; e da pesquisadora Andréa Falcão, que também atuou no desenvolvimento do projeto.

Após a promulgação do Decreto nº 3.551/2000 e da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, em parceria como o Iphan e a então Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, elaborou um projeto para pôr em prática algumas ações dentro de sua linha de trabalho, conhecido como “Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, que tinha como intenção testar, criar experiências e refletir sobre a aplicabilidade e possibilidades dos instrumentos recém-criados para a proteção do patrimônio imaterial, tendo início no final do ano 2000.

O inventário buscou as expressões de origem africana relacionadas à cultura do café e da cana-de-açúcar na região Sudeste que têm elementos comuns: dança de roda ao som de tambores e cantoria com elementos mágico-poéticos. Foi observada uma variedade de representações musicais, coreográficas e simbólicas que, de modo geral, estão compreendidas nas mesmas categorias analíticas – jongo, tambu, caxambu, tambor e batuque – que guardam elementos comuns e também particularidades conjunturais nos diferentes contextos onde são cultivadas: periferias metropolitanas e de pequenas cidades e comunidades rurais. Foram verificadas diferentes instâncias de tensões sociais, como questões e clivagens raciais e de classe, tensões de ordem religiosa, questões relativas à integração do jongo ao mercado de bens na cultura de massa em contraste com a relativa invisibilidade e exclusão sócioeconômica das comunidades e grupos tradicionais.<sup>144</sup>

Elizabeth Travassos no texto “Contribuição ao inventário do jongo” (2004), produzido no âmbito do INRC do Jongo, aponta a familiaridade do jongo com outras manifestações

<sup>143</sup> TRAVASSOS, Elizabeth. Contribuição ao Inventário do Jongo. In: LONDRES, Cecília et al. *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica e perspectiva*. Rio de Janeiro: Funarte/Iphan/CNFCP, 2004.

<sup>144</sup> Dossiê Jongo do Sudeste, p. 13.

que Edison Carneiro reuniu numa “família do samba”: tambor de crioula (Maranhão), samba de roda (Bahia), coco (vários locais do Nordeste), em que, como no jongo, forma-se uma roda de dançarinos que cantam em coro respondendo ao solo de um deles, tocando tambores de diversos tipos e tem na umbigada o passo convencional para sinalizar as entradas e saídas da roda. E o batuque (presente em várias cidades de São Paulo), que apesar de não ser organizado em roda, já que homens em mulheres se dispõem em duas fileiras opostas, sua instrumentação inclui os tambores e os pares aproximam-se e dão-se umbigadas erguendo os braços e chocando as respectivas barrigas.

Também no inventário do jongo enfrentamos a dificuldade de definir um bem cultural de natureza imaterial de modo a não perder parte significativa de sua riqueza. Optamos pelo Livro das Formas de Expressão. Observamos uma variedade de representações musicais, coreográficas e simbólicas, de modo geral compreendidas na mesma categoria analítica – jongo.<sup>145</sup>

Um dos pesquisadores que atuaram no trabalho de campo, Adailton da Silva, relata em sua dissertação de mestrado *Relatos sobre o jongo: reflexões e episódios de um pesquisador negro*,<sup>146</sup> um debate em que os coordenadores do projeto estiveram envolvidos antes do trabalho de campo: se as fichas do INRC deveriam ser preenchidas por membros da comunidade ou por profissionais, visando a uma padronização maior nas informações coletadas. A preocupação era que pessoas “de fora” pudessem distorcer as “verdades” que seriam ditas pelos entrevistados. A solução que encontraram naquele momento foi que os pesquisadores que participariam do projeto já tivessem envolvimento com a temática do jongo, como, por exemplo, o próprio pesquisador – que já havia feito cursos no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, conhecendo o Jongo da Serrinha e estreitado relações com mestre Darcy, os jongueiros da comunidade – e os produtores culturais que atuavam na ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha.

Uma das tarefas que o grupo de pesquisadores envolvidos no projeto teve de resolver foi delimitar o campo da pesquisa e se essas manifestações, ou quais delas, deveriam ou não ser inventariadas junto com o jongo e o caxambu, lembrando as características que reconhecem o jongo e o caxambu, apresentadas na introdução desse trabalho. Duas das principais justificativas a delimitação da pesquisa circunscrita ao Sudeste foram a existência da Rede de

<sup>145</sup> VIANNA, Leticia. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. *Encontros e Estudos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*, n. 5, p. 6, 2004.

<sup>146</sup> SILVA, Adailton. *Relatos sobre o jongo: reflexões e episódios de um pesquisador negro*. Dissertação (mestrado) – Programa de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Memória do Jongo, articulada há alguns anos e que conta com a participação de lideranças jongueiras do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a presença de particularidades que diferenciam os jongos e caxambus das demais danças afro-brasileira, que nas palavras Elizabeth Travassos,<sup>147</sup> seria a magia verbo-musical, chamada pelos jongueiros de “demanda” e “gurumenta”.

Adailton descreve, em seu texto, que os locais de atuação de cada pesquisador foram delimitados em função das vinculações que já possuíam com as comunidades, ou seja, o pesquisador que já possuísse alguma chave própria para entrada no campo estaria indicado para trabalhar preferencialmente naquela localidade. Aspectos como maior autonomia para deslocamento, maior facilidade de acesso à estadia nas localidades, maior acesso a mediadores locais, entre outros, foram entendidos pela equipe como contribuições significativas para um melhor aproveitamento do prazo e recursos disponíveis – o que nos deixa claro que os recursos para execução do projeto eram inferiores às necessidades para seu desenvolvimento.

Em seu trabalho de campo nas cidades de Barra do Piraí e Pinheiral, o pesquisador se deparou com a lógica existente nas comunidades tradicionais de respeito aos mais velhos. Ele foi indicado a falar com os jongueiros mais velhos antes de prosseguir com as investigações, o que entendeu como uma forma não só de direcionar seu referencial inicial, mas também como uma espécie de pedido de autorização exigido para que outros jongueiros pudessem falar.

**Declaração da comunidade**

Eu, Sr.(a) \_\_\_\_\_, representante do grupo  
 \_\_\_\_\_, praticante e detentor de saberes  
 relacionados à prática do Jongo na região sudeste, declaro o interesse de minha comunidade  
 na instauração do processo de registro do Jongo como referência cultural e na sua inclusão  
 no Livro de Formas de Expressão.

Rio de Janeiro, de \_\_\_\_\_ de 200 .

**FIGURA 71 - DECLARAÇÃO DAS COMUNIDADES DE INTERESSE NO PROCESSO DE REGISTRO DO JONGO**<sup>148</sup>

<sup>147</sup> TRAVASSOS, Elizabeth. Contribuição ao Inventário do Jongo, 2004, op. cit.

<sup>148</sup> SILVA, Adailton. *Relatos sobre o jongo: reflexões e episódios de um pesquisador negro*, 2006, op. cit., p. 108.

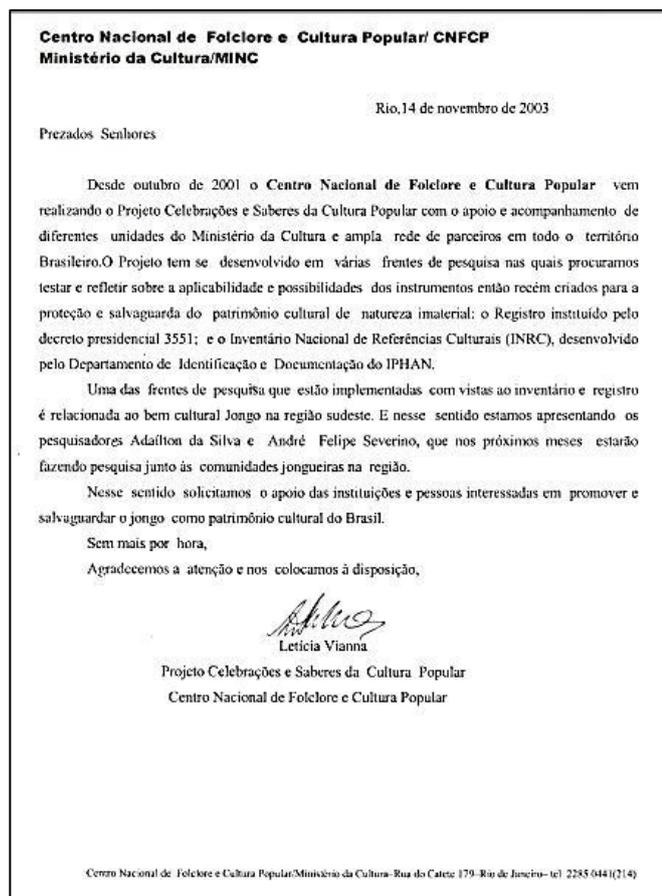


FIGURA 72 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS PESQUISADORES<sup>149</sup>

Em seu texto “Rituais e práticas de consagração: o registro de bens culturais como patrimônio imaterial no Brasil”, Andréa Falcão<sup>150</sup> remonta as fases envolvidas no Inventário do Jongo do Sudeste e no seu posterior pedido de registro como patrimônio cultural, quando chama atenção para as seguintes etapas: na fase do inventário: (1) elaboração da proposição de registro (para a qual deve-se obter a anuência da coletividade); (2) encaminhamento da proposição ao presidente do Iphan; (3) acompanhamento institucional do processo; (4) pesquisa preliminar e trabalho de campo; (5) abertura do processo e sua instrução; (6) elaboração do dossiê com a produção de todas as peças de que se compõe (fichas do INRC preenchidas, argumento de registro, vídeo e CD-Rom). Concluída a elaboração das peças do dossiê começa uma nova fase, a do Registro, na qual destacamos as etapas de: (1) tramitação interna no Iphan para encaminhamento do dossiê ao Conselho Consultivo; (2) escolha de um de seus membros para elaboração de parecer, leitura e apreciação do pedido; (3) deliberação sobre o pedido em reunião do conselho; (4) publicação do parecer no *Diário Oficial*; (5) prazo para

<sup>149</sup> Ibid., p. 102.

<sup>150</sup> FALCÃO, Andréa Rizzoto. *Rituais e práticas de consagração: o registro de bens culturais como patrimônio imaterial no Brasil*. Tese (doutorado em ciências sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

que possa ser contestado; (6) decorrido o prazo previsto no decreto, se não houver contestação pública, o bem será inscrito em um dos livros de registro; (7) elaboração do certificado de registro; (8) divulgação do registro.

Como descreve a pesquisadora do projeto *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*, Rita Gama, em seu texto “Sobre o INRC do Jongo”, o inventário teve início em 2001 com um levantamento preliminar das comunidades da Serrinha (localizada no bairro de Madureira, na cidade do Rio de Janeiro) e o quilombo São José da Serra (localizado no distrito de Santa Isabel do Rio Preto, em Valença). A partir de então, foram feitos contatos com a ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha, do Rio de Janeiro, com a Associação Cultural Cachuêra!, de São Paulo, e com a Rede de Memória do Jongo, parceiros na produção de alguns Encontros de Jongueiros.

A partir daí, como descreve o Parecer nº 001/GI/DPI/Iphan, que foi encaminhado ao relator para avaliação do pedido do registro do jongo<sup>151</sup>, foram as entidades Grupo Cultural Jongo da Serrinha e Associação da Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda São José que formalizaram, por meio de carta enviada ao Ministro da Cultura Gilberto Gil, o interesse quanto ao reconhecimento do jongo como patrimônio cultural brasileiro. Essas cartas datam de 22 de novembro de 2002.

Por intermédio dessas instituições parceiras, foram obtidos contatos com as comunidades participantes dos Encontros, entre as quais, de acordo com a possibilidade de ida a campo, foram selecionadas as seguintes: Serrinha, quilombo São José da Serra, Angra dos Reis, Pinheiral, Barra do Piraí, Santo Antônio de Pádua e Miracema. Foram identificadas 15 comunidades jongueiras no litoral do Sudeste (do Espírito Santo a São Paulo), com indicações de que existem mais, e abertos inventários em nove comunidades no Estado do Rio.

A metodologia de inventário do INRC foi produzida pelo Iphan e não está disponível integralmente para acesso e uso, só sendo possível utilizá-la com a autorização e acompanhamento do Iphan, o que, em muitos casos, acontece por meio da assinatura de termos de cooperação técnica. Como o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular é uma autarquia do Iphan e naquele momento era o único setor responsável por inventariar bens culturais, a decisão de incluir o INRC do Jongo no projeto de “Celebrações e Saberes da Cultura Popular” foi feita “de dentro para fora”. O INRC inventariou, no Rio de Janeiro, sete comunidades jongueiras e optou-se pelo preenchimento das fichas de campo, localidade e bens culturais inventariados.

---

151 Parecer nº 001/GI/DPI/Iphan, assinado pelo antropólogo Marcos Vinícius Carvalho Garcia, em 01 de setembro de 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/JongoParecer.pdf>

O levantamento preliminar forneceu informações sobre as localidades nas quais se registra ou se registrou a prática da dança do jongo. Constata-se, na bibliografia, que danças denominadas “jongo”, “caxambu”, “tambor” e “tambu” são ou foram praticadas em diversos locais na Região Sudeste. O Vale do Rio Paraíba constituiu um eixo em torno do qual a dança se desenvolveu, provavelmente em meio à população escrava nas fazendas de café. O batuque, dança que apresenta diversas particularidades (assinaladas no texto introdutório), irradiou-se numa faixa interiorana do Estado de São Paulo – os remanescentes de batuqueiros paulistas vêm participando dos Encontros de Jongueiros. O candombe, que apresenta numerosos traços em comum com o jongo, é praticado nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário, no Estado de Minas Gerais.

Durante o levantamento preliminar, a equipe entrou em contato com instituições que têm documentado as atividades culturais de diversas comunidades que mantêm práticas do tipo “jongo”. Em alguns casos, as práticas cessaram, mas permanecem na memória dos membros mais idosos dessas comunidades. Assim, a ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha (Rio de Janeiro), a Associação Cachueira! (São Paulo) e a Rede de Memória do Jongo (Sudeste) forneceram à equipe um mapeamento básico das agora chamadas “comunidades jongueiras”. Além disso, a pesquisa de campo apontou pessoas e localidades que não constavam daquele mapeamento.

Em função da existência da Rede de Memória do Jongo, que já reúne várias comunidades jongueiras, e das viagens de campo realizadas pela equipe, optamos pela seguinte delimitação:

- 1 inventariar as danças do tipo “jongo” no Estado do Rio de Janeiro;
- 2 trabalhar inicialmente com as comunidades ligadas à Rede de Memória do Jongo;
- 3 apontar a existência de danças relacionadas em São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, para eventual atuação em etapas posteriores da pesquisa.<sup>152</sup>

Ao darem início à pesquisa de campo, constataram que os praticantes de jongs e caxambus ativos em várias localidades do Sudeste já vinham se reunindo nos Encontros de Jongueiros, apoiados por professores universitários, pesquisadores e animadores culturais, percebendo que os grupos se apresentam identificados, geralmente, pelas localidades em que vivem e que a maioria deles exibe figurino previamente estabelecido. Desses Encontros, como foi analisado no capítulo anterior, surgiu a Rede de Memória do Jongo, que foi criada com a intenção de preservar essa manifestação cultural.

Em 2003, durante o VIII Encontro de Jongueiros, realizado na cidade paulista de Guaratinguetá, deu-se início à ampliação no recolhimento das assinaturas para formulação do pedido de registro, com os abaixo-assinados ratificados pelos jongueiros residentes em localidades e municípios da região Sudeste contatados durante o inventário que fundamentou a elaboração do material, chamado de dossiê, para apresentação do processo de pedido para sua patrimonialização, que, a saber, foram: morro do Cruzeiro (município de Miracema); morro da Serrinha (Rio de Janeiro); município de Pinheiral; Bracuí, Mambucada e Morro do Carmo (município de Angra dos Reis); município de Barra do Piraí; município de Santo Antônio de Pádua; e Fazenda São José da Serra (Município de Valença), todos no estado do Rio de Janeiro.

<sup>152</sup> Texto retirado da ficha do INRC do Jongo do Sudeste: ficha de identificação do bem inventariado, no campo sobre a localização da forma de expressão.

ro. municípios de Capivari, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Piquete, Piracicaba, São Luís do Paraitinga e Tietê, no Estado de São Paulo; São Mateus, no Estado do Espírito Santo, e Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Ao analisarmos as fichas do inventário, nos deparamos com sete fichas identificadas como “A3 – Bens culturais inventariados”, sete fichas identificadas como “F11 – Ficha de localidade”, 10 fichas identificadas como “FC – Ficha de campo”, com informações recolhidas nas comunidades do morro da Serrinha, Angra dos Reis, Barra do Piráí, Fazenda São José da Serra, Miracema, Santo Antônio de Pádua e Pinheiral. Uma ficha “F10 – Anexo ficha do bem”, com um resumo de todas as informações recolhidas na pesquisa.

Nessa última ficha, é citada a importância dos Encontros de Jongueiros na dinâmica contemporânea do jongo, sendo ele uma espécie de festival que divulga a dança e promove o intercâmbio entre grupos de diversas localidades. Do mesmo modo, no espaço destinado à cronologia do bem inventariado, todos os Encontros de Jongueiros ocorridos até aquele ano da pesquisa, 2004, estão enumerados.

Para o pesquisador Thiago Aquino, integrante da equipe do CNFCP que participou do Inventário do Jongo, o Encontro é um importante espaço de troca, no qual a pluralidade da prática do jongo pode ser vislumbrada e que, a partir dessa pluralidade, relações de troca, de influência, de convergência e contraste se estabelecem entre os jongueiros de diferentes cidades. No evento, são expostas tensões que ele identificou como “territorialização” e “desterritorialização”, entre “tradição” e modernidade”, entre ocultar e expor. Tensões que, para o pesquisador, são essenciais para o estudo do jongo dentro da contemporaneidade.

Falcão relata que, em maio do ano seguinte, foi encaminhada a documentação para o Iphan, e ainda em 2004 foi iniciada instrução do processo e a organização do dossiê do registro. Em 2005, foi feita a produção do CD-ROM e do vídeo que compõem o dossiê, com a incorporação da documentação referente às comunidades paulistas de Guaratinguetá e Piquete, e a finalização do processo de instrução.

Em 15 de junho daquele ano, a diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular encaminhou o dossiê para o Departamento de Patrimônio Imaterial, e em 27 de setembro foi feito o despacho da gerente de Registro, na época Ana Claudia Lima e Alves, informando a conclusão da instrução técnica do processo de registro, dizendo, entre outras informações, da importância da Rede de Memória e dos Encontros de Jongueiros como movimentos de resistência cultural do jongo: “[...] considera justificada a circunscrição do Jongo do Sudeste brasileiro. Acrescenta que foi constatada a existência de uma resistência cultural

em uma rede de memória do jongo e na realização de Encontros de Jongueiros, que em 2005 promoveu sua décima edição”.

O conselheiro responsável pela relatoria do processo, Roque de Barros Laraia, recebeu o processo em 14 de outubro e teve seu parecer lido na reunião do Conselho Consultivo do Iphan, realizada em 8 de novembro de 2005, em que houve parecer favorável ao registro do jongo do Sudeste no livro das formas de expressão, seguido da entrega do certificado para as comunidades durante o X Encontro de Jongueiros, realizado em dezembro de 2005 na cidade de Santo Antônio de Pádua.

Nesse sentido, o Registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é o reconhecimento por parte do Estado da importância desta forma de expressão para a conformação da multifacetada identidade cultural brasileira. Este Registro chama a atenção para necessidade de políticas públicas que promovam a equidade econômica articulada com a pluralidade cultural; políticas que garantam a qualidade de vida e cidadania. E condições de auto-determinação para que as comunidades jongueiras mantenham vivo o jongo nas suas mais variadas formas e expressões<sup>153</sup>.

Os Encontros de Jongueiros e a Rede de Memória foram percebidos pelos pesquisadores como exemplos de mobilização das comunidades que detêm a prática cultural. “E tecem suas alianças com animadores culturais, padres, associações comunitárias, movimentos negros locais, organizações não governamentais, músicos, pesquisadores”, mas que, para Travassos,<sup>154</sup> essa mobilização só era sentida em pequenos grupos de aficionados.

A sensação que tivemos ao tentar analisar qual o papel do Encontro de Jongueiros para as comunidades, foi um evento que além de ser uma maneira de manter viva a tradição, funciona como espaço de apresentação das identidades e singularidades dos grupos. Desta forma, observamos o Encontro como algo que deve ser preservado em prol da continuidade da tradição cultural de tais grupos.<sup>155</sup>

A palestra proferida pelo Professor Alberto Ikeda, durante o IX Encontro de Jongueiros trouxe para pauta em debate o papel do inventário e dos Encontros de Jongueiros como provocadores de transformações nas relações entre jongueiros.

“Eu acho que de qualquer forma, assim, para a gente concluir esse raciocínio, eu acho que de qualquer forma o que aconteceu nesse IX Encontro de Jongueiros vai provocar muitas reflexões e vai provocar uma dinâmica diferente nesse campo, ou seja, ou essas comunidades assumem suas lideranças e assumem o seu papel e como é que elas vão se posicionar em relação, né, a essa coisa de pessoas de fora interven-

153 “Jongo, patrimônio imaterial brasileiro”. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/JongoPatrimonio%20Imaterial%20Brasileiro.pdf>

154 TRAVASSOS, Elizabeth. Contribuição ao Inventário do Jongo, 2004, op. cit.

155 Relatório do VIII Encontro de Jongueiros do pesquisador Thiago Aquino. Disponível no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

do ou produzindo seus grupos. De que maneira a gente também sistematiza isso nas nossas reflexões. É um momento de grande conflito no campo, ou seja, o campo e as comunidades que foram identificadas e mapeadas durante a pesquisa não são mais as mesmas que era quando vocês fizeram a pesquisa de campo, ou seja, a situação hoje e essa dinâmica do evento, do Encontro, já faz com que o campo seja outro<sup>156</sup>.

\*\*\*\*

Apesar de não ser o objeto desse trabalho, acreditamos ser válido utilizar esse espaço para apresentar um pequeno panorama dos anos seguintes ao registro do jongo do Sudeste e o desenvolvimento das ações de salvaguarda que foram implementadas.

A salvaguarda do jongo do Sudeste foi a primeira salvaguarda pensada de forma regional, mas que tinha apenas um plano de salvaguarda que não dava conta das diferenças existentes entre as comunidades dos quatro estados. Era um trabalho inédito que estava sendo iniciado e trouxe algumas frustrações, mas que conforme as demandas apresentadas ao longo dos anos repensaram sua forma de atuação.

Após a leitura do segundo capítulo, pudemos perceber o importante papel que professores ligados a Universidade Federal Fluminense desempenharam ao longo dos últimos 20 anos de atuação junto às comunidades jongueiras e em especial na construção dos Encontros de Jongueiros. Desse modo, fica claro que esses professores e parceiros continuam atuando junto aos jongueiros, desenvolvendo ações agora chamadas de salvaguarda.

No final do ano de 2007 foi realizada uma reunião no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular com o objetivo de construir um Plano de Salvaguarda para o Jongo do Sudeste, com a participação de lideranças Jongueiras, de representantes do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do Departamento de Patrimônio Imaterial, das Superintendências do Iphan, da Universidade Federal Fluminense, de consultores, parceiros e colaboradores. Na ocasião foi debatida a criação de um Pontão de Cultura para o jongo, afim de iniciar um convênio entre o Iphan e outra instituição para viabilizar a obtenção de recursos para o desenvolvimento das ações de salvaguarda. Por proposição dos próprios Jongueiros, indicaram a Universidade Federal Fluminense como gestora desse convênio, baseado nas experiências de trabalho realizados por seus professores e as comunidades ao longo dos anos.

As experiências de organização dos Encontros de Jongueiros marcaram as ações da política de salvaguarda do jongo do Sudeste, inicialmente com o Pontão do Jongo/Caxambu

---

156 Transcrição da palestra proferida pelo professor Alberto Ikeda, do Instituto de Artes/Universidade Paulista, no I Seminário Nacional sobre o Patrimônio Imaterial do Jongo, no IX Encontro de Jongueiros, no dia 19 de dezembro de 2004.

que atuava dentro da lógica de fazer as comunidades se encontrarem e de criar espaços para o diálogo, partindo dos vínculos já existentes dentro dos Encontros de Jongueiros.

A primeira reunião de articulação do Pontão do Jongo/Caxambu foi realizada nos dias 13 e 14 de abril de 2008 e estiveram presentes as jongueiras e jongueiros, Silvana Nascimento Pereira e Sueli (Nêga) de São Mateus (ES); Maria das Dores Ferreira da Silva e Arlindo Olegário de Carangola (MG); Laudeni de Souza e Marcelo de São José dos Campos (SP); André Luiz de Oliveira de Guaratinguetá (SP); Adriana da Penha e Tia Maria da Serrinha (RJ), Angélica Souza Pinheiro e Délcio José Bernardo de Angra dos Reis (RJ); Eva Lucia de Moraes Faria Rosa e Cosme Aurélio Medeiros de Barra do Piraí (RJ); Nico e Paula de Santo Antônio de Pádua (RJ); Antônio Henrique (Lalá) e Rudinei Nicácio de Piquete (SP); Maria das Graças e Lau Silva (Cicinha) de Recreio (MG); Paulo Rogério da Silva e Roberto de Miracema (RJ); Paulo Henrique do Nascimento (Kaskão) e Ricardi de Paula Andrade de Porciúncula (RJ). E os parceiros institucionais: Bartolomeu Homem Del Rei Pinto e Mônica da Costa da 6ª Superintendência Regional do IPHAN (RJ); Paulo Dias da Associação Cultural Cachueira! (SP); Alberto Ikeda. Consultor do Pontão/UNESP (SP); Elaine Monteiro, Paulo Carrano, Valter Filé, Martha Abreu, Mônica Sacramento, Isabela Lima, Mariana Camacho, Rafael e Caio da UFF (RJ) – Observatório Jovem, LABHOI, Equipe Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, bolsistas de extensão UFF/Pádua; Claudia Marcia, Luciana Carvalho e Rebecca Guidi do CNFCP (RJ); Andréia Falcão como ouvinte e Marcos André da Associação Brasil Mestiço. A proposta de pauta era a análise e discussão do projeto e plano de trabalho do Pontão do Jongo/Caxambu.

“Cláudia Márcia lembrou a especificidade do Pontão do Jongo como ação de salvaguarda inserida no plano de salvaguarda de um bem registrado, que a salvaguarda está relacionada à garantia de direitos culturais e sociais. Afirmou que estas questões estão diretamente relacionadas à relação estabelecida entre o Pontão e as comunidades jongueiras e ao trabalho que será desenvolvido junto às mesmas. Disse que era importante, na primeira reunião do Pontão, conversar sobre essas questões com os jongueiros. Decidiu-se, então, que um dos pontos de debate da primeira reunião de articulação seria patrimônio imaterial plano de salvaguarda e o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu (...) A discussão girou em torno de esclarecimentos sobre o plano de salvaguarda, sobre a definição de patrimônio imaterial e a necessidade de se pensar ações que promovessem o reconhecimento das comunidades em suas localidades, em articulação com as secretarias de cultura e educação dos municípios” (Ata da 1ª Reunião de Articulação do Pontão do Jongo/Caxambu, disponível no arquivo da Assessoria de Patrimônio Imaterial do Iphan-RJ).

Além da articulação em si, o projeto visava a capacitação de jovens de todas as comunidades envolvidas e a difusão da cultura do Jongo/Caxambu a partir da produção e distribuição de documentários e materiais de divulgação. As ações do Pontão se organizam em três

eixos: articulação e distribuição; capacitação e qualificação; difusão e divulgação de produtos culturais.

Também aconteceram reuniões periódicas itinerantes e atividades de capacitação que foram realizadas não só na sede do Pontão, em Niterói, mas também nas comunidades localizadas nos seguintes municípios: Angra dos Reis, Arrozal, Barra do Piraí, Campinas, Carangola, Guaratinguetá, Miracema, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José dos Campos, São Mateus, Serrinha, Valença e Vassouras.

Nas palavras da Jongueira Maria de Fátima da Silveira Santos, liderança da comunidade de Pinheiral, em participação na aula da Professora Martha Abreu em 29 de junho de 2015 ela afirma que as reuniões de articulação entre os eles, era um momento de troca de experiências que poderiam ser compartilhadas e replicadas.

“O Pontão apoiava as comunidades frente aos governos locais que não reconheciam o Jongo e o desvalorizavam, como por exemplo, realizando seminários com as secretarias de educação e professores para distribuindo o material do Fichário do Jongo e discutir junto com os Jongueiros a maneira que seria utilizado” (transcrição da fala da Jongueira Fatinha, durante aula da Professora Martha Abreu, em 29/06/2015).

O convênio feito entre o Iphan/MINC e a UFF através da Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF, foi iniciado efetivamente em 2008 e foi encerrado em 2013. Sua proposta era de objetivar e articular os pontos de cultura e comunidades pertencentes à Rede de Memória do Jongo e Caxambu, localizadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

A partir de 2013 houve significativas mudanças na condução das ações de Salvaguarda do Jongo e após um longo período de atuação com uma intensa agenda, em dezembro de 2013 foi realizada a 20ª Reunião de Articulação na sede da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro, onde foram encerrados os trabalhos do convênio.

A reunião de encerramento do convênio entre o IPHAN e a UFF foi marcada por forte tensão entre os representantes das instituições, em que foi necessário que os próprios Jongueiros mediassem a situação.

Ao mesmo tempo em que esse conflito tentava ser gerenciado, os técnicos do Departamento de Patrimônio Imaterial entendiam a importância do maior envolvimento das Superintendências do IPHAN na gestão das salvaguardas. Por mais que essas acompanhassem as atividades do Pontão do Jongo/Caxambu, não era ele o gerenciador das atividades, mas apenas um fiscal.

A partir de 2014 a Salvaguarda do Jongo passou a ser realizada diretamente pelas Superintendências estaduais do IPHAN. Essa transição trouxe diversas inquietações, e desde então temos acompanhado as dificuldades, principalmente orçamentárias, para realização de ações pontuais junto as lideranças jongueiras, tanto do estado do Rio de Janeiro quanto dos outros estados da Região Sudeste.

Apenas em 2015 foi instituída uma portaria que dispõe sobre os procedimentos para execução de planos e ações de salvaguarda no âmbito do Iphan. A portaria 299 de 17 de julho de 2015 lança o Termo de Referência para salvaguarda de bens registrado que prevê que essa seja iniciada no decorrer da primeira década após o Registro, com vistas ao fortalecimento da autonomia dos detentores/produtores do bem cultural na produção, reprodução e gestão de seu patrimônio e a sustentabilidade do bem cultural no médio e longo prazo. Conforme o estabelecido pelo artigo 7º do Decreto n º 3551/2000, dez anos após a titulação o bem cultural passará por um processo de reavaliação e revalidação do Registro, no qual se observará, dentre outros aspectos, o impacto das ações desenvolvidas.

Enquanto isso o Pontão do Jongo/Caxambu, continua atuando como um Programa de Extensão da Universidade Federal Fluminense desenvolvendo ações de integração entre os saberes populares e a Universidade oferecendo disciplinas na graduação que tem como professores mestres da cultura popular. Além de atuar junto as comunidades jongueiros apoiando suas demandas.

Para além desse debate, algumas ações de grande importância foram desenvolvidas nos últimos anos, como é o caso do Inventário de Referências Nacionais do Jongo do Espírito Santo, que teve como ponto de partida o levantamento realizado no âmbito do projeto “Territórios e Territorialidades rurais e urbanas: processos organizativos, memória e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades de jongo e Caxambu no Espírito Santo”, empreendido pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o IPHAN-ES, iniciado no ano de 2012 e do projeto de extensão “através de Projeto de Extensão “Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo” de 2013.

Os grupos da região identificados ao longo da pesquisa foram: Jongo de Sant’ Ana - Conceição da Barra - Bairro de Santana; Jongo de São Benedito e São Sebastião - Conceição da Barra - Distrito de Itaúnas; Jongo de São Benedito das Piabas - Conceição da Barra - Comunidade de Barreiras; Jongo de Santa Bárbara - Conceição da Barra - Comunidade Quilombola de Linharinho; Jongo de São Cosme e Damião - Conceição da Barra - Comunidade de Porto Grande; Jongo de São Benedito - São Mateus; Caxambu de Santo Antônio - São Mateus - Comunidade de São Cristovão; Caxambu Alegria de Viver - Cachoeiro do Itapemirim; Ca-

xambu da Velha Rita - Cachoeiro do Itapemirim; Caxambu Santa Cruz - Cachoeiro do Itapemirim; Caxambu do Horizonte – Alegre; Banda de Jongo de São Benedito Sol e Lua – Anchieta; Tambores de São Mateus – Anchieta; Caxambu de Córrego Amarelos e Patrimônio da Penha - Divino de São Lourenço; Jongo do Mestre Wilson Bento – Itapemirim; Jongo-Mirim Crispiniano Balbino Nazareth – Itapemirim; Caxambu da Andorinha - Jerônimo Monteiro; Caxambú da Família Rosa – Muqui; Jongo de Boa Esperança e Cacimbinha - Presidente Kennedy; Caxambu de Castelo ou da Fazenda Santa Helena – Castelo; Caxambu de Santo Antônio do Muqui - Mimoso do Sul. Totalizando 21 grupos de jongo.

O papel dos Encontros de Jongueiros também teve grande importância para mobilização e construção do processo de salvaguarda do jongo no Espírito Santo. A partir do texto “Jongueiros e caxambuzeiros no espírito santo - pesquisa, extensão e políticas de salvaguarda do patrimônio cultural” dos professores da Universidade Federal do Espírito Santo, Aissa Afonso Guimarães e Osvaldo Martins de Oliveira, os autores afirmam que após o registro do jongo como patrimônio imaterial que levou ao desenvolvimento de pesquisas e inventários no território capixaba, da articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu do qual participou a representante do Jongo São Benedito da cidade de São Mateus, outros grupos de jongo foram identificados e a partir dessas ações, tiveram início as mobilizações para o 1º Encontro de Grupos de Jongo-Caxambu no Espírito Santo, realizado em 2009.

Ao longo do desenvolvimento dos projetos de extensão citados acima foram realizadas viagens de mobilização nas comunidades de jongo e caxambu e também foram realizadas quatro Oficinas de Mobilização Comunitárias, duas na região sul e duas na região norte, sendo uma em cada ano.

As oficinas mobilizaram e articularam os grupos para “II Encontro Estadual de Jongs e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo” que ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro de 2012, no espaço do Centro Universitário Norte da UFES (CEUNES), na cidade de São Mateus-ES e contou com a participação de mais de trezentas pessoas. O Encontro teve como anfitrião o Grupo de Jongo de São Benedito, da cidade de São Mateus, liderado pela Mestre Nêga, Dilzete Nascimento, estiveram presentes representantes da UFES, IPHAN, SECULT, MINC e das Secretarias de Educação de Conceição da Barra e de São Mateus. E jongueiros representantes dos grupos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas V SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS – 7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil 7 Gerais, articulados no Pontão de Cultura do Jongo, respectivamente Paulo Rogério da Silva, o Rogério de Oxóssi da comunidade de Miracema (RJ), Jeferson Alves de Oliveira, o Je-

finho da comunidade do Tamandaré (SP), e a Maria Nossa, Maria das Dores Ferreira da Silva, do bairro Santo Onofre em Carangola (MG)<sup>157</sup>.

Os autores Aissa Guimarães e Oswaldo Oliveira afirmam que o II Encontro Estadual de Jongos e Caxambus foi fundamental para aproximação dos grupos de jongo da região norte e da região sul do estado, que por conta das distâncias territoriais não se conheciam. Assim como para a interlocução com os gestores das instituições responsáveis pelas políticas de proteção aos bens culturais. Nesta ocasião também foi realizada a solenidade de entrega aos mestres, pela Superintendente Regional do IPHAN/ES, do registro e da titulação do Jongo com patrimônio imaterial.

Na ocasião do II Encontro foi realizado uma plenária para discutir as propostas de ações de salvaguarda que já haviam sendo discutidas ao longo das oficinas regionais realizadas e teve como resultado das atividades e debates uma carta que foi elaborada, redigida e assinada por todos os mestres presentes no Encontro, a “Carta de propostas dos grupos de jongs e caxambus do espírito santo para a salvaguarda de seu patrimônio cultural”. Este documento é composto de vinte e um itens contem reivindicações e propostas comuns à maioria dos grupos; e é um importante documento para reivindicação de políticas públicas.

Desde então a Superintendência do Iphan no Espírito Santo vem atuando em conjunto com os grupos de jongo e caxambu do estado e os professores da Universidade Federal do Espírito Santo, através de projetos de extensão, no desenvolvimento das propostas elencadas.

Em relação ao estado de São Paulo, durante os anos de 2014 e 2016 o Iphan realizou um convênio<sup>158</sup> com a Comunidade Jongo Dito Ribeiro e o Ponto de Cultura NINA – Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais, em que um de seus produtos foi a identificação de oito comunidades jongueiras do estado de São Paulo. Dessas oito, algumas já eram conhecidas, participantes dos Encontros de Jongueiros e dos processos de salvaguarda do jongo. As comunidades identificadas foram: Grupo Mistura da Raça, de São José dos Campos; Quilombolas do Tamandaré, de Guaratinguetá; Jongo do Tamandaré, de Guaratinguetá; Jongo de Piquete; Jongo de Lagoinha; Jongo de Embu das Artes e Jongo Filhos da Semente, de Indaiatuba.

Durante o VIII Encontro Paulista de Jongueiros, realizado na cidade de Indaiatuba nos dias 19 e 20 de agosto de 2017, doze comunidades participaram e todas atualmente fazer

---

<sup>157</sup> GUIMARÃES, Aissa Afonso e OLVEIRA, Oswaldo Martins. Jongueiros e Caxambuzeiros no espírito santo - pesquisa, extensão e políticas de salvaguarda do patrimônio cultural. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional – Políticas Culturais: Rio de Janeiro, 2014.

<sup>158</sup> Publicação produzida como resultado do convênio, disponível em: <http://crjongoditoribeiro.org.br/files/2016/11/revistacrjongofinal.pdf>

parte da rede de jongueiros paulistas e estão inseridos nas ações de salvaguarda desenvolvidas pela Superintendência do Iphan em São Paulo. Somando as comunidades citadas anteriormente estão o Jongo dos Guaianás, da cidade de Guaianases; Associação Grupo Cultural Tiduca-Jongo, de Cananéia e o Jongo Crioulo, de Taubaté.

Ao concluirmos esse capítulo identificamos os Encontros de Jongueiros como um catalisador das relações contemporâneas entre as comunidades jongueiras, atuando como importante espaço para o reconhecimento do jongo como patrimônio cultural. Além de reunir diversas comunidades praticantes do jongo que não se conheciam, é um importante espaço político de discussão das demandas individuais e coletivas das comunidades e de reconhecimento para aqueles que participam. Estar em um Encontro de Jongueiros é a afirmação de possuir uma ancestralidade e identidade jongueira, é ser aceito por outras comunidades e se afirmar como detentor de um patrimônio cultural.

## Considerações finais - Os Encontros de Jongueiros como espaço de articulação e identidade dos jongueiros na patrimonialização do jongo

Neste espaço de fechamento da dissertação, propomos analisar algumas questões que perpassam esses 13 pensando o jongo e seus detentores no tempo presente. Após explanação sobre a trajetória dos Encontros de Jongueiro ao longo dos últimos 21 anos, podemos perceber sua importância na vida social das comunidades jongueiras, por marcar um espaço de sociabilidade, construção coletiva e afirmação da tradição.

Os Encontros se consolidaram como um lugar de sociação,<sup>159</sup> ou seja, uma forma na qual os indivíduos, em razão de seus interesses, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual seus interesses se realizam, e que aqui podemos entender como a valorização da prática cultural herdada dos africanos escravizados. Essa unidade superou o regime escravocrata, o silêncio de seus herdeiros e o racismo ainda cotidiano e que se transformou em um evento de gigantescas proporções, unindo comunidades dos quatro cantos do Sudeste, admiradores e pesquisadores em momentos de festejo e reivindicações políticas, sejam elas pela questão da terra, do território, dos problemas sociais, da intolerância religiosa ou pelas atuais questões postas pela sua patrimonialização.

A partir das falas das lideranças jongueiras de Miracema e de Angra dos Reis, podemos perceber que os Encontros foram um espaço que possibilitou às comunidades se conhecerem e se reconhecerem, apontando uma identidade única que unia todos naquele lugar: ser jongueiro. Para além das identidades acionadas por algumas comunidades, como a identidade negra no caso da comunidade de Angra dos Reis, que possuía uma forte ligação com o movimento negro, e a identidade quilombola, no caso da comunidade do quilombo São José da Serra, todos que chegaram e estavam ali eram jongueiros.

Stuart Hall nos diz que a tradição é como um cordão umbilical, que tem sua prova na fidelidade às origens, e que sua presença consiste diante de si mesma, sua autenticidade.<sup>160</sup> A partir de um olhar antropológico, entendemos que cada comunidade jongueira possui sua particularidade: seu jeito específico de tocar o tambor, suas vestimentas próprias, seu envolvimento com uma religiosidade ou a ausência de uma, os pontos, a maneira de dançar e o terri-

<sup>159</sup> SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduos e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. O conceito de “sociação” foi formulado por Simmel concebendo a sociedade como produto das interações individuais, para designar mais apropriadamente as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam, destacando que as interações sociais e as relações de interdependência não representam, necessariamente, a convergência de interesses entre os atores sociais envolvidos.

<sup>160</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

tório que ocupa em suas cidades, sendo em quilombos, em favelas ou em bairros de classe média.

Apesar de suas individualidades, as comunidades constituem entre si uma rede que compartilha uma memória coletiva sobre sua herança afro-brasileira. Essa rede vem construindo e ocupando diversos espaços para falarem sobre si e sobre suas histórias, reivindicar direitos e preservar suas tradições, sejam nos espaços dos Encontros, nas universidades, nas praças, câmaras e gabinetes das suas cidades.

A Fatinha coloca muito isso de que eles têm necessidade de se encontrar porque o tempo... pelo menos as lideranças... Semana passada a gente foi participar de um seminário em Pádua, eu e a Fatinha e ela tava falando: “Elaine a gente aprendeu tanto um com o outro”. Eu acho que o que acontece hoje nas comunidades é o resultado dos aprendizados e das trocas né, de se encontrar, de trocar<sup>161</sup>.

Os Encontros tinham como intenção e objetivo fortalecer politicamente as comunidades jongueiras, principalmente aquelas das cidades sedes, pela necessidade de articulação na busca de apoios do poder municipal e de novos parceiros, e dar visibilidade aos grupos na cidade. Assim como os que vinham de outros municípios também precisavam buscar apoio com a prefeitura, empresários e comerciantes para viabilizar seus deslocamentos.

Uma questão que nos parece importante avaliáramos é a intenção do Encontro como espetáculo. Se à primeira vista poderíamos pensar que o espetáculo é algo negativo e perigoso para a prática cultural, ao apresentarmos o material produzido pelo responsável por iniciar esse movimento, o professor Hélio Machado, entendemos que o objetivo, desde o primeiro momento, era tornar os Encontros de Jongueiros um grande evento de encontro entre os detentores do jongo, ou seja “de dentro para dentro”, mas também criar uma oportunidade de divulgação e valorização de sua prática. Assim como para a Rede de Memória do Jongo era importante que as bandeiras políticas levantas nos Encontros fossem amplificadas, e isso repercutia também na escolha da comunidade que sediaria o evento.

É preciso ter cuidado para não sermos essencialistas ao buscarmos uma aura autêntica e purista de que a espetacularização dos Encontros foi destrutiva ou foi de encontro aos objetivos iniciais. Todos os Encontros foram um palco para o jongo ser apresentado aos que não o conheciam e de autoafirmação e valorização para aqueles que o praticam.

O que propomos é pensar os Encontros, dividindo-os por momentos marcantes ou de grandes mudanças. O primeiro momento é o seu surgimento como um Encontro local, envol-

---

<sup>161</sup> Entrevista realizada por mim com a coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e professora da Universidade Federal Fluminense, Elaine Monteiro, em 6 set. 2017.

vendo comunidades vizinhas, como foi o caso dos três primeiros Encontros de jongueiros, realizados entre 1996 e 1998 nos municípios vizinhos de Santo Antônio de Pádua e Miracema.

O segundo momento, marcado pelo IV Encontro, é o da vinda para o Rio de Janeiro, reunindo novas comunidades, iniciando proporções mais globais de participação de jongueiros e aumentando a visibilidade do evento e de seus participantes. Foi a primeira vez que os jongueiros tiveram apoio de microfone e caixa de som para amplificar os cantos.

O terceiro momento, iniciado no V Encontro de Jongueiros, foi a criação da Rede de Memória do Jongo, por iniciativa dos jongueiros junto com o professor Paulo Carrano, responsável por assumir a organização dos Encontros a partir do pedido feito pelo professor Hélio, por conta da sua aposentadoria e avançada idade que não o permitia mais dar conta de organizar um evento dessa proporção sozinho. Então, ele “passou o bastão”.

O quarto momento, de consolidação do movimento de Encontro de Jongueiros, foi marcado pelos VI, VII e VIII Encontros de Jongueiros, em que a cada Encontro novas comunidades passam a ser inseridas, aumentando a participação de comunidades dos outros estados do Sudeste. Foi um período no qual os jongueiros e os Encontros estiveram envolvidos no processo de inventário produzido pelo CNFCP dentro do projeto “Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, que resultou na patrimonialização do jongo do Sudeste como forma de expressão.

O quinto momento teve início no IX Encontro de Jongueiros e permaneceu até o XII Encontro, com patrocínio externo, tendo a Petrobras a maior financiadora e a ONG Brasil Mestiço, comandada pelo produtor cultural e até aquele momento membro do grupo de jongo da comunidade da Serrinha, no Rio de Janeiro, Marcos André. O IX Encontro foi marcado por uma grande estrutura, em que se hospedaram todos os jongueiros em hotéis no centro da cidade do Rio de Janeiro, realizando as atividades no Circo Voador e na Fundação Progresso – duas casas de *shows* de grande fama no centro do Rio de Janeiro. As mesas de debate foram colocadas em um local distante, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, em um dia e horário em que a maior dos membros das comunidades ainda não estava no Rio de Janeiro.

Apesar de falarmos anteriormente que todos os Encontros tinham como objetivo ser um evento, um espetáculo em que os jongueiros eram os protagonistas, tendo um momento de compartilhamento e divulgação do jongo, o IX Encontro alcançou um novo patamar na organização no sentido de evento e espetáculo: tirou dos jongueiros o papel de protagonistas e suprimiu o momento de encontro e compartilhamento entre os grupos, transformando o Encontro em um *show*, com público pagante, cachê, cercadinho e camarim.

A insatisfação das comunidades foi tão grande que, no momento em que um grupo se “rebelou” contra aquela estrutura, todos se juntaram e acabaram com a lógica do *show*, juntando os jongueiros e os demais presentes em uma grande roda de jongo.

Podemos sugerir que os Encontros de Jongueiros iniciaram para grande parte<sup>162</sup> das comunidades jongueiras do Sudeste o hábito da apresentação “profissional”, do palco, do *show*.

Pelo que pudemos acompanhar ao longo dessa dissertação, o jongo era uma forma de entretenimento desde o tempo da escravidão, para os próprios praticantes e para os donos das fazendas de café e seus convidados. Após o fim da escravidão, os praticantes continuavam se reunindo para fazer uma roda de jongo, que eram proibidas e perseguidas em diversos municípios.

Com o passar dos anos, o jongo não deixou de ser realizado nos dias de festas de santo, em comemoração ao 13 de Maio e ao 20 de Novembro, em suas comunidades ou municípios. Já a possibilidade de se apresentar para um grande público, de diferentes perfis, se preocupar com indumentária que seria utilizada para diferenciar cada comunidade, o uso de microfones e caixas de som, a divulgação e o registro de cada apresentação, podemos sugerir que teve início com os Encontros de Jongueiros.

Michael Pollak,<sup>163</sup> ao pensar três critérios constitutivos da memória – acontecimentos, personagens e lugares –, inicia com os elementos constitutivos da memória, que, em primeiro lugar, seriam os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar os que são vividos “por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tal tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

A memória, pode ser, em parte, herdada, não se referindo apenas à vida física da pessoa, aos acontecimentos ocorridos durante sua vida. A memória também sofre flutuações, que estão à disposição no momento em que ela é articulada e que está sendo expressa pelas questões atuais. A memória é um fenômeno construído social e individualmente.

Pollak afirma que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente

---

<sup>162</sup> Fora a comunidade da Serrinha, que com mestre Darcy ocupou grandes palcos na cidade do Rio de Janeiro, colocando o jongo na mídia, nas universidades, aproximando a classe média do morro da Serrinha em Madureira e unindo todos nas rodas de jongo que promovia pelos quatro cantos da cidade.

<sup>163</sup> POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. O autor, ao analisar os lugares de memória, como constitutivo da memória, anuncia os que podem ser uma lembrança pessoal, mas sem a necessidade de apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias que foi muito marcante nas lembranças da pessoa sem necessidade de uma data real em que ocorreu.

Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos das pessoas, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração, dos quais o autor cita como exemplo os monumentos históricos em que as pessoas podem ativá-los, visitá-los, reproduzi-los buscando acessar suas memórias acerca de um evento ou tempo histórico.

Propomos pensar, com certa dose de ousadia, que podemos entender os Encontros de Jongueiros como um lugar de memória do jongo no tempo presente, a partir do entendimento de sua importância para as comunidades, responsável por diversas transformações políticas para os grupos e que é acionado continuamente na memória dos grupos sobre os acontecimentos que envolvem as comunidades jogueiras nos últimos 20 anos. Sem a necessidade de pensar uma data ou um evento específico, todo o processo de construção e manutenção dos Encontros de Jongueiros são lembranças muito marcantes para os que estiveram envolvidos e para aqueles que não viveram, mas desejam viver.

Os Encontros são acionados por meio de suas imagens, em diferentes momentos para fazer referência e como forma de demonstrar o jongo como prática cultural na atualidade, estando marcado na narrativa e na representação. Ao analisarmos as imagens que fazem parte do dossiê produzido durante o processo de registro do jongo do Sudeste como patrimônio cultural, temos acesso a diversos registros dos Encontros de 1997, 2003 e 2006 que ilustram o material.

As imagens dos Encontros também compõem diversos documentários disponíveis na internet, e que foram utilizados como fontes para essa pesquisa, independentemente de serem sobre o evento, utilizando registros das apresentações dos grupos para compor suas narrativas, como é o caso do documentário *Jongo levanta povo*, produzido em 2014 com imagens do XII Encontro, e do documentário produzido pelo jogueiro de Pinheiral, João Paulo Silveira, *Canta o ponto*, de 2015, que apresenta registros filmados do VI Encontro, realizado na cidade de Pinheiral. Fora os documentários produzidos pelo Pontão do Jongo/Caxambu em conjunto com o Observatório Jovem sobre o X e o XIII Encontro de Jongueiros, o documentário produzido pelo Iphan no âmbito do registro do jongo como patrimônio imaterial, que traz imagens e filmagens produzidas nos VII, VIII e IX Encontros e as filmagens feitas no XI Encon-

tro de Jongueiros no âmbito do projeto “Jongos, Calangos e Folias” do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense.

Outra questão importante de ser colocada e que está envolvida no percurso temporal dos Encontros é o fato de que eles tiveram início a partir da visão de um folclorista, o professor Hélio Machado, e de outros que participaram nos primeiros eventos – como a professora Cascia Frade – e que entendiam a cultura popular como ameaçada de extinção ou até mesmo fadada a não ter continuidade e que precisavam promover maneiras de ela ter continuidade. E passou pela construção de um novo olhar sobre a cultura popular pela política de patrimônio imaterial, que buscava inventariar, registrar e salvaguardar as manifestações culturais constitutivas da identidade nacional e, como diz a historiadora Lucia Lippi,

Nos dias de hoje, os discursos sobre patrimônio enfatizam seu caráter de construção ou invenção, derivado das concepções antropológicas de cultura, que passa a ser tomada como sistema simbólico, como estrutura de significado pelas quais os homens orientam suas ações.<sup>164</sup>

Em relação a esse debate, a professora Elaine Monteiro, em entrevista realizada em 6 de agosto de 2017, coloca que os jongueiros e o Encontro de Jongueiros perpassam essas questões, e vivenciam diretamente a mudança de perspectiva em relação à cultura popular e seu papel de discussão e construção.

Eu acho que tem uma diferença, tem uma ampliação desse conceito quando as comunidades começam a se articular no Encontro dos Jongueiros, quando elas criam a Rede de Memórias do Jongo, quando elas se articulam no Pontão e começam a discutir com o próprio Iphan. Na primeira reunião do Pontão aqui em Niterói, foi engraçado que, eu não sei se foi o Toninho... acho que foi o Toninho... não sei se foi o Toninho ou o Rogério, eles tinham passado por todo processo do inventário, de registro, diante do X Encontro, tinham passado 2 anos discutindo como é que ia ser esse registro e aí a primeira reunião que a gente faz eles viram pra Rebeca e falam assim: “a gente tem uma pergunta; o que é patrimônio imaterial?” Isso é o que eu coloco em alguns desses textos, eu falo assim “eles podiam não dominar a nomenclatura, mas eu acho que eles já viram desde o V Encontro ampliando esse conceito do folclore”, entendeu? Articulando o conceito... E aí, eu acho que essa dimensão o que é patrimônio cultural? Somos patrimônio cultural do Brasil? O que que é salvaguarda? O que muitas comunidades fizeram foi articular, né? O registro como a luta pela terra, a luta por educação, afirmação da identidade negra... Houve uma dimensão política, que começou através dos Encontros dos Jongueiros.<sup>165</sup>

Os Encontros de Jongueiros estiveram envolvidos durante os anos de execução do INRC do Jongo até o registro como patrimônio imaterial, em 2005 e tiveram sua mais recente edição como uma ação de salvaguarda promovida pelo Estado, por intermédio do Departa-

<sup>164</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 135.

<sup>165</sup> Entrevista realizada por mim com a coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e professora da Universidade Federal Fluminense, Elaine Monteiro, em 6 set. 2017.

mento de Patrimônio Imaterial do Iphan. Além de resistir à vida moderna, à urbanização e à globalização, o jongo atualmente é detentor de um instrumento institucional de seu reconhecimento social e político. Mesmo sem perder sua dimensão de cultural popular, foi reclassificado como patrimônio cultural.

Conforme nos coloca José Reginaldo Gonçalves,<sup>166</sup> no plano institucional constata-se que o Estado nacional, que durante décadas operou com certa exclusividade na elaboração e implementação das políticas de patrimônio, hoje em dia não possui a mesma hegemonia. A presença de organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas, grupos sociais e indivíduos que assumiram iniciativas com intenção de reivindicar, estabelecer e contestar “patrimônios culturais”, vem obrigando o Estado a reconhecer e a lidar com uma nova gama de atores sociais engajados na identificação e preservação de patrimônios.

Atualmente, podemos pensar que as escolhas feitas no sentido de patrimonializar as diferenças além de demonstrarem a diversidade cultural existente em nosso país, possuem um sentido político de direito à reparação histórica em relação às práticas afro-brasileiras e indígenas, que durante tanto tempo foram silenciadas e excluídas da história nacional:

Estas ações partem da ideia de que há um acervo de “conhecimentos tradicionais” que se encontra em vias de extinção devido às forças homogeneizadoras do capitalismo transnacional. A solução encontrada tem sido o estímulo ao que estou chamando aqui de “patrimonialização das diferenças”, que consiste em utilizar a *força* consagradora dos instrumentos legais de proteção por parte dos Estados-nações para valorizar os chamados “conhecimentos tradicionais” [...] De “coisas do folclore” ou “simples curiosidades do passado”, tanto os “conhecimentos tradicionais” quanto as “manifestações culturais” das chamadas “populações tradicionais” adquiriram novo *status*, tornando-se objetos de políticas de preservação na condição de patrimônios locais, nacionais e até mesmo universais. Estes patrimônios de pequenas comunidades, etnias ou grupos locais passaram a dar o tom não apenas no campo do patrimônio, mas, também, no campo de acordos internacionais. Preservar o diverso, o diferente, o singular passou a ser um exercício de proteção à diversidade das culturas em um mundo com tendência crescente à homogeneização.<sup>167</sup>

O reconhecimento como patrimônio cultural é uma conquista que deve ser usada para preservação das tradições, por meio da cobrança de construção de política pública voltada para as demandas dos grupos e melhores condições de vida, como também para o acesso a mecanismos de financiamento públicos e privados para desenvolver projetos individuais e coletivos, como os próprios Encontros.

---

<sup>166</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015, p. 219.

<sup>167</sup> ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria conhecimento tradicional no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Massangana, 2010, v. 1, p. 65-66.

O relatório final da equipe de pesquisadores envolvidos no INRC do Jongo, produzido em 10 de julho de 2005, recomendava como ação de Salvaguarda a manutenção dos Encontros de Jongueiros e da Rede de Memória do Jongo, por entender esses processos de mobilização e organização como prova de que as comunidades jongueiras têm a consciência de que possuem um bem cultural de grande valor e um conjunto de saberes ancestrais.

Desse modo, recomendamos que as ações de salvaguarda do bem em questão articulem diferentes instâncias oficiais nos âmbitos nacional, dos estados e municípios no sentido de: 1) promover o aperfeiçoamento das leis de incentivo à cultura e desenvolvimento de instrumentos que facilitem o acesso direto dos detentores dos saberes às diferentes instâncias de patrocínio e financiamento para a produção cultural no país, de modo que tenham autonomia e agilidade, sobretudo para o financiamento do Encontro anual de Jongueiros e a implementação da Rede de Memória do Jongo 2) estimular a interlocução entre as esferas da sociedade e dos poderes públicos de modo a incentivar o apoio oficial às associações, comunidades e grupos de jongueiros para que tenham condições de controlar, manter e promover a transmissão dos saberes relacionados ao bem, conforme seus interesses; 3) promover a inclusão, valorização e aprofundamento dos temas relacionados ao bem cultural nas agendas escolares e programas educacionais do Estado, de modo que sejam apresentados como patrimônio – testemunhos da riqueza cultural do país. (Equipe do INRC/Jongo/CNFCP/Iphan, 2005).<sup>168</sup>

Porém, ao analisarmos o Dossiê do Jongo e compararmos ao relatório completo dos pesquisadores do CNFCP, percebemos que as recomendações de salvaguarda foram suprimidas, ficando apenas a indicação de que os Encontros de Jongueiros e a Rede de Memória do Jongo seriam iniciativas de espaços para discussões críticas sobre os desafios contemporâneos colocados aos jongueiros.

Assim, aos Jongueiros se coloca o desafio de dialogar com os processos da cultura de massa e do universo do entretenimento e, ao mesmo tempo, manter os fundamentos de sua prática. Essas questões têm sido tratadas de forma crítica pelos Jongueiros por meio de iniciativas como os Encontros de Jongueiros – evento anual que reúne comunidades e praticantes do Jongo de São Paulo e do Rio de Janeiro (os recursos são poucos para que as comunidades capixabas possam participar). E também por meio da Rede de Memória do Jongo, nascida a partir do Encontro de Jongueiros.<sup>169</sup>

A questão da realização dos Encontros tem sido demonstrada pelas lideranças como interesse comum, por ser um dos poucos espaços de reunião entre todos os grupos e que, para além das apresentações, se constituiu como espaço de discussão e construção coletiva de estratégias e posicionamento político frente às questões que são postas às comunidades.

A sustentabilidade dos Encontros é uma questão não tão atual, já que desde o IX Encontro atingiu grandes proporções, dificultado sua execução. Por envolver muitos grupos, o

<sup>168</sup> Disponível no Acervo arquivístico do CNFCP, Biblioteca Amadeu Amaral.

<sup>169</sup> Dossiê nº 5 do IPHAN. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\_jongo\_m.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

custo para sua realização tem tornado o evento inviável sem grandes patrocínios, o que por outro lado, gerou alguns descontentamentos e perda de autonomia dos próprios jongueiros na organização.

A salvaguarda realizada pelo Iphan tentou atender a essa demanda realizando o último Encontro, em 2014, na cidade de São José dos Campos. Mas, apesar de um grande investimento de recursos financeiros, ficou demonstrado que as dificuldades não se encerram, mesmo com altos valores disponíveis, pois o protagonismo na construção e execução do evento precisa ser dos detentores. E pelo que temos aprendido, sempre que houve intermediários, essa lógica não é seguida e muitas expectativas serão frustradas.

Apesar de propormos pensar as novas formas que os jongueiros têm encontrado – de certa forma são como pequenos Encontros de Jongueiros –, em entrevista realizada com a professora Elaine, coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, ela nos coloca seu olhar: percebe um ressentimento das lideranças por não haver uma continuidade garantida dos Encontros de Jongueiros, porque os Encontros são importantes para as comunidades, como se fossem uma dívida das lideranças com seus próprios grupos.<sup>170</sup>

As iniciativas estaduais de realizarem seus Encontros locais vêm estabelecendo uma mudança na configuração desses eventos. Mas não só essas iniciativas podem ser entendidas como uma nova forma de ser um Encontro de Jongueiros. Toda oportunidade de se encontrar e estar junto acaba se tornando um encontro. Pudemos observar essa lógica em um grande evento realizado na cidade de Pinheiral por ocasião do lançamento da exposição do projeto “Passados Presentes”<sup>171</sup> na cidade. Participaram as comunidades de Angra dos Reis, Arrozal, Barra do Piraí, Campinas, Carangola, Guaratinguetá, Miracema, Piquete, Porciúncula, São José dos Campos, Serrinha, Valença e Vassouras.

A inauguração da exposição “Passados Presentes”, nas Ruínas do Casarão da Fazenda São José do Pinheiro, foi o grande catalisador desse encontro entre jongueiras e jongueiros do Sudeste. O encontro, organizado pelo Pontão de Cultura do Jongo Caxambu, programa de extensão da Universidade Federal Fluminense, teve como objetivo reunir as comunidades no final de semana e aproveitar o encontro para prestigiar o presente que a cidade de Pinheiral, todas as demais comunidades jongueiras tra-

<sup>170</sup> Em nenhuma entrevista realizada com jongueiros para esta dissertação e em nenhuma entrevista gravada a que tivemos acesso durante a pesquisa, foi identificada essa fala pelos próprios. Mas a forte representatividade da relação que a professora Elaine possui junto às comunidades torna essa informação importante e válida de ser registrada. Porém, por não termos maiores depoimentos como esse, não podemos aprofundar o debate.

<sup>171</sup> “Com o objetivo de reconhecer essas histórias e estimular o turismo de memória no Rio de Janeiro, o projeto “Passados Presentes – memória da escravidão no Brasil”, em parceria com as comunidades, está construindo exposições permanentes no Quilombo do Bracuí, no Quilombo de São José da Serra e na cidade de Pinheiral. A sinalização turística e os memoriais a céu aberto buscam honrar as vítimas da tragédia da escravização e celebrar o patrimônio cultural negro erguido em terras brasileiras pelos que sobreviveram”. Disponível em: <<https://idisabel.wordpress.com/2015/07/01/lancado-o-projeto-passados-presentes-sobre-a-memoria-da-escravidao/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

dicionais, os afrodescendentes, e o público em geral estavam recebendo. A exposição é parte de um projeto inédito de turismo de memória no Brasil e revisita locais que retomam a memória da escravidão no Brasil.<sup>172</sup>

Propomos pensar, neste último capítulo, uma análise do papel representativo dos Encontros de Jongueiros, pensando também novas configurações que ultrapassaram seus limites e assumiram outras dimensões. Pensando-as sem a necessidade de utilizar o título de “Encontros de Jongueiros”. Ao pensarmos esses diferentes formatos não estamos assumindo nem pensando um possível fim dos Encontros de Jongueiros como apresentado aqui, mas outras formas de realizar encontros entre as comunidades a partir das condições possíveis. Talvez não estejam todas as comunidades do Sudeste e talvez não estejam todos os integrantes de todas as comunidades, mas os jongueiros e jongueiras estarão reunidos junto aos seus tambores praticando sua tradição e promovendo seu patrimônio.

Machado!

---

<sup>172</sup> Disponível em: <[www.pontaojongo.uff.br/passados-presentes-jongueiros-se-encontram-em-pinheiral-para-manter-forte-tradicao-do-jongo](http://www.pontaojongo.uff.br/passados-presentes-jongueiros-se-encontram-em-pinheiral-para-manter-forte-tradicao-do-jongo)>. Acesso em: 2 dez. 2017.

## Referências bibliográficas

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. Cultura imaterial e patrimônio nacional: uma nova leitura sobre o passado cultural brasileiros. Alguns comentários sobre o decreto 3551 de 2000. In: \_\_\_\_\_.; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca(Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 351-370.

ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria conhecimento tradicional no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Massangana, 2010, v. 1, p. 65-79.

\_\_\_\_\_.; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina C. de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012. p. 151-168.

ARAÚJO, Alceu Maynard. Jongo. Separata da *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. CXXVIII, 1949.

BERNARDO, Délcio José. Jongo, espaço de construção de identidade: afinando os pontos com a escola. In: LIMA, Ivan Stolze; CARMO, Laura do. *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau, 2014. p. 311-327.

BONFIM, Beatriz. Vovó Maria Joana traz a serrinha à Lapa para mostrar o jongo. *Jornal do Brasil*, Caderno B, Rio de Janeiro, 8 abr. 1983. Depoimento.

CARMO, Ione Maria. *Entre o discurso e a prática: o debate em torno da relação jongo e religiosidades e a performance no Encontro de Jongueiros*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXXVIII., 2015, Florianópolis. *Anais....* Florianópolis: UFSC, 2015.

CARNEIRO, EDSON. *Folgedos tradicionais*. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A juventude do quilombo São José da Serra: entre tradições e culturas juvenis. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, VII: DESAFÍOS ANTROPOLÓGICOS, 2007, Porto Alegre, RS. *Anais...* GT 25: Cidadania, exclusión y diversidad sociocultural: niños y jóvenes en contexto de socialización. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Iphan*, n. 34, p. 147-165, 2012.

FALCÃO, Andréa Rizzoto. Rituais e práticas de consagração: o registro de bens culturais como patrimônio imaterial no Brasil. Tese (doutorado em ciências sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GALLET, Luciano. *Estudos de folclore*. Rio de Janeiro: Carlos Wehrs & Cia, 1934.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29. Disponível em: <gestaocompartilhada.pbh.gov.br/.../patrimonio\_como\_categoria\_de\_pensamento.pdf>. Acesso em dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Patrimônio, memória e etnicidade: reinvenções da cultura açoriana. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, VIII., 2004, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoseReginaldoGoncalves.pdf>. Acesso em 12 set. 2017.

\_\_\_\_\_. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

GUIMARÃES, Aissa Afonso. Caxambu, alegria de viver: memória e patrimônio afro-brasileiro em Vargem Alegre (Cachoeiro de Itapemirim - ES). In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. *Anais...* Natal: UFRGN, 2014.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Oswaldo Martins. Jongueiros e caxambuzeiros no Espírito Santo: pesquisa, extensão e políticas de salvaguarda do patrimônio cultural. SEMINÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS, V., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Casa de Rui Brabosa, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Centauro: 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL(IPHAN). *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, DF: Iphan, 2007.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

LARA, Silvia. Vassouras e os sons do cativo no Brasil. In: LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo (Org.). *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: Cecult, 2007. p. 65-66.

LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo. (Org.). *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas SP: Cecult, 2007.

LEVI-STRAUSS, Laurent. O patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. In: IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, DF: Iphan, 2007.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Jongo, registro de uma história. In: LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo. (Org.). *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas SP: Cecult, 2007. p. 73-75.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Org.). *Pelos caminhos do jongo/caxambu: história, memória e patrimônio*. Niterói: UFF/NEAMI, 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A história como performance: jongs, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MONTEIRO, Elaine. *Bate tambor grande, repinica candongueiro: Rio de Janeiro ainda é terra de Jongueiro! Registro e a salvaguarda do patrimônio imaterial. Caderno do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 125-148, jan. /jun. 2015.

\_\_\_\_\_; SACRAMENTO, Mônica Pereira do. Pontão de Cultura do jongo/caxambu: ação coletiva e identidade negra em comunidades tradicionais. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, X., 2009, Braga. *Anais...* Braga: Universidade do Minho, 2009.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Pontão de Cultura de bem registrado e salvaguarda de patrimônio imaterial: a experiência do jongo no Sudeste. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS: TEORIA E PRÁXIS, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/10-ELAINE-MONTEIRO.1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MOURA JÚNIOR, Clair da C. *Caxambu: olhares para além do horizonte*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara AunKhoury. *Projeto História*, n. 10, p. 728, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

PACHECO, Gustavo. Memória por um fio: as gravações de Stanley J. Stein. In: LARA, Silvia; PACHECO, Gustavo (Org.). *Memórias do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: Cecult, 2007. p. 19, 24.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

RAYMOND, Lavínia Costa. Algumas danças populares no Estado de São Paulo. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, n. 191, Sociologia n. 6, 1954.

RIBEIRO, Alessandra. *Comunidades e instituições: o jongo, sua história e suas representações no sudoeste do Brasil no século XXI*. Monografia (graduação em história) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP, 2008.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. *O jongo*. Rio de Janeiro: Funarte 1984. Coleção Cadernos do Folclore, n. 34.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANT'ANNA, Marcia. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 4. ed. Brasília.

SILVA, Adailton. *Relatos sobre o jongo: reflexões e episódios de um pesquisador negro*. Dissertação (mestrado) – Programa de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Gilberto Augusto da; GOUVÊA, Ana Maria. *Jongo de Piquete: um novo olhar*. Piquete, SP: Ed. do Autor, 2007.

SILVA, Rita Gama. *De jongos e caxambus: ancestralidade, poder da palavra e novas demandas*. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 137-153, 2006.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduos e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor – esperança e recordação na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP. Ed. Unicamp, 2011.

STEIN, J. Stanley. *Vassouras: a Brazilian coffee country, 1850 – 1900*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1957. Traduzido para *Vassouras: um município brasileiro do café 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TRAVASSOS, Elizabeth. Contribuição ao Inventário do Jongo. In: LONDRES, Cecília et al. *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica e perspectiva*. Rio de Janeiro: Funarte/Iphan/CNFCP, 2004. p. 55-63.

VIANNA, Letícia. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. *Encontros e Estudos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*, n. 5, 2004. Disponível em: <<http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/170/1389456814186129715.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

VIANNA, Letícia C. R.; TEXEIRA, João Gabriel L. C. *Patrimônio imaterial, performance e identidade*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURAL (ENECULT), IV, 2008, Salvador, BA. *Anais...* Salvador: Cult, 2008.

### Referências audiovisuais

VI Encontro de Jongueiros, Valença. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=lfa6Iy6ZEIU&list=PLK80Q8ZEI\\_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ&index=1](http://www.youtube.com/watch?v=lfa6Iy6ZEIU&list=PLK80Q8ZEI_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ&index=1)>.

VII Encontro de Jongueiros, Pinheiral. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=V4ez1NycGsI&index=3&list=PLK80Q8ZEI\\_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ](http://www.youtube.com/watch?v=V4ez1NycGsI&index=3&list=PLK80Q8ZEI_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ)>.

VII Encontro Nacional de Jongueiros. 2002. 1 DVD vídeo (83 min): formato 4:3, son, color, NTSC. Material inédito. Original em fita de vídeo VHS (BAA V0550). Disponível no acervo audiovisual do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

VIII Encontro de Jongueiros, Guaratinguetá. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=XLaulif6wB4&list=PLK80Q8ZEI\\_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ&index=2](http://www.youtube.com/watch?v=XLaulif6wB4&list=PLK80Q8ZEI_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ&index=2)>.

X Encontro de Jongueiros. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=faxQ5\\_S-vrI](http://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI)>.

XIII Encontro de Jongueiros. Disponível: <[www.youtube.com/watch?v=K92YovncX6s](http://www.youtube.com/watch?v=K92YovncX6s)>.

COSTA, Francisco Moreira da; FALCÃO, Andréa; GAMA, Rita. 11<sup>o</sup> Encontro de Jongueiros, Santa Isabel do Rio Preto quilombo São José. Valença, RJ: CNFCP, 0000. 1 DVD vídeo (116min): son.; color.; NTSC. Cópia em VHS localizado em V0677. Disponível no acervo audiovisual do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Documentário Jongo – Levanta povo. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=wvEjw1vvn68&list=PLK80Q8ZEI\\_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ&index=4&t=18s](http://www.youtube.com/watch?v=wvEjw1vvn68&list=PLK80Q8ZEI_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ&index=4&t=18s)>.

Encontro de Jongueiros de Guaratinguetá – 2003. 1 vídeo cassete (22'): son.; color; VHS; NTSC. Apresentação de vários grupos de jongo, mostra também a fogueira. Material bruto de DVD. Disponível no acervo audiovisual do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Encontros de Jongueiros, 8. São Paulo: [s.n.], 2003. 1 DVD vídeo (54min): formato 4:3; son.; color.; NTSC. Cópia em VHS localizada em V0682. Disponível no acervo audiovisual do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

JONGO no Sudeste. Brasília, DF: Iphan, 92 p.: il. color. ; 25 cm. + CD ROM. – (Dossiê Iphan; 5), 2007.

Jongos, Calangos e Folias. Realização: Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e do Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC/UFF), da Universidade Federal Fluminense. Duração: 48min38s. Niterói, 2005. Disponível em: <<http://ufftube.uff.br/video/G3NGO3OYUU2A/Jongos-Calangos-e-Folias>>.

O Jongo do Sudeste – Filme produzido na ocasião do INRC do Jongo. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=Ae2rRAALDRE&index=6&t=34s&list=PLK80Q8ZEI\\_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ](http://www.youtube.com/watch?v=Ae2rRAALDRE&index=6&t=34s&list=PLK80Q8ZEI_pyUchocgvKCqn-jGy6thWdQ)>.

### Fontes da imprensa

VI ENCONTRO de Jongueiros comemora centenário de Clementina de Jesus. *Tribuna do Interior*, 24 nov. 2001.

A TRADIÇÃO do jongo tem encontro em Guaratinguetá. *O Estado de S. Paulo*, 21 nov. 2003.

FILME sobre o Jongo tem emocionante locação em quilombo no interior do Estado. *O Dia*, 5 maio 2004.

VOVÓ Maria Joana traz a serrinha à Lapa para mostrar o jongo. *Jornal do Brasil*, 8 de abril de 1983. Caderno B.